

ISSN 1516-8085

ANPOCS **bib**

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

68

Neste número:

**Conceito e Origens do Crime Organizado
"Teoria geral" dos Partidos
O Risco na Teoria Social
Antropologia da Infância
Controle da Segurança Privada**

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras. E-mail: <bib@anpocs.org.br>.

Diretoria (Gestão 2009-2010)

Presidente: Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC-Rio); *Secretário Executivo:* Cícero Araújo (USP); *Secretário Adjunto:* Julio Simões (USP); *Diretores:* Carlos Arturi (UFRGS); Maria Stela Grossi Porto (UnB); Rogério Proença Leite (UFS)

Conselho Fiscal: Lea Freitas Perez (UFMG); Ricardo Silva (UFSC); Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira (UFAL)

Coordenação: Cícero Romão Resende de Araújo (USP)

Editor: Márcia Lima (USP)

Comissão Editorial: Argelina Figueiredo (IUPERJ); Bila Sorj (UFRJ); Sergio Carrara (IMS/UERJ)

Conselho Editorial: Gustavo Lins Ribeiro (UnB); Jane Felipe Beltrão (UFPA); João Emanuel Evangelista de Oliveira (UFRN); Jorge Zaverucha (UFPE); Lívio Sansone (UFBA); Lúcia Bógus (PUC/SP); Helena Bomeny (CPDOC-FGV/RJ); Magda Almeida Neves (PUC/MG); Paulo Roberto Neves Costa (UFPR); Roberto Grün (UFSCar)

Edição

Editora assistente: Mírian da Silveira

Cópidesque/preparação/revisão de textos: Gislaíne Maria da Silva

Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans (francês) e Júrís Megnis Jr. (inglês)

Editoração eletrônica: Signorini Produção Gráfica

Produção gráfica: Signorini Produção Gráfica

Appropriate articles are abstracted/indexed in:
Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice

BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996), -- São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais.

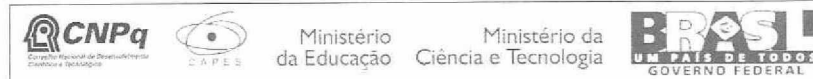
ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs
Universidade de São Paulo – USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, 1º andar
05508-900 – São Paulo – SP
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043
E-mail: anpocs@anpocs.org.br

Apoio:



**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais****Sumário**

Conceito e Origens do Crime Organizado: uma Revisão Bibliográfica <i>Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha</i>	5
Revisitando a “Teoria Geral” dos Partidos de Maurice Duverger <i>Paulo Sérgio Peres</i>	17
O Risco no âmbito da Teoria Social: quatro Perspectivas em Debate <i>João Areosa</i>	59
Questões Metodológicas e Epistemológicas Suscitadas pela Antropologia da Infância <i>Angela Nunes e Rosário de Carvalho</i>	77
O Controle da Segurança Privada: balanço da Literatura Internacional e Situação das Pesquisas no Brasil <i>Cleber da Silva Lopes</i>	99

Colaboraram neste número:

Adriano Oliveira é professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pesquisador do Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas da UFPE. E-mail: <adrianopolitica@uol.com.br>.

Angela Nunes é doutora em Antropologia da Educação; pesquisadora associada ao Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA/FCSH-UNL – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), Portugal, e ao Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (Pineb/UFBA – Universidade Federal da Bahia); bolsista de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), Portugal; e cofundadora do Núcleo de Estudos da Infância e Juventude (NEIJ-CRIA). E-mail: <angelanns@gmail.com>.

Cleber da Silva Lopes é mestre em Ciência Política pela Universidade de Campinas (Unicamp) e doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente estuda o controle da segurança privada na cidade de São Paulo. E-mail: <cleber1lopes@hotmail.com>.

João Areosa é pesquisador do UBI-CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior) e doutorando em Sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL, Portugal). E-mail: <joao.s.areosa@gmail.com>.

Jorge Zaverucha é professor associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); pesquisador do CNPq 1-B e coordenador do Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas da UFPE. E-mail: <jorgezaverucha@uol.com.br>.

Maria Rosário de Carvalho é professora associada do Departamento de Antropologia e Etnologia; professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos; participante do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH-UFBA); coordenadora do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (Pineb/UFBA) e bolsista de Produtividade de Pesquisa do CNPq. E-mails: <rosario@ufba.br>; <mrgdecarvalho12@gmail.com>.

Paulo Sérgio Peres é mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professor adjunto de Ciência Política do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Publicou, em 2008, na RBCS (v. 23), “Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da Ciência Política”. E-mail: <peres.ps@gmail.com>.

Conceito e Origens do Crime Organizado: uma Revisão Bibliográfica

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha

Introdução

Este artigo tem dois grandes objetivos. O primeiro consiste em revisar o conceito de *crime organizado* na produção acadêmica. Esta empreitada é oportuna, pois, apesar de existirem diversos trabalhos sobre o fenômeno da criminalidade organizada, ainda não se conseguiu chegar a uma definição consensual sobre o que é crime organizado. Como lembra Sartori (1997), é difícil analisar um objeto ou fenômeno social sem que haja uma definição mínima sobre seu significado, por mais controverso que seja.

O segundo objetivo é mostrar as possíveis origens das conexões entre o crime organizado e o aparelho de Estado. Elas são apresentadas com base nas análises empíricas desenvolvidas pelas diversas obras expostas neste trabalho.

Fukuyama (2005) argumenta sobre a importância das funções do Estado no mundo contemporâneo. Para ele, o Estado é necessário para garantir a ordem social. Caso grupos criminosos pratiquem atividades ilícitas em conluio e/ou omissão do Estado, a ordem social não será garantida. Cabe ao Estado proteger as atividades lícitas e combater as ilícitas. Fukuyama assinala que é possível encontrar Estados falidos, isto é, incapazes de combater o crime, por exemplo. Nesse caso, esses Estados precisam ser reconstruídos¹. Lunde (2004) e Mallory (2007) constroem respeitáveis e robustas obras sobre o fenômeno da criminalidade organizada em

diversos países. Mostram as características e atividades do crime organizado em variados contextos, mas não o definem. Influenciados principalmente por esses autores, mas também por outros que serão apresentados, decidimos preencher a lacuna existente nos estudos sobre criminalidade organizada, qual seja: *definir o que vem a ser crime organizado*.

As obras selecionadas, em razão de suas qualidades teóricas e empíricas, pertencem em sua maioria à área das Ciências Sociais, em particular a brasileira. O conceito do crime organizado construído e utilizado neste artigo não é estritamente de cunho jurídico.

O paradigma teórico para a construção da definição do fenômeno da criminalidade organizada é a Teoria da Escolha Racional (TER). O conceito de crime organizado sugerido deve ser reconhecido como um enunciado científico, o qual poderá ser falsificado por meio de pesquisas empíricas (Popper, 2008).

Em busca do conceito do crime organizado

Revisando a literatura

A Lei nº 10.217, de 11 de abril de 2001, delineou três ilícitos distintos: quadrilha ou bando; organização criminosa; e associação criminosa². Quadrilha ou bando e associação criminosa estão tipificados, respectivamente, no artigo 288 do Código Penal, na Lei de Tóxicos e na Lei nº 2.889/56³. Contudo, embora enunciada na Lei nº 10.217, a de-

finição de organização criminosa continua sem ser tipificada no ordenamento jurídico brasileiro.

Dada a complexidade do fenômeno, Zaffaroni (1996) considera inviável uma definição de crime organizado, mas essa dificuldade não nos deve paralisar. Afinal, os conceitos de democracia, poder, violência etc. são também polissêmicos, e isso não impede que os cientistas sociais deixem de usá-los.

Na ausência de uma lei que defina o que é crime organizado, há uma corrente doutrinária que vem procurando se valer, para isso, da definição dada pela Convenção de Palermo (sobre criminalidade transnacional), que é a seguinte: “[...] grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material” (Gomes, 2009, p. 1)⁴.

Para Sartori (1997), é impossível compreender determinado fenômeno social, por mais complexo que ele seja, sem sua prévia definição. Portanto, o enredamento de um fenômeno não deve dissuadir o pesquisador de procurar uma definição mínima. Para ele:

Uma definição é mínima quando todas as propriedades ou características de um ser que não são indispensáveis para sua identificação são apresentadas como propriedades variáveis, hipotéticas – e não como propriedades definidoras. Isso equivale a dizer que tudo o que ultrapassa uma caracterização mínima é deixado à verificação – não é declarado verdadeiro por definição (Sartori, 1997, p. 61).

Ainda segundo Sartori (p. 54), “definir um conceito é dar suas características definitórias ou essenciais, mas essas características

precisam ser reduzidas [...] ao mínimo necessário”. Consideramos ser difícil compreender o fenômeno da criminalidade organizada sem defini-lo, por mais impreciso e contestado que seja.

A definição mínima sobre o que é crime organizado é um problema que perpassa diversos trabalhos. Mingardi (1996, 1998), por meio de fartas informações empíricas, constata a existência do crime organizado no Brasil, particularmente nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, a exemplo do tráfico de drogas, jogo do bicho, roubo de carros ou bancos, entre outros.

Com base em obras que abordam o fenômeno do crime organizado, Mingardi levantou quinze características da criminalidade organizada, a saber: (1) prática de atividades ilícitas; (2) atividades clandestinas; (3) hierarquia organizacional; (4) previsão de lucros; (5) divisão do trabalho; (6) uso da violência; (7) simbiose com o Estado⁵; (8) mercadorias ilícitas; (9) planejamento empresarial; (10) uso da intimidação; (11) venda de serviços ilícitos; (12) relação clientelista; (13) presença da lei do silêncio; (14) monopólio da violência; e (15) controle territorial.

Considerando tais características, podemos afirmar que:

1. crime organizado é todo grupo que pratica atividades ilícitas;
2. crime organizado é todo grupo que exerce atividades clandestinas;
3. crime organizado é todo grupo que pratica atividades ilícitas e clandestinas, tem hierarquia organizacional, realiza a divisão de lucros, tem planejamento empresarial e faz uso de intimidação;
4. crime organizado existe quando um grupo atua em simbiose com o Estado e exerce, em dado contexto, controle territorial mediante monopólio do uso da violência.

Por serem tantas as características relevantes apontadas por Mingardi, algumas delas tautológicas, o conceito mínimo sartoriano não é atendido. Muito pelo contrário, poderíamos dizer que ele faz uso de um critério maximalista.

Leeds (1998), Cruz Neto, Moreira e Sucena (2001), Evangelista (2003), Zaluar (2004) e Misse (2007), ao explicarem a dinâmica do tráfico de drogas no estado fluminense, mostram que grupos criminosos comercializam drogas e dividem os lucros com seus integrantes, usam da intimidação física, atuam em simbiose com o Estado e exercem controle territorial. Menos ampla que a definição de Mingardi, as características definidoras de crime organizado estão longe de ser minimalistas.

A partir das importantes constatações das obras mencionadas, indagamos: será que as organizações criminosas que comercializam drogas no Rio de Janeiro têm as características elencadas? Teriam elas de, necessariamente, dividir os lucros entre os seus integrantes, usar da intimidação física, exercer o controle territorial e atuar em simbiose com o Estado?

A resposta é, novamente, negativa. Mingardi (1996, 1998, 2007), Adorno e Salla (2007) e Oliveira (2007a) revelam que as atividades dos grupos criminosos são diversas e, nem sempre, por exemplo, o controle territorial é observável. Zaluar (2004), Mingardi (2007) e Oliveira (2007a) acrescentam que o comércio ilícito de drogas pode ou não ser exercido por grupos organizados.

Oliveira (2007a) – em trabalho empírico baseado em Hess (1973), Gambetta e Reuter (1995), Fiorentini e Peltzman (1995)⁶, Tokatlian (2000)⁷, Lupo (2002)⁸, Von Lampe (2005)⁹ e Felson (2006)¹⁰ – afirma que grupos criminosos podem procurar corromper atores estatais, pois o Estado exerce funções coercitivas. De fato, servidores

públicos do Estado podem ser alvos de captura por parte de grupos criminosos. Nesse caso, eles passam a atuar como facilitadores de tais grupos. Em consequência, os grupos criminosos podem adquirir sucesso em suas atividades. Afirmar que pode existir relação entre grupos criminosos e Estado é condição necessária mas não suficiente para a construção da definição do crime organizado.

Bezerra (1999) mostra que a corrupção pública no Brasil é praticada sem ser imperioso o domínio de territórios e da violência. Esse autor analisa as práticas de corrupção no Parlamento (Legislativo), demonstrando que grupos criminosos praticam a corrupção pública sem exercer o controle territorial. Pimentel (2000), por sua vez, encontra conclusões semelhantes em trabalho desenvolvido no México.

Saliente-se que Bezerra (1999), apesar de desenvolver robusto trabalho empírico, não considera que as atividades de corrupção no Parlamento brasileiro sejam desenvolvidas por grupos criminosos organizados. No entanto, Oliveira e Zaverucha (2008), com base em Bezerra e em outros dados empíricos, mostram que parte da corrupção pública, tanto no Legislativo como no Executivo, é uma atividade de grupos criminosos.

Adorno e Salla (2007) e Dias (2009) reconhecem o Primeiro Comando da Capital (PCC) como organização criminosa. Ao analisar sua atuação, registram tanto o uso da violência por parte dos seus integrantes como a presença de rígida hierarquia na organização. Contudo, nem o monopólio da violência nem o controle territorial (dentro e fora das prisões) são citados por ambos. Caldeira (2004) mostra qual foi a opção do Estado no enfrentamento dos grupos criminosos que atuam no sistema penitenciário fluminense. Esses autores reconhecem a presença da criminalidade organizada nos presídios, apesar de não conceituá-la.

Segundo estudo da United Nations (2002) analisando a ação de quarenta organizações criminosas em dezesseis países, a criminalidade organizada tem estrutura/hierarquia; é composta por, no mínimo, dois membros, chegando certas organizações a ter mais de cem componentes; atua de modo local ou internacionalmente; seus integrantes fazem uso da corrupção perante o poder estatal; e suas ações ilícitas penetram na economia legal. Essa pesquisa, todavia, não comprovou empiricamente a presença das características mencionadas.

Mallory (2007), ao apresentar as diversas características do crime organizado, muitas delas semelhantes às apontadas por Mingardi (1996, 1998) e United Nations (2002), salienta não observar motivação ideológica em vários grupos criminosos. Esses grupos, por sua vez, têm durabilidade e realizam atividades em diversos países.

É importante salientar que Leal (2004), ao contrário de Mallory e Mingardi, ao desenvolver análise sobre as Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc), afirma que elas são organizações criminosas. Portanto, grupo criminoso, como as Farc, pode ter surgido por motivação ideológica. Quanto à durabilidade da organização criminosa, são necessários dois questionamentos cruciais: (1) como medir a durabilidade de uma organização?; (2) qual é o tempo mínimo necessário para dada organização ser classificada como grupo criminoso?

Von Lampe e Johansen (2004) e Lopes Júnior (2009) procuram definir o crime organizado utilizando o conceito de redes sociais. Tentativa, inclusive, inovadora, já que despreza as características peculiarmente apontadas por diversos autores. Von Lampe e Johansen afirmam que grupos organizados se associam e formam uma rede de atividades ilícitas. Essa rede pode ter características étnicas, familiares ou comerciais. Mas o que

realmente garante a associação dos indivíduos é a confiança. Lopes Júnior, utilizando-se da sociologia econômica, aborda também as redes sociais e a confiança entre seus membros. Esta, assim como sugerem Von Lampe e Johansen, é que incentivará a união dos indivíduos em busca do fim ilícito. Lopes Júnior (2009) também afirma que relação de patronagem (dever obrigação a outrem) está presente na dinâmica da criminalidade organizada no Brasil.

Após a avaliação das obras apresentadas, consideramos não ser correto afirmar que todos os grupos criminosos, para serem considerados como tais, precisam ter todas as características apontadas pelos autores mencionados. O que os trabalhos deles sugerem é que as organizações criminosas têm características variadas, e elas são determinadas tanto pelo tipo de atividade criminal praticado como pelo contexto em que atuam.

As obras revisadas apresentam as diversas características do crime organizado. Considerando tais características, é impossível atender à exigência de Sartori, ou seja, construir uma definição mínima do crime organizado. Tentaremos isso na próxima seção ao fazermos uso da Teoria da Escolha Racional (TER).

Teoria da Escolha Racional e crime organizado

A TER contribui para a definição do que seja crime organizado ao partir do pressuposto de que os indivíduos procuram maximizar seus lucros de modo que os benefícios auferidos sejam maiores que os custos incorridos na ação. Nesse sentido, a atividade humana é orientada pela consecução de objetivos, e os indivíduos tentam promover ao máximo sua realização, buscando os meios mais eficientes (Elster, 1994; Boudon, 1995).

Os indivíduos tomam suas decisões racionais levando em consideração as ca-

racterísticas do contexto social, histórico e cultural em que estão presentes as ações estratégicas dos outros participantes e as regras de comportamento existentes. Segundo Tsebelis (1998, p. 56), “[...] o enfoque da escolha racional assume que o comportamento do indivíduo é uma resposta ótima às condições de seu meio e ao comportamento de outros atores”.

As regras podem ser criadas intencionalmente. Ou seja, os atores políticos cunham as regras para maximizar seus benefícios e minimizar seus custos. As regras estabelecidas influenciarão a interação dos participantes e orientarão suas ações futuras. Portanto, é de vital importância que um indivíduo esteja muito bem informado sobre sua lista de possibilidades (*setting list*) para ser capaz de tomar a decisão mais competente, fazer a escolha mais racional.

Ao possibilitar a compreensão da escolha dos indivíduos por determinadas ações, a TER permite que o observador entenda quais incentivos influenciaram as tomadas de decisão dos atores¹¹. Tais incentivos ajudam a entender os mecanismos¹² de mudança de comportamento desses atores. A mudança de preferência é considerada taticamente induzida (*induced preference*) caso ela varie de acordo com os novos cenários políticos e informacionais (Brady, Ferejohn e Pope, 2005). O arranjo institucional adotado interage não apenas com as preferências dos atores políticos (lícito e/ou ilícitos), mas também ajuda na geração da formação de preferências desses mesmos atores (Katznelson e Weingast, 2005)¹³.

Segundo Olson (1999, p. 19), a princípio uma ação “individual independente pode servir aos interesses do indivíduo tão bem, ou melhor, do que uma organização”. Portanto, os indivíduos formam uma organização criminal se e somente se calcularem que podem obter melhores resultados coo-

perando entre si do que atuando individualmente. Lembrando que instituições são mecanismos para consecução de “propósitos, não apenas para alcançar acordos” (Putnam, 2002, p. 24).

Com base nas argumentações teóricas expostas, Oliveira afirma que uma organização criminosa é aquela formada por mais de um indivíduo e é “criada para maximizar e distribuir benefícios entre os envolvidos, e seu grau de poder e organização deve ser avaliado e aferido no âmbito do grau de cooperação/apoio que conquista no Estado” (Oliveira, 2007b, p. 108). Esse conceito atende à exigência sartoriana. É um conceito mínimo similar ao da Convenção de Palermo. Ressalte-se que as características apontadas pelas diversas obras servem para contextualizar as atividades dos grupos criminais.

O Estado tem a função coercitiva de enfrentar os grupos criminais organizados. Oliveira (2007b) frisa que o poder de uma organização criminosa está associado ao espaço que ela consegue no Estado. Desse modo, quanto mais adeptos uma organização criminosa conseguir dentro do aparelho de Estado, mais ela ganha poder. Por outro lado, enfraquece o poder estatal. É plausível essa argumentação, já que as diversas obras aqui apresentadas frisam que os grupos criminosos podem atuar em simbiose com o Estado, ou seja, capturar atores estatais.

Estabelecida a definição mínima do crime organizado, na próxima seção, respondemos à seguinte indagação: qual é a origem das organizações criminosas? Esse questionamento é importante, pois sua resposta contribui para a análise empírica do fenômeno da criminalidade organizada.

As origens das organizações criminosas

De acordo com a literatura apresentada, as organizações criminosas podem estar

em simbiose com o Estado ou vice-versa. Isso ocorre de dois modos. Há a organização criminosa que nasce no mercado e tenta cooptar atores dentro do aparelho de Estado, oferecendo-lhes benefícios para que suas atividades ilícitas obtenham sucesso. E há também os grupos criminosos que nascem dentro do próprio aparelho estatal; estes farão o caminho inverso, isto é, procurarão apoio no mercado. Esse raciocínio nos permite estabelecer uma tipologia sobre tais grupos.

Denomina-se crime organizado exógeno aquele que nasce à margem do poder estatal. Caso esse grupo conquiste apoio/facilitadores no Estado, ele será denominado de crime organizado cooperativo exógeno. Caso não conquiste, é classificado como não cooperativo exógeno (Oliveira, 2007b).

Quando o grupo criminal origina-se dentro do aparelho de Estado, é denominado crime organizado endógeno. Caso esse grupo conquiste apoio/facilitadores fora da estrutura estatal, chamar-se-á de crime organizado cooperativo endógeno. Na ausência de apoio externo ao Estado, é denominado como não cooperativo endógeno¹⁴.

Ocorrendo o surgimento do grupo criminoso dentro do sistema prisional, ele é denominado de endógeno-prisional, pois os presos estão sob a guarda do Estado. O grupo organizado de origem endógeno-prisional pode ser tipificado como cooperativo ou não cooperativo. O Primeiro Comando da Capital (PCC) é um exemplo de grupo criminoso de origem endógeno-prisional cooperativo, pois a entrada de celulares, armas etc. ocorre com a conivência dos agentes penitenciários¹⁵.

Quando não é possível identificar claramente a origem do grupo criminoso, ou seja, se o nascedouro da organização é dentro ou fora do Estado, define-se o grupo como híbrido. Portanto, nada impede que um grupo criminoso surja simultaneamente no Estado e na sociedade (Adorno e Salla, 2007).

Desse modo, as organizações criminosas podem ser assim tipificadas:

a) **crime organizado exógeno**

a.1) Crime organizado exógeno cooperativo

a.2) Crime organizado exógeno não cooperativo

b) **crime organizado endógeno**

b.1) Crime organizado endógeno cooperativo

b.2) Crime organizado endógeno não cooperativo

c) **crime organizado híbrido**¹⁶.

Conclusão

A definição de crime organizado apresentada não exclui as características trazidas à tona pelas várias obras abordadas neste artigo. Ao contrário, elas contribuem para construção do conceito de crime organizado e, também, para a definição das tipologias das origens da criminalidade organizada. No entanto, as características são insuficientes para a formulação do conceito de crime organizado.

As obras citadas neste artigo não definiram minimamente o crime organizado. Elas presumiram que a apresentação das características envolvidas na ação das organizações criminosas é suficiente para a compreensão do fenômeno da criminalidade organizada. Este artigo utilizou-se do paradigma teórico da Escolha Racional, da Convenção de Palermo e de Oliveira (2007) para definir o crime organizado.

Analisar um fenômeno social sem sua prévia definição conceitual é arriscado e precipitado, pois existe um problema epistemológico: como analisar um fenômeno sem defini-lo? Essa revisão crítica contribui para preencher a lacuna conceitual existente nos estudos sobre crime organizado e, consequentemente, para melhor compreensão empírica do fenômeno da criminalidade organizada.

As tipologias apresentadas nesta revisão quanto às origens do crime organizado também preenchem uma lacuna. Diante dos diversos trabalhos abordados que afirmam existir simbiose entre Estado e grupos criminosos, apresentam-se as origens da criminalidade organizada considerando o Estado o *locus* da atuação das organizações criminosas.

Concluimos que a atuação da criminalidade organizada dentro do aparelho estatal enfraquece sua face republicana. Recursos públicos são capturados privadamente tanto por membros do aparelho de Estado como por setores não estatais. O Estado, portanto, deixa de ser um meio a serviço da sociedade para ser cobiça de grupos ilicitamente organizados que o usam para maximizar seus interesses privados.

Notas

- 1 Sobre a ineficácia do Estado brasileiro no enfrentamento de atos ilícitos, ver Adorno (2002).
- 2 Artigo 1º “Esta Lei define e regula meios de prova e procedimentos investigatórios que versam sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por quadrilha ou bando ou organizações ou associações criminosas de qualquer tipo”. A Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, só fazia menção a ações de quadrilha ou bando.
- 3 O artigo 2º desta Lei menciona a associação para prática de genocídio.
- 4 A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional aprovou a Resolução nº 55/25 da Assembleia Geral, de 15 de novembro de 2000, na cidade de Palermo. Essa resolução entrou em vigor em 29 de setembro de 2003, e é popularmente conhecida como Convenção de Palermo.
- 5 Usamos o conceito ecológico de simbiose, ou seja, associação entre dois atores que recebem benefícios mútuos ainda que em proporções diferentes.
- 6 Fiorentini e Peltzman (1995) desenvolvem análise econômica do crime organizado, na qual apontam a presença do Estado.
- 7 Tokatlian (2000) analisa a atuação dos grupos criminosos que lidam com o tráfico de drogas na Colômbia. Com frequência, o autor frisa a corrupção dos atores estatais por parte do crime organizado.
- 8 Hess (1973), Gambetta e Reuter (1995) e Lupo (2002) analisam, por meio do institucionalismo histórico, a máfia italiana. Os autores mostram os condicionantes que lhe deram origem. Na atualidade, consideramos que máfia e crime organizado são objetos e fenômenos semelhantes. Essas obras evidenciam a simbiose entre grupos criminosos organizados e poder estatal.
- 9 Von Lampe analisa a dinâmica do crime organizado na Alemanha, mas não o define. Contudo, ele frisa que, para definir o crime organizado, é necessário considerar sua relação com o Estado.
- 10 Felson considera que os grupos criminosos estão sempre em processo de cooperação. Essa cooperação pode ser pública ou privada. A cooperação pública é caracterizada pela relação com o poder estatal. A cooperação privada ocorre quando organizações criminais cooperam com empresas que têm atividades lícitas.

- 11 No Brasil, a frouxa fiscalização do Tribunal Superior Eleitoral sobre as contas de campanha dos partidos políticos é, por exemplo, um incentivo para a existência de recurso não contabilizado (o chamado “caixa 2”).
- 12 Mecanismo “[is] the pathway or process by which an effect is produced or a purpose is accomplished” (Gerring, 2007, p. 178). “[...] é o caminho ou processo pelo qual um efeito é produzido ou um propósito é realizado” (tradução livre).
- 13 Entenda-se por formação de preferência o processo pelo qual o ator decide o que quer e o que almeja alcançar. Esse processo de formação pode ser estratégico. Os atores podem abandonar sua preferência fundamental e levar em conta como os outros atores se comportam e como esse tipo de comportamento influencia o resultado do jogo.
- 14 Tipologia construída pelos autores com base nas diversas obras apresentadas neste artigo.
- 15 Tipologia construída com base na pesquisa de Adorno e Salla (2007).
- 16 Essa tipificação não será explorada neste artigo.

Bibliografia

- ADORNO, S. (2002), “Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea”, in MICELLI, Sergio (org.), *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*. São Paulo/Brasília/Anpocs/Sumaré/Capes. v. 4.
- ADORNO, S.; SALLA, S. (2007), “Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC”. *Estudos Avançados*, 61 (61): 7-130.
- BEZERRA, M. O. (1999), *Em nome das “bases”*: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- BOUDON, Raymond (1995), *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BRADY, David W.; FERREJOHN, John; POPE, Jeremy (2005), “Congress and civil rights policy: an examination of endogenous preferences”, in KATZNELSON, Ira; WEINGAST, Barry (eds.). *Preferences and situations: points of intersection between historical and rational choice institutionalism*. New York, Russell Sage Foundation.
- CALDEIRA, C. (2004), “Bangu 1: a política do cárcere duro”. *Revista de Estudos Criminais*, n. 13, p. 34-56.
- CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. (2001), *Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes (2009), “O Estado vendeu o preso e o PCC o comprou: consolidação do PCC no sistema carcerário paulista”, in CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, SBS.

- ELSTER, John (1994), *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- EVANGELISTA, H. de A. (2003), *Rio de Janeiro: violência, jogo do bicho e narcotráfico segundo uma interpretação*. Rio de Janeiro, Revan.
- FELSON, Marcus (2006), "The ecosystem for organized crime", in HEUNI: ANNIVERSARY LECTURE, 25, INKERI ANTTILA LECTURE, 7, 2006, Helsinki. Helsinki, Finland, Heuni. (Heuni Publication Series, 26)
- FIorentINI, G.; PELTZMAN, S. (1995), *The economics of organised crime*. Cambridge, Cambridge University Press.
- FUKUYAMA, Francis (2005), *Construção de Estados: governo e organização no século XXI*. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. Rio de Janeiro, Rocco.
- GAMBETTA, D.; REUTER, P. (1995), "Conspiracy among the many: the mafi in legitimate industries", in FIORENTINE, G.; PELTZMAN, S. *The economics of organised crime*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GERRING, John (2007), "The mechanistic worldview: thinking inside the box". *British Journal of Political Science*, 38 (1): 161-79.
- GOMES, Luiz Flávio (2009), "*Definição de crime organizado e a Convenção de Palermo*". *Jus Navigandi*, Teresina, ano 13, n. 2.170, 10 jun. 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12957>>. Acesso em: 4 fev. 2010.
- HESS, H. (1973), *Mafia and mafiosi: the structure of power*. Translated Ewald Osers. England, Saxon House.
- KATZNELSON, Ira; WEINGAST, Barry R. (2005), "Intersections between historical and rational choice institutionalism", in _____. (eds.). *Preferences and situations: points of intersection between historical and rational choice institutionalism*. New York, Russell Sage Foundation.
- LEAL, Gustavo (2004), *Aspectos da história do narcotráfico na Colômbia*. Recife, Ipad.
- LEEDS, E. (1998), "Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana: ameaças à democracia em nível local", in ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs.). *Um século de favelas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson (2009), As redes sociais do crime organizado: a perspectiva da nova sociologia econômica. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24 (69): 53-68, fev.
- LUNDE, Paul (2004), *Organized crime: an inside guide to the world's most successful industry*. London, Dorling Kindersley.
- LUPPO, S. (2002), *História da Máfia: das origens aos nossos dias*. São Paulo, Ed. Unesp.

- MALLORY, Stephen L. (2007), *Understanding organized crime*. Canada, Jones and Bartlett Publishers.
- MINGARDI, G. (1996), *O Estado e o crime organizado*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. (1998), “O que é crime organizado: uma definição das ciências sociais”, *Revista do Ilanud*, n. 8, p. 25-7.
- _____. (2007), “O trabalho da inteligência no controle do crime organizado”, *Estudos Avançados*, 61 (61): 51-70.
- MISSE, M. (2007), “Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro”, *Estudos Avançados*, 61 (61): 139-57.
- OLIVEIRA, Adriano (2007a), “As peças e os mecanismos do crime organizado em sua atividade de tráfico de drogas”, *Dados*, 50 (4): 699-720.
- _____. (2007b), *Tráfico de drogas e crime organizado: peças e mecanismos*. Curitiba, Juruá.
- OLIVEIRA, Adriano; ZAVERUCHA, J. (2008), “Criminalidade organizada endógena: corrupção, prefeituras e governo de coalizão”, in ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 6., 2008, Campinas, SP. *Anais...* Campinas, Unicamp.
- OLSON, M. (1999), *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo, Edusp.
- PIMENTEL, Stanley A. (2000), “The nexus of organized crime and politics in México”, in GODSON, Roy; BAILEY, John (eds.), *Organized crime e democratic governability: Mexico and the U.S.: Mexican borderlands*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- POPPER, Karl. Karl Popper (2008), *Busca inacabada: autobiografia intelectual*. Trad. João C. S. Duarte. Lisboa, Esfera do Caos.
- PUTNAM, Robert D. (2002), *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- SARTORI, Giovanni (1976), *Parties and party systems: a framework for analysis*. New York, Cambridge University Press.
- _____. (1997), *A política*. 2. ed. Trad. Sergio Bath. Brasília, Ed. UnB.
- TOKATLIAN, J. (2000), *Globalización, narcotráfico y violencia: siete ensayos sobre Colombia*. Buenos Aires, Norma.
- TSEBELIS, G. (1998), *Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. Trad. Luiz Paulo Rouanet. São Paulo, Edusp.

- UNITED NATIONS Office on Drugs and Crime (2002), *Crime trends: results of a pilot survey forty selected organized criminal groups in sixteen countries*. Vienna, UNODC.
- VON LAMPE, Klaus (2005), "Making the second step before the first: assessing organized crime – the case Germany", *Crime, Law and Social Change*, 42 (4-5): 227-59.
- VON LAMPE, Klaus; JOHANSEN, Per Ole (2004), "Criminal networks and trust. On the importance of the expectation of loyal behavior in criminal relations", in NEVALA, Semi; AROMAA, Kauko (eds.). *Organised crime, trafficking, drugs: selected papers presented at the ANNUAL MEETING OF THE EUROPEAN SOCIETY OF CRIMINOLOGY, 3., 2003*, Helsinki. Helsinki, Finland, Heuni, 2004. p. 102-113. (Heuni Publication Series, 42)
- ZAFFARONI, E. R. (1996), "Crime organizado: uma categorização frustrada". *Discursos Sedi-ciosos: Crime, Direito e Sociedade*, ano 1, n. 1, p. 45-68.
- ZALUAR, A. (2004), *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

Bibliografia recomendada

- Gambetta, D. (2007), *La máfia siciliana*. México, Fondo de Cultura Económica.
- GLENNY, M. (2008), *McMáfia: crimes sem fronteiras*. Trad. Lucia Boldrini. São Paulo, Companhia das Letras.
- HELMKEN, G.; LEVITSKY, S. (orgs.). (2006), *Informal institutions & democracy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- OLIVEIRA, A.; ZAVERUCHA, J. (2006), "Tráfico de drogas: uma revisão bibliográfica", *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 62: 5-17.
- SANDLER, Todd (1992), *Collective action: theory and applications*. Ann Arbor, Michigan, The University of Michigan Press.
- VARESE, F. (2005), *The Russian mafia*. Oxford, Oxford University Press.
- ZALUAR, A. (1994), *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- _____. (1999), "Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização". *São Paulo em Perspectiva*, 13 (13): 17-23.
- _____. (2002), "Violence related to illegal drugs: easy money and justice in Brazil, 1980-1995", in GEFFRAY, C.; FABRE, G.; SCHIRAY, M. (orgs.), *Globalization, drugs and criminalisation: final research report on Brazil, China, India and Mexico*. Paris, Unesco; Most.
- ZAVERUCHA, J. (2003), *Polícia civil de Pernambuco: o desafio da reforma*. 2. ed. Recife: Ed. Universitária.

Artigo recebido em novembro/2008

Aprovado em agosto/2010

Resumo

Conceito e origens do crime organizado: uma revisão bibliográfica

Este artigo possui dois grandes objetivos: (1) construir o conceito de crime organizado. Várias obras mostram as características da criminalidade organizada, mas não a define. Para alcançar tal objetivo, desenvolve-se uma revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional que aborda a criminalidade organizada. São apontadas as contribuições de cada obra para a construção da definição do que seja crime organizado. Dentre estas contribuições, está a constatação de que organizações criminosas podem procurar o Estado para sobreviver. Utilizando-se, especialmente, da Teoria da Escolha Racional, o crime organizado é definido; (2) mostrar as origens do crime organizado na medida em que as obras analisadas sugerem quais os ambientes em que a criminalidade organizada nasce.

Palavras-chaves: Crime organizado; Estado; Teoria da Escolha Racional; Origens; Instituições.

Abstract

Concepts and origins of organized crime: a bibliographical review

This article has two main aims: (1) to build the concept of organized crime. There are several studies that show the characteristics of the organized crime but do not define it. In order to achieve this definition, a national and international literature on organized crime is reviewed. Several authors mention that criminal organizations try to cooperate with the state in order to survive. The Rational Choice Theory is especially used here to produce a definition on organized crime; (2) the origins of organized crime are shown given the context where the organized crime develops.

Keywords: Organized crime; State; Rational Choice Theory; Origins; Institutions.

Résumé

Concept et origines du crime organisé: une révision bibliographique

Cet article possède deux objectifs principaux : (1) construire la notion de crime organisé. Plusieurs œuvres montrent les caractéristiques de la criminalité organisée, sans pour autant la définir. Pour atteindre cet objectif, nous développons une révision bibliographique de la littérature nationale et internationale qui traite de la criminalité organisée. Nos indiquons les contributions de chaque œuvre pour la construction de la définition de ce qu'est le crime organisé. Parmi ces contributions, la constatation que les organisations criminelles peuvent, pour survivre, avoir recours à l'État. En utilisant, en particulier, la théorie des Choix Rationnels, le crime organisé est défini; (2) montrer les origines du crime organisé dans la mesure où les œuvres analysées suggèrent quels sont les environnements dans lesquelles le crime organisé voit le jour.

Mots-clés: Crime organisé; État; Théorie du choix rationnel; Origines; Institutions.

Revisitando a “Teoria Geral” dos Partidos Políticos de Maurice Duverger*

Paulo S. Peres

Introdução

O desenvolvimento da democracia representativa foi uma longa marcha que começou com a fundamentação dos direitos civis nos séculos XVII e XVIII, ensejada pelo pensamento liberal e as revoluções burguesas, seguindo com a posterior luta pelos direitos políticos, nos séculos XIX e XX. Nesse contexto, os partidos políticos surgiram, já no século XIX e, especialmente, nas primeiras décadas do século XX, como os instrumentos centrais das democracias representativas. Embora muitas vezes vistos de forma negativa – e outras tantas de forma positiva –, o fato indisputável é que os partidos realmente mostraram ser os elementos básicos e cruciais da dinâmica democrática, a ponto de os governos parlamentares sempre terem sido considerados governos partidários (Schattschneider, 1942; Lapalombara e Weiner, 1966; Mair, 1990). Desse modo, conforme observa Scarrow (2002, p. ix), “os partidos políticos enraizaram-se a despeito de todas as reservas, e floresceram de tal modo que o século XX passou a ser denominado século da democracia partidária”.

Nesse contexto, há quase sessenta anos seria lançada na França aquela que viria a ser uma das obras fundamentais de uma das mais importantes linhas de estudo da Ciên-

cia Política e da Sociologia Política contemporâneas: a dos partidos políticos enquanto estruturas organizacionais. Precisamente em 1951, Maurice Duverger publicou *Les partis politiques*, livro que viria a ser considerado uma das principais contribuições aos estudos do fenômeno político-partidário.

Em realidade, dada a relevância dos partidos para o funcionamento da democracia representativa, é no mínimo curioso o fato de que o primeiro estudo mais aprofundado e exclusivamente dedicado ao problema tivesse sido lançado apenas em 1902, por Ostrogorski, e que, até o início dos anos 1950, quando Duverger lançou sua obra seminal, apenas outro trabalho mais sistemático tivesse sido publicado – o de Robert Michels, em 1911. O próprio Duverger (1951, p. ix) ressaltou esse ponto, ao afirmar que, “deixando de lado essas duas obras, não existe nenhum estudo comparativo das estruturas partidárias”. Não é por menos que Ball (1903, p. 501), ao resenhar os dois volumes da obra de Ostrogorski, enfatizou que, àquela altura, ainda “havia espaço para um tratado que tomasse a organização e a máquina partidárias como seu objeto específico, e que buscasse tratar esse fenômeno da política moderna com a mesma importância do papel desempenhado por eles nos governos modernos”.

* Agradeço imensamente aos pareceristas anônimos pelos comentários críticos e pelas valiosas sugestões que, certamente, contribuíram de maneira significativa para que o texto chegasse a este resultado. Obviamente, quaisquer falhas remanescentes são de minha inteira responsabilidade. Agradeço ainda a Raquel Weiss pela tradução das citações que estavam originalmente ou em inglês ou em francês.

Consequentemente, a importância do tema e a escassez de estudos e de modelos analíticos mais bem aquilatados até aquele momento fizeram com que o texto de Maurice Duverger assumisse quase imediatamente a posição de uma obra teórica e metodológica fundadora de um importante programa de pesquisa – a despeito de inúmeras críticas endereçadas ao seu livro já à época do lançamento (como em Diamant, 1952). Portanto, sua ascensão quase imediata ao *status* de clássico deveu-se sobretudo às inovações analíticas importantes trazidas pelo autor à área dos estudos partidários (Schlesinger e Schlesinger, 2006). Desde então, seu livro e modelo de análise são referências obrigatórias nas disciplinas de graduação e de pós-graduação dedicadas à temática, assim como no interior do debate acadêmico mais especializado, de forma que é impensável estudar ou pesquisar os partidos políticos sem que se tenha pelo menos um conhecimento básico da teoria duvergeriana.

Porém, a despeito da indiscutível importância de sua teoria sobre os partidos e sistemas partidários, é preciso saber em que medida o modelo de análise organizacional dos partidos desenhado pelo autor ainda seria aplicável aos estudos atuais. Sabidamente, é atribuída a Duverger a autoria de uma das poucas “leis” formuladas no âmbito da Ciência Política, “lei” esta que estabelece uma correlação entre a fórmula eleitoral e o formato quantitativo do sistema partidário; por isso, a “Lei de Duverger” ainda é central e extremamente atual nas linhas de pesquisas sobre os sistemas eleitorais e sistemas partidários em perspectiva comparada. Mas, será que poderíamos dizer o mesmo quanto ao seu modelo analítico e à sua classificação tipológica das organizações partidárias? Ou seja, seria esse um modelo conceitual ainda válido ou sua importância seria somente intelectual, cujo estudo seria indispensável,

obviamente, mas apenas como requisito necessário ao conhecimento especializado da evolução histórica dos estudos partidários?

Neste artigo, defendo a posição de que a obra de Duverger (1951) continua sendo referência indispensável do ponto de vista do desenvolvimento histórico dessa linha de investigação; consequentemente, seu estudo ainda deve ser estimulado e exigido de todos aqueles que procuram se especializar nessa área. Mas, além disso, conforme também procurarei argumentar, alguns aspectos de seu modelo continuam válidos e seriam extremamente úteis se aplicados nas atuais pesquisas empíricas sobre as organizações partidárias. Assim sendo, buscarei discutir e enquadrar analiticamente as propostas do autor quanto às classificações das organizações partidárias e dos sistemas de partidos com a intenção de atingir dois objetivos principais. O primeiro deles é apresentar uma espécie de guia de leitura para a introdução contextualizada e esquemática do texto, com o intuito de tentar despertar o interesse do leitor ainda não muito familiarizado com o tema e com a obra para ambas as coisas. O segundo objetivo é destacar as contribuições de Duverger à análise dos partidos, apontando tanto as limitações de seu modelo como suas possíveis aplicações nos estudos partidários atuais.

O contexto da obra

Les partis politiques veio a lume num momento em que existiam apenas dois trabalhos mais sistemáticos sobre o tema e que, igualmente, viriam a ser considerados seminais¹. Estes trabalhos eram *La démocratie et l'organisation des partis politiques*, de Moisei Ostrogorski², editado em 1902³; e *Zur Soziologie des Parteiwesens in der Modernen Demokratie*, de Robert Michels⁴, lançado em 1911⁵. Evidentemente, antes dessas três obras, muito já havia sido escrito sobre os partidos

(cf. Scarrow, 2002)⁶. David Hume (1742) e Edmund Burke (1770), por exemplo, no século XVIII, delimitaram-se ao debate acerca dos aspectos positivos e negativos da atuação partidária no que se refere à coesão social e aos interesses gerais. Frederick Grimke (1848), Gustave Struve (1848) e François Guizot (1849), quase no final da primeira metade do século XIX, incumbiram-se da discussão sobre as funções partidárias na dinâmica política das sociedades em transformação à sua época. Na segunda metade do mesmo século XIX, Walter Bagehot (1867) e Woodrow Wilson (1885) se ocuparam com a análise da relação entre os partidos, as legislaturas e o Executivo. Contudo, nada de mais sistemático sobre os partidos enquanto estruturas organizacionais tinha sido trazido a público até o início do século XX (cf. Engelmann, 1963), quando, finalmente, Ostrogorski e Michels dedicaram maior e exclusiva atenção às organizações partidárias em seus trabalhos pioneiros⁷. Conforme destacado por James Bryce (1902, p. xxxix), prefaciador da edição em inglês da obra de Ostrogorski,

[...] embora os partidos políticos sejam tão antigos quanto o próprio governo popular, sua natureza, suas forças e o modo como eles se organizavam receberam comparativamente pouca atenção por parte dos historiadores e dos autores vinculados ao que estava começando a ser chamado de Ciência Política”.

É provável então que o primeiro estudo “cientificamente orientado” sobre o tema tenha sido publicado pelo russo Ostrogorski; estudo este que acabou, direta ou indiretamente, estabelecendo vários parâmetros analíticos para as investigações subsequentes (Lipset, 1964; Linz, 1968). O pioneirismo de tal estudo se deve a pelo menos duas grandes inovações: de uma parte, à ênfase ainda rara na metodologia científica entendida

como um conjunto de procedimentos axiologicamente neutros de observação, de descrição acurada do fenômeno e, finalmente, de generalizações empíricas (Butler, 1958; Catlin, 1962); de outra parte, à mudança na unidade de análise, passando do formalismo das instituições de governo às forças sociais concretas que atuavam na política – os partidos enquanto organizações e os grupos que atuavam em seu interior.

Bryce (*ibidem*) também já chamava a atenção para esses pontos, ao ressaltar que, até aquele momento, “ninguém produziu qualquer tratado contendo uma descrição e um exame sistemáticos da estrutura dos partidos, tomados enquanto organizações governadas por regras consolidadas e que operam segundo métodos estabelecidos”. Décadas depois, Lipset (1964, p. xi) reforçou as palavras de Bryce, afirmando, em concordância com as avaliações um pouco mais recentes de McKenzie (1955), Butler (1958) e Catlin (1962), que “Ostrogorski foi o primeiro a argumentar pela necessidade de irmos além da análise formal das instituições políticas, pela necessidade de estudarmos o comportamento político real dos homens e das instituições exógenas à esfera governamental”. E, é claro, o próprio Ostrogorski (1902, p. li) tinha plena consciência do enquadramento inovador que estava empregando, proclamando-o sem tergiversações logo no início do primeiro volume de sua extensíssima obra de dois tomos: “neste livro”, asseverava o autor, “eu investigo o funcionamento do governo democrático. Mas não são as instituições que constituem o objeto de minha pesquisa, nem mesmo as formas políticas, e sim as forças políticas”.

Ostrogorski então acabou promovendo uma ruptura com as análises políticas tradicionais, cujos enfoques eram extremamente constitucionalistas, centrados nas leis e no governo, nas avaliações formalistas das implicações dos tipos de governo e da legisla-

ção sobre a dinâmica da política *stricto sensu*. Para o autor, tal abordagem apreenderia apenas um espírito descarnado, sem as forças e os interesses reais que estariam em jogo nas lutas e nas disputas, acima de tudo, sociais. À parte a forma de governo e o próprio governo, as leis e as constituições, existiriam as forças reais que moveriam a política, os grupos organizados que atuariam no governo e que escolheriam a legislação. Tratava-se, portanto, de investigar as forças sociais em cena, em ação no novo contexto da democracia de massas: os partidos políticos modernos. Em decorrência de tal postura, o autor é considerado, inclusive, um dos precursores da Sociologia Política (cf. Lipset, 1962; Barker e Howard-Jonston, 1975; Balão, 2001)⁸ e, de certo modo, do movimento favorável à abordagem comportamentalista do fenômeno político⁹.

Em grande parte, o tipo de abordagem bem como as inferências que podiam ser extraídas da análise de Ostrogorski (1902) tiveram grande influência sobre dois autores que viriam a ser centrais na análise das organizações burocráticas, incluindo-se os partidos: Max Weber e Robert Michels (cf. Schieder, 1962). Em sua famosa palestra *Politik als Beruf* (A Política como Vocação)¹⁰, e num texto voltado à discussão da burocracia estatal e da ação partidária, intitulado *Parlament und Regierung im Neugeordneten Deutschland* [Parlamento e governo na nova ordem alemã]¹¹, Weber se baseou nas ideias e nos conceitos trazidos pelo estudo de Ostrogorski acerca das políticas partidárias e parlamentares norte-americanas e inglesas, chegando até a sugerir a pertinência de se estender tais enquadramentos analíticos aos partidos alemães¹². Destarte, Weber praticamente estabeleceu o plano da pesquisa que Michels viria a desenvolver e que resultaria em seu trabalho clássico sobre o Partido Social Democrata alemão. Mas, além dessa influência indireta, por in-

termédio de seu mestre e amigo Max Weber (cf. Roth, 1963)¹³, Michels ainda receberia influências diretas do escritor russo na formulação de sua célebre “Lei de Ferro da Oligarquia” (cf. Runciman, 1963). Ademais, o próprio eixo central da agenda de pesquisas de Weber e de Michels seguia o mote dado por Ostrogorski, abarcando a preocupação com os efeitos do sufrágio eleitoral universal sobre os governos democráticos.

Portanto, todos aqueles autores viam com cautela e certo pessimismo o fato, segundo sua perspectiva, inescapável, de que a organização dos processos político-eleitorais por intermédio de *partidos de massas*, também complexamente organizados, pudesse levar o regime democrático a se degenerar, transformando-se numa oligarquia. Obviamente, os partidos tinham importância capital nesse processo, na medida em que a necessidade de organização das massas demandava a organização interna de suas atividades e de suas funções, levando à formação de burocracias profissionais especializadas e, no limite, às oligarquias e ao consequente divórcio entre representantes e representados. Michels (2001, pp. 9; 53-5) vislumbrou isso na forma de um curioso paradoxo:

[...] a democracia não é pensável sem organização. [...] [Mas,] quem diz organização, diz propensão à oligarquia. [...] [Assim,] a democracia entra em fase de declínio à medida que aumenta o nível da organização. [Portanto,] a democracia conduz à oligarquia, transforma-se em oligarquia.

Na verdade, a desconfiança em relação à democracia de massas não era nenhuma exclusividade do pensamento daqueles autores; nem terminou com eles. Antes de Ostrogorski, Constant (1810) e Tocqueville (1848) já haviam se adiantado no alerta para os perigos tanto da “tirania da maioria” como da

“tirania da minoria”. Mosca (1936, 1947), igualmente, já atento às relações a entre organização e a formação de elites, lidou com a dicotomia democracia/oligarquia, destacando que haveria apenas duas formas de governo possíveis, a aristocracia e a oligarquia, sendo a democracia nada mais do que um tipo de recrutamento “aberto” dos membros da classe dirigente. Também contemporâneo do autor russo, o francês Gustave Le Bon (1909, 1919), ressaltando os peculiares elementos psicológicos das massas, impôs sérias reticências quanto à viabilidade da democracia representativa de larga escala; depois, Ortega y Gasset (1937) estendeu tais preocupações até os limites da metafísica. E mesmo os fatos históricos pareciam confirmar tais preocupações, como a emergência de fenômenos totalitários – o fascismo, o nazismo e o socialismo soviético.

Desse modo, se a desconfiança em relação às massas incorporadas à política ocupou as mentes – e por que não dizer, os corações – de vários pensadores, os partidos políticos, responsáveis pela intermediação daquelas com o sistema político, conseqüentemente, tornaram-se objetos centrais de reflexão crítica. O problema é que, se os partidos, enquanto organizações como quaisquer outras, também se curvavam à lei sociológica da concentração do poder em um grupo minoritário, em decorrência da burocratização e da especialização das funções dos dirigentes partidários, conforme sugeriram Ostrogorski e Michels, esse indispensável instrumento da política moderna, contraditoriamente, poderia significar uma ameaça à existência da democracia. As organizações partidárias, portanto, passariam a ser vistas como um espectro da oligarquia a rondar as nações com sufrágio universal e governo representativo.

É nesse contexto que, ao longo das quase 500 páginas da edição original de *Les partis politiques*, Duverger (1951) nos apresenta

sua “teoria geral dos partidos”. Num nível teórico mais profundo, dois pontos motivam suas discussões. O primeiro deles é de natureza teórico-normativa e consiste na tentativa de relativizar aquele pessimismo em relação à alegada incompatibilidade entre as organizações partidárias modernas e a democracia. Como vimos, tal incompatibilidade havia sido estabelecida pelas duas implacáveis “leis” sociológicas proclamadas pelos elitistas: a “Lei da Circulação das Elites” ou da “Classe Dirigente”, de Pareto e Mosca, e a “Lei de Ferro da Oligarquia”, de Michels. Duverger procura então conciliar ambas as leis numa lógica um pouco mais otimista em relação à dinâmica democrática, embora fosse este um otimismo um tanto contido ou, por que não dizer, conformado à aceitação de que, de fato, todo governo, fosse qual fosse, seria sempre e necessariamente uma oligarquia, e que os partidos, mesmo os societários – socialistas e comunistas –, não escapariam à regra da concentração do poder decisório em um pequeno grupo de dirigentes. Não obstante, segundo o autor, se, de uma parte, seriam verdadeiras as máximas elitistas acerca dos *partidos de massas*, de outra, seria inegável que estes cumpririam duas funções chave nos governos representativos, ou seja, (1) a de recrutar uma elite societária e formá-la no interior do partido e (2) a de promover a ascensão dessa elite popular ao sistema parlamentar por intermédio da verdadeira representação política, que seria a representação orgânica dos diversos grupos sociais¹⁴.

A “solução duvergeriana” para os paradoxos democráticos apontados pelos elitistas consistiu, portanto, no seguinte raciocínio: a despeito das suas estruturas organizacionais oligárquicas, os *partidos de massas* promoveriam uma real ascensão do *demos* à *polis*, impondo uma mobilidade social e política vertical, na medida em que os “representantes” verdadeiros – no sentido de pertencimento

de classe – das camadas populares ascenderiam à condição de “classe dirigente”, ou seja, de uma elite política popular. No mundo dos *partidos de quadros*, prevalecia apenas a delegação ou a representação política abstrata, já que os parlamentares recebiam dos demais cidadãos a incumbência de produzir a legislação e as políticas sem que houvesse quaisquer ligações orgânicas entre os mandantes – o povo – e os mandatários – as elites. Já no mundo dos *partidos de massas*, a mera representação política selada no momento eleitoral pela cessão dos direitos abstratos de agir como um “delegado” da “vontade popular”, sem que o representante realmente pertencesse aos grupos populares, característico do final do século XIX, quando ainda eram vigorosos os *partidos de quadros*, seria substituída pela “verdadeira representação política”, pois consistiria sobretudo numa representação de natureza estrutural – representantes oriundos da mesma classe ou do mesmo grupo social. Assim sendo, no momento cerimonial dentro da cabine de votação, além da produção simbólica e contratual da delegação política, efetivada mediante o depósito da cédula na urna, teríamos, simultaneamente, a concretização da representação orgânica¹⁵.

Dessa forma, o desenvolvimento da democracia representativa, o que significa dizer a ampliação do sufrágio, não apenas criou um ambiente eleitoral mais competitivo, demandando outro modelo organizacional, mais complexo – hierárquico, centralizado e disciplinado –, como também a necessidade de sistemas partidários realmente mais representativos dos interesses de classe. Consequentemente, além de terem conseguido se organizar de modo que se fizessem mais competitivos, os *partidos de massas* trouxeram igualmente a possibilidade de conciliar a delegação política com a representação orgânica dos diversos grupos sociais por intermédio do recrutamento “aberto” de uma elite

societária, a genuína e legítima representante dos interesses populares. Por isso mesmo, a existência dos *partidos de massas* seria a condição indispensável, embora não suficiente, para o funcionamento efetivo da democracia representativa e para uma política governamental mais progressista; afinal, de acordo com Duverger (1951, pp. 458-9):

Um regime sem partidos assegura a perenidade das elites dirigentes estabelecidas por critérios de nascença, de dinheiro ou de funções desempenhadas. [...] Um regime sem partidos é necessariamente um regime conservador. [...] Um sistema [de partidos] permite ao mesmo tempo a constituição de uma classe dirigente oriunda do povo, que substitui as classes antigas. Em relação a este último ponto, partido único e regimes pluralistas se aproximam. A significação mais profunda dos partidos políticos é que eles promovem a criação de novas elites, que restituem o verdadeiro sentido da representação, o único sentido real. Todo governo é oligárquico por natureza: mas a origem das oligarquias e sua formação podem ser muito diferentes, e é isso que determina sua ação. É preciso substituir a fórmula *governo do povo para o povo* pela seguinte: *governo do povo por uma elite oriunda do povo*.

Desse ponto de vista, a democracia não seria incompatível com os *partidos de massas* por serem eles oligárquicos, pois, em realidade, qualquer governo seria invariavelmente oligárquico, independentemente dos modelos organizacionais dos partidos em questão. Muito pelo contrário: a democracia representativa não apenas seria compatível com os *partidos de massas* como somente seria efetiva se operada por eles. O problema não residiria, portanto, nos partidos ou em sua estrutura organizacional, mas sim na concepção de democracia predominante naquele mo-

mento, por demais impregnada de “aspirações filosóficas falaciosas”. Nas palavras de Duverger (pp. 464-5):

Nós vivemos com uma noção irreal de democracia, forjada pelos juristas na esteira dos filósofos do século XVIII. “Governo do povo para o povo”, “governo da nação por seus representantes”: belas fórmulas, eficazes para promover o entusiasmo e para facilitar o desenvolvimento da oratória. Belas fórmulas que não significam nada. Nunca se viu um povo governar a si mesmo, e jamais se verá. Todo governo é oligárquico, o que pressupõe a dominação de poucos sobre muitos [...]. A verdadeira democracia é outra coisa: ela é mais humilde, porém, mais real.

Mudando-se o entendimento do que de fato seria o regime democrático, ficariam claras seja a possibilidade de nele se acomodar o fenômeno partidário, seja a centralidade dos partidos no funcionamento dos governos representativos. Para Duverger, uma concepção mais “realista” acerca da democracia, levar-nos-ia a compreendê-la apenas como um “regime no qual os governantes são escolhidos pelos governados, mediante eleições honestas e livres” (p. 387), o que, por sua vez, conduzir-nos-ia à conclusão de que a democracia deve deixar de ser considerada uma forma de governo para ser vista tão somente como um mecanismo de recrutamento das elites¹⁶ – exatamente como na teoria de Mosca (1947). Evidentemente, para que o processo de “renovação da classe dirigente” funcione de maneira efetiva, os partidos se fazem mais do que necessários, fazem-se essenciais, no sentido mais literal do termo, cabendo-lhes a necessária rotação das engrenagens que produzem novas elites, oriundas agora da própria sociedade civil mais abrangente; elites societárias capazes do verdadeiro exercício da representação popu-

lar¹⁷. Redunda disso a necessidade imperiosa de se estudar sistematicamente as organizações partidárias de maneira a que se entenda não apenas seu funcionamento interno, mas suas relações com as outras variáveis sociais e políticas.

Este último aspecto nos leva ao segundo ponto que motiva a reflexão do autor, que é a tentativa de esquadriñar uma teoria geral dos partidos. Duverger, entretanto, tinha plena consciência do grande paradoxo contido nessa tarefa, pois se aventurava num campo ainda pouco explorado e, por isso mesmo, sua teorização, necessariamente, seria precária e sujeita a sucessivas modificações. Isso porque a construção de uma teoria empiricamente fundamentada deveria consistir na busca de generalizações baseadas em estudos monográficos preexistentes; mas, a ausência de uma teoria geral dificultava a própria realização desses estudos de caso. Então, apesar de até haver alguns estudos, especialmente nos Estados Unidos e, notadamente, sobre os partidos norte-americanos, “nenhum deles, contudo, esclarece realmente os problemas da evolução das estruturas partidárias, do número e das relações recíprocas entre os partidos [e] de seu papel no Estado” (Duverger, 1951, p. vii). A ruptura desse círculo vicioso em favor das pesquisas comparativas sobre as organizações partidárias exigia, assim, o risco, que o autor aceita correr, de se aventurar no primeiro esboço de uma “teoria geral” dos partidos políticos, embora sujeita a erros, correções e reconstruções. Devido a isso, ele mostra uma preocupação bastante grande com a operação metodológica das pesquisas futuras e, com tal intuito, procura elaborar um modelo de análise formal, passível de aplicação em estudos de caso e em estudos comparativos variados. Outra preocupação metodológica de Duverger é reunir todas as questões essenciais relativas aos partidos e suas relações com outras variáveis institucionais,

psicológicas e sociais, de modo a estabelecer “as hipóteses suscetíveis de guiar pesquisas futuras, que um dia permitirão a formulação de leis sociológicas autênticas” (p. viii).

Sob tal perspectiva, as seguintes perguntas de fundo conduziram sua teorização: o que seriam os partidos políticos? Por que teriam surgido? Quais os tipos possíveis de partidos? O que explicaria sua variabilidade organizacional e funcional? Quais suas características estruturais principais? Quais suas funções básicas? O que explicaria a variação no número de partidos de cada país? Qual sua relação com outras instituições sociais e políticas?

Podemos perceber pelo teor das questões endereçadas ao problema que, embora o autor reconheça a importância de se estudar as doutrinas ou ideologias partidárias e sua composição social, sua proposta consistiu em explorar um aspecto até então quase inexplorado do fenômeno, qual seja, a estrutura organizacional dos partidos, especialmente dos partidos modernos. Portanto, o caráter mais distintivo dos partidos modernos é sua estrutura organizacional extremamente complexa e burocratizada. Isso significa que uma teoria geral dos partidos tem que ser uma teoria sobre a organização partidária.

A “estasiologia” de Duverger¹⁸

Nascido em 1917, em Angoulême, uma comuna francesa da região centro-oeste do país, Maurice Duverger se dedicou aos estudos jurídicos e iniciou sua carreira como professor de Direito Administrativo na Universidade de Bordeaux, onde, cada vez mais, interessou-se pelo Direito Constitucional e pela Sociologia Política, o que viria a se refletir em sua obra, dedicada especialmente a tais temas. Inclusive, em decorrência desse interesse, acabou por ser um dos fundadores da primeira Faculdade de Ciência Política,

também em Bordeaux, em 1948. Tornou-se ainda professor emérito da Sorbonne e membro da Fondation Nationale des Sciences Politiques (FNSP)¹⁹. Mas, além da atuação acadêmica, Duverger empenhou-se igualmente na militância política, aderindo, em 1933, à Union Populaire Republicaine, e filiando-se ao Parti Populaire, em 1936. Entre 1990 e 1994, foi membro do Grupo dos Partidos Socialistas Europeus, no Parlamento Europeu.

Segundo Hoffmann-Martinot (2005), quando criança, Duverger cogitou ser biólogo e se interessava, sobretudo, pelos insetos e por sua classificação. Inclusive, interessou-se de tal modo que acabou tomando gosto pelo raciocínio classificador, a ponto de ele mesmo supor que esse fascínio, depois de ele já ter se desviado da Biologia, por qualquer motivo, tenha-o conduzido finalmente ao Direito Constitucional, uma ciência de vocação classificatória, e, por extensão, à Sociologia Política, dedicada aos construtos tipológicos, à metodologia e às análises comparadas dos governos²⁰ e, no caso em questão, dos partidos políticos²¹.

Sob tal perspectiva, Duverger persegue três objetivos principais em *Les partis politiques*. O primeiro deles consiste na elaboração do esboço de uma primeira teoria geral das organizações partidárias, com a apresentação de critérios de análise e métodos de pesquisa. Seu segundo objetivo é apresentar um modelo de análise formal, contendo algumas questões centrais do problema, conceitos operacionais básicos e critérios classificatórios, por meio de uma heurística taxonômica. Finalmente, seu terceiro principal objetivo é propor algumas hipóteses de pesquisa a serem testadas em agendas de investigação futuras, de modo que seja possível a formulação de “leis sociológicas”. Para atingir tais objetivos, Duverger desenvolveu a exposição sobre dois eixos analíticos centrais, quais sejam: (1) a

explicação do surgimento dos partidos, da lógica de sua evolução e dos tipos partidários de acordo com sua estrutura organizacional e (2) a proposição de hipóteses sobre a relação entre os partidos em seu conjunto, especialmente no que se refere ao formato quantitativo do sistema partidário, e certas variáveis políticas e sociais, como (a) as correntes de opinião (b) a estrutura social, (c) a fórmula eleitoral e (d) a dinâmica dos regimes políticos ou dos governos.

A perspectiva teórico-metodológica

Duverger utiliza a metodologia classificatória, baseada na observação de diversos casos para a construção de uma tipologia empírica. Em termos epistemológicos, é possível afirmar que o autor trabalha com um “paradigma analógico”²², aplicando o *modus operandi* da taxonomia empregada pela Biologia ao estudo classificatório dos partidos políticos. Estes, enquanto um “gênero”, abrigariam em seu interior determinadas “espécies”²³. *Grosso modo*, a unidade taxonômica “gênero” serve para agrupar um conjunto de “espécies” com semelhanças morfológicas e funcionais, apresentando, assim, elevando grau de “comunalidade” e uma “ancestralidade” compartilhada. As espécies, por sua vez, compreendem cada um dos grupos em que se divide o “gênero” e apresentam certas variações estruturais, embora com semelhanças funcionais. O problema empírico, então, seria descrever as características específicas de cada espécie partidária e encontrar as possíveis explicações para tal variabilidade. Dito de outro modo: seria preciso descrever as diferentes espécies de partidos, desde um “gênero” comum, e explicar o porquê do surgimento do gênero e de tal variação de espécies.

Esse problema, posto dessa forma, não é outro senão o mesmo já enfrentado pela

teoria evolucionista de Darwin – como explicar a variabilidade sincrônica e diacrônica das espécies. É nessa seara biológica taxonômica, e também vinculada ao evolucionismo *darwiniano*, que Duverger nos oferece seu “tratado de história natural” dos partidos, pois, nele, o autor analisa a “origem das espécies partidárias”, por assim dizer. Trata-se de uma “história natural” porque a premissa adotada é a de que cada tipo de organização partidária teria aparecido como uma “resposta” histórica e “ambientalmente” necessária a cada configuração do *habitat* social. Daí a importância da investigação da origem ou a “genealogia” tanto do “gênero partido” como das “espécies partidárias”, afinal, na perspectiva evolucionista, a origem tem relação, ao mesmo tempo, com o “gênero” e com as “espécies”, na medida em que há, igualmente, um momento histórico em que o “gênero” emergiu e um momento histórico em que surgiu cada “espécie”. Não à toa, seu estudo inicia precisamente com uma introdução intitulada “A origem dos partidos”, na qual busca uma ancestralidade comum que possa caracterizar o surgimento do “gênero partidário” para, a partir daí, identificar as variações evolutivas em seu interior ou as “espécies partidárias” que foram sucedendo umas às outras.

Uma vez identificadas as origens das “espécies” partidárias, o próximo passo consiste na catalogação das espécies, com a finalidade de encontrar o conjunto de características morfofisiológicas que lhe conferem certo grau de especificidade. Isso demandaria um procedimento de “dissecação”, ou a prática da “anatomia”, levando à identificação analítica das partes que compõem suas “estruturas internas” e das funções endógenas às próprias estruturas. Mas, essa “anatomia” não mostraria apenas as estruturas e funções de cada espécie, mostraria também como cada uma delas possui uma morfologia e

uma fisiologia mais bem adaptadas ou não ao “sistema ecológico” ou *habitat* em questão, assim como em que medida cada espécie teria surgido justamente em sintonia com cada contexto ambiental²⁴. Como veremos mais adiante, no caso dos partidos em geral, o contexto ambiental de seu surgimento foi a emergência da democracia representativa, e, no caso da evolução dos *partidos de quadros* para os *partidos de massas*, foi a ampliação do sufrágio eleitoral.

Com efeito, o autor utiliza uma lógica de inferências indutiva, servindo ao propósito da organização teórica dos “dados observados” e da formulação de hipóteses construídas empiricamente. O procedimento inferencial consiste em encontrar alguma regularidade empírica na relação entre certas variáveis e, a partir disso, propor hipóteses com estatuto de quase-lei. Os exaustivos exemplos de casos, expostos em contraposição uns aos outros, comparativamente, servem, assim, a dois propósitos epistemológicos bastante claros: (1) reunir uma fonte histórica de fatos que justifiquem a formulação de uma teoria e de um conjunto de hipóteses e quase-leis e (2) servir de “evidência” do tipo “verificacionista” para a sustentação tanto do modelo teórico como da validade das hipóteses e das quase-leis formuladas.

Portanto, sua abordagem é taxonômica – classificatória, comparativa e indutiva – e evolucionista. Mas não se trata do evolucionismo simplificado, e sim da necessidade histórica de certas organizações políticas em contextos que demandem tais tipos de organizações – daí a ideia de resistência dever ser substituída pelas ideias de flexibilidade e de adaptação. Com efeito, a história das instituições sociais consistiria numa evolução orgânica, qualitativamente mutável, dinâmica e flexível, que conduziria à evolução mais ou menos concomitante e “acoplada” das instituições políticas²⁵. Cada contexto histórico,

cada estrutura social, seria mais propícia à manifestação de determinadas instituições políticas ou, no caso específico, de determinadas organizações partidárias. Assim, para Duverger (p. x), “os partidos modernos caracterizam-se antes de tudo por sua anatomia: aos protozoários das épocas anteriores sucederam-se os partidos com organismos complexos e diferenciados do século XX”.

A “genealogia” e a “anatomia” das organizações partidárias

A “genealogia” partidária deve responder à seguinte pergunta: como e por que surgiu o “gênero” partidário e suas “espécies”? A “anatomia” partidária, por sua vez, incumbir-se-ia da resposta a uma indagação mais analítica: como é a estrutura de cada espécie partidária e como cada qual funciona? Isso significa que os aspectos mais importantes da análise das organizações partidárias são o contexto histórico que explica o seu surgimento e a tipologia que distingue as “espécies” de partidos, de acordo com as principais características de suas estruturas internas. Inclusive, haveria certa relação causal implicada na interação da origem partidária com as estruturas organizacionais e a tipologia. Antes de tudo, a origem dos partidos é importante porque condiciona a estrutura organizacional e, assim, sua dinâmica interna e sua interação com o ambiente. Nesse sentido, a origem condiciona a própria ontologia partidária, assim como o grau de concentração de poder no interior da organização e a pluralidade das facções de cada exemplar específico, condicionando, assim, o grau das tensões e dos conflitos internos e externos, bem como o alcance do afastamento do partido em relação ao seu programa e à sua organização originais ao longo de seu processo evolutivo.

Levando tudo isso em consideração, para Duverger (1951, p. 1), toda a análise parti-

dária deve começar com uma “genealogia” porque “assim como os homens carregam a marca de sua infância durante toda a sua vida, os partidos também são submetidos às influências de sua origem”. Sinteticamente, a “genealogia” partidária realizada pelo autor segue essa linha de raciocínio. Em termos genéricos, o partido, enquanto um fenômeno organizacional, surgiu em decorrência da aparição da democracia representativa, mais ou menos em meados do século XIX. Os grupos parlamentares aristocráticos daquela época se viram de uma hora para a outra na inusitada situação de terem de exercer o poder político como representantes da vontade popular, com mandatos fixos e renováveis, legitimados pelo voto. Tais grupos tiveram então de se mobilizar para a disputa eleitoral, o que os levou à criação de comitês eleitorais. A relação entre esses grupos parlamentares e os comitês eleitorais, por sua vez, daria a tônica do que passaria a ser a primeira espécie partidária moderna: o *partido de quadros*. Por ter sido criado por grupos parlamentares, ou seja, uma aristocracia que já estava alojada no Poder Legislativo, o *partido de quadros* teve uma origem endógena ao sistema político, o que acabaria conferindo-lhe certas características morfofisiológicas distintas.

Então, de acordo com Duverger (p. 85):

O partido de quadros [...] procura reunir pessoas ilustres para preparar as eleições, conduzi-las e manter o contato com os candidatos. Pessoas ilustres cujo nome, prestígio ou brilho servirão como caução ao candidato e lhe garantirão voz; técnicos notáveis que conhecem a arte de manipular os eleitores e de organizar uma campanha; notáveis financiadores que trarão o que há de mais essencial, o dinheiro. Aqui é a qualidade o que mais importa: o tamanho do prestígio, a habilidade da técnica, o montante financeiro.

Porém, em sua dinâmica evolutiva, o ambiente eleitoral foi se tornando cada vez mais competitivo e qualitativamente diferente, na medida em que a ampliação do sufrágio até sua universalização não levou apenas um grande contingente populacional qualquer aos processos eleitorais, mas sim as massas “proletárias”. Esse novo ambiente, configurado a partir do final do século XIX e aprofundado nas primeiras décadas do século XX, impôs a necessidade de uma organização partidária mais bem adaptada a esse *habitat* reconfigurado, e essa nova espécie partidária, os *partidos de massas*, emergiu com um conjunto de características que lhe ofereciam consideráveis vantagens comparativas: organizacionais, doutrinárias, retóricas etc.

Diferentemente dos *partidos de quadros*, os *partidos de massas* tiveram sua origem nos grupos sociais organizados – e não nos grupos parlamentares aristocráticos –, como os sindicatos, por exemplo. Esses grupos sociais decidiram lutar pelo poder político no âmbito da competição eleitoral e perceberam que suas chances de vitória eram incrementadas na razão diretamente proporcional à ampliação dos direitos políticos e à estruturação permanente e burocratizada de suas unidades organizacionais. Desse modo, os grupos sociais criaram seus comitês eleitorais para competir nas eleições e, depois, formaram seus grupos parlamentares com seus membros já eleitos, de maneira que a direção partidária pudesse exercer controle sobre eles.

O compósito dos grupos sociais, dos comitês eleitorais e dos grupos parlamentares resultou na estrutura organizacional dos *partidos de massas*. Assim, enquanto o vetor da origem dos *partidos de quadros* se inicia nos grupos parlamentares, passa pelos comitês eleitorais e resulta na estrutura partidária, o vetor de origem dos *partidos de massas* começa nos grupos sociais organizados, passa depois pelos comitês eleitorais e pelos gru-

pos parlamentares, para então resultar na sua organização partidária específica. De acordo com Duverger (p. 85), “os partidos de massas caracterizam-se pelo apelo ao público: ao público pagador, que permite que a campanha eleitoral escape à servidão capitalista; ao público ouvinte e mobilizado, que recebe uma educação política e aprende como intervir na vida do Estado”.

De maneira bastante sintética, poderíamos identificar, então, as seguintes características próprias de cada espécie partidária identificada pelo autor. Os *partidos de quadros* – geralmente burgueses – caracterizar-se-iam por: (a) pouca atividade de recrutamento, (b) atividade partidária apenas eleitoral, (c) financiamento autônomo das próprias elites partidárias, (d) pouca complexidade administrativa, (e) direção concentrada e personalista, (f) alto grau de disputa interna entre poucos e pequenos grupos desvinculados da base, (g) pouca consistência programática, (h) pouca importância dada a fatores ideológicos e (i) estrutura decisória descentralizada e pouco hierárquica. Os *partidos de massas*, por sua vez – os socialistas e comunistas –, apresentariam: (a) atividades de recrutamento permanentes, (b) atividades de propaganda e de doutrinação constantes, (c) contribuições financeiras dos membros ao partido, (d) uma organização complexa, com rede de unidades e subunidades políticas e uma burocracia permanente, (e) pouco personalismo das lideranças, (f) disputas internas orientadas por divergências ideológicas, (g) alta consistência programática, (h) grande relevância de fatores ideológicos e (i) estrutura decisória hierárquica e centralizada.

Assim, a distinção dicotômica *partidos de quadros/partidos de massas*, elaborada a partir da origem de cada espécie e das consequências organizacionais implicadas em cada origem acabou representando uma das grandes contribuições do autor aos estudos

partidários posteriores que, quase sempre, orientaram-se pela heurística classificatória que procurava identificar em que medida teria ocorrido a evolução partidária em cada país analisado, em que medida cada conjunto de partidos correspondia, e em que grau, ao perfil originário e organizacional dos *partidos de massas*. Estes, inclusive, acabaram sendo tomados muitas vezes não apenas como uma “espécie” partidária, mas como o tipo verdadeiro e mais desenvolvido de organização partidária, um ideal normativo a ser perseguido pelas democracias instáveis ou pelas novas democracias. No Quadro 1, estão resumidas as principais características distintivas dos dois tipos partidários.

Podemos perceber que as diferentes origens são correlacionadas às diferentes ideologias, composições sociais e, o mais importante, às estruturas organizacionais de cada tipo. Os partidos de origem interna refletem os interesses de grupos aristocráticos ou de uma elite “fechada”, cuja doutrina se identificaria historicamente com os valores burgueses. Enquanto o voto era censitário, seus apelos e sua organização, pouco complexa e sazonal, voltada meramente aos períodos eleitorais, esses partidos puderam sobreviver. Mas as mudanças estruturais provocadas pela revolução industrial, em concomitância com o alargamento da democracia representativa, tornou possível o surgimento de um partido societário, identificado com os interesses dos trabalhadores e portador de valores socialistas. Por isso, em termos sociológicos, a primeira “espécie” partidária, os *partidos de quadros*, coincide com os partidos burgueses, e a segunda, os *partidos de massas*, com os partidos socialistas²⁶.

Além disso, o aumento da competição, provocado pela ampliação dos direitos políticos, demandou que se realizassem atividades constantes de recrutamento, com a finalidade de suprir duas necessidades: um corpo vo-

Quadro 1
Características Distintivas das Espécies Partidárias, segundo Duverger (1951)

	Partidos de Massas	Partidos de Quadros
<i>Genealogia</i>		
Origem	Externa	Interna
Vetor da gênese	A partir do topo (lideranças ou grupos burocráticos das organizações sociais)	A partir da base (os próprios parlamentares compõem a base do partido)
Desenvolvimento	Diretórios criados a partir do centro	O centro é criado a partir dos diretórios
Ocorrência histórica	De meados do séc. XIX até o início do séc. XX	Início do séc. XX
Exemplares	Partidos proletários (socialistas e comunistas)	Partidos burgueses (liberais e conservadores)
<i>Morfologia</i>		
Grau de centralização	Mais centralizados (o grau de centralização da organização depende da estrutura da organização social que fundou o partido)	Menos centralizados (cada diretório tem bastante poder de decisão sobre as questões de interesse de cada instância)
Grau de hierarquização	Altamente hierárquico (as decisões são verticalmente impostas)	Pouco hierárquico (as instâncias locais nem sempre seguem as decisões superiores)
Constitucionalismo partidário	Elevado (encontros, congressos, assembleias etc.)	Reduzido
Grau de autonomia dos dirigentes	Lideranças centrais com maior liberdade de ação	Lideranças centrais com menor liberdade de ação
Burocracia	Elevada burocratização	Baixa burocratização
Estrutura organizacional	Complexa	Simple
<i>Fisiologia</i>		
Objetivos principais	Políticas [<i>policy-seeking</i>] Educação política	Vitória eleitoral [<i>vote-seeking</i>] Cargos governamentais [<i>office-seeking</i>]
Atividades	Permanentes	Sazonais [períodos eleitorais]
Campanha de filiação	Intensa	Esmorecida
Financiamento	Contribuição dos filiados	“Investimento” dos quadros dirigentes
Função da ideologia	Preponderante	Secundária
Temas dos debates internos	Interesses doutrinários e coletivos	Interesses pessoais
Processos decisórios	Complexos	Simple
Vetor de influência	Do partido sobre os parlamentares	Dos parlamentares sobre o partido
Grau de disciplina	Alta	Baixa

luminoso de militantes dispostos ao trabalho voluntário pelo partido e o financiamento crescente da organização por meio de contribuições dos filiados. Em razão disso, surgiu a necessidade de formação de uma burocracia permanente e cada vez mais numerosa, assim como a construção de uma rede complexa de unidades políticas e administrativas. Paralelamente, o caráter societário de sua origem lhe conferiu maior nitidez e consistência ideológica, do mesmo modo que maior disciplina por parte de seus membros, inclusive dos parlamentares.

Mas, vejamos com maior detalhe a análise da estrutura organizacional que, ao mesmo tempo, conduziu à elaboração do modelo formal proposto pelo autor para os estudos partidários. Avancemos, então, da “genealogia” para a “anatomia” dos partidos.

Em termos organizacionais, devem ser considerados na análise, seja do “gênero partido” seja das espécies, os seguintes elementos: (1) o arcabouço partidário, (2) os membros do partido e (3) a direção partidária. Quanto ao que o autor chamou de arcabouço partidário, devem ser considerados os seguintes aspectos: (a) o tipo de estrutura (se *direta* ou *indireta*), (b) os elementos de base (as instâncias estruturais, ou seja, os diretórios, os comitês, as seções, a célula, as milícias etc.) e (c) a articulação entre tais instâncias (se forte ou fraca, se horizontal ou vertical, se centralizada ou descentralizada). No caso dos membros, a análise deve se concentrar (a) no processo de filiação (critérios para a adesão e estatísticas dos adeptos), (b) na natureza da participação (se sagrado/profano, se comunal/social) e (c) no grau da participação (intensidade do envolvimento). Em relação à análise da direção partidária, deve-se atentar para (a) os procedimentos de escolha dos dirigentes, (b) a natureza oligárquica dos grupos dirigentes e (c) a relação entre a direção do partido e seus parlamentares.

A avaliação do arcabouço partidário, no que se refere ao tipo de estrutura, deve considerar o grau de independência do partido em relação à sociedade civil organizada. Desse modo, os partidos *diretos* são aqueles cujos adeptos formaram a organização sem a mediação de outros grupos sociais organizados; já os partidos *indiretos* são resultantes da união de grupos sociais de base preexistentes, como os sindicatos e os movimentos religiosos. Nesse caso, os grupos sociais e os partidos são praticamente indistintos, prevalecendo um forte vetor de influência desses grupos sobre a organização partidária e seus respectivos parlamentares. Geralmente, os *partidos de quadros* são *diretos* e os *partidos de massas* *indiretos*.

Entretanto, segundo Duverger (1951, p. 34), “um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados por todo o país (seções, comitês, associações locais etc.) ligados pelas instituições coordenadoras”. Ou seja, a análise do arcabouço partidário deve levar em conta igualmente os elementos de base da organização, pois “a arquitetura das ligações e relações entre os grupos elementares do partido exerce uma profunda influência sobre seus militantes, sobre sua unidade doutrinária e sobre a eficácia de sua ação, e até mesmo sobre seus métodos e seus princípios” (p. 59). Deve-se então avaliar as prerrogativas estatutárias, a composição e os interesses relativos que caracterizam cada uma dessas instâncias que dão vida à organização partidária.

Considerando-se que um partido, em essência, é um aglomerado de micro-organizações articuladas, e que, comumente, estrutura-se de maneira hierárquica e piramidal, o mais importante é analisar o padrão das relações verticais e horizontais que dão a tônica do funcionamento de cada partido. Em primeiro lugar, tais relações podem ser *fortes*

ou *fracas*, designando o grau de influência entre as instâncias, seja de forma hierárquica descendente – do topo para a base – seja de forma hierárquica ascendente – da base para o topo. Assim, em partidos de articulação *fraca* seriam muito tênues quaisquer influências de determinadas instâncias sobre outras, inviabilizando a democracia interna do partido. Por outro lado, quando a articulação é forte, é possível tanto a democracia interna – articulação *forte* ascendente – como sua inexistência, dado que o vetor de influência pode se manifestar apenas no sentido que vai do topo à base da organização – articulação *forte* descendente²⁷.

Além da força das relações, devemos também analisar o sentido da ligação entre as instâncias. Este pode ser identificado em duas dimensões: uma, pela dicotomia *horizontal/vertical*; outra, pelo contínuo *centralização/descentralização*. Enquanto a dicotomia permite apreender as formas de coordenação das instâncias partidárias, o contínuo possibilita a observação das formas de distribuição dos poderes entre estas. Partidos com predomínio do sentido *horizontal* permitem maior interação, tanto dos membros de uma mesma instância como das instâncias. Onde, contrariamente, predominam as relações *verticais*, o controle hierárquico descendente é rígido e as instâncias equivalentes somente se relacionam com a intermediação das instâncias superiores. Geralmente, partidos com articulação *fraca* apresentam relações *horizontais* e são, muitas vezes, partidos *diretos* e de origem *interna*. Já os partidos *indiretos* costumam ter articulação *forte* e relações *verticais*, com origem *externa*.

Do ponto de vista da *centralização/descentralização*, o autor propõe que façamos uma subdivisão desse contínuo em certas modalidades de centralização (*autocrática* ou *democrática*) e de descentralização (*local, ideológica, social e federativa*)²⁸. Haveria

a *descentralização local* quando prevalecesse grande autonomia da base e da direção das instâncias locais do partido. Esse tipo de descentralização incentivaria o localismo político em detrimento das grandes questões nacionais, dificultando inclusive a formação de uma agenda partidária unificada. A *descentralização ideológica* consistiria numa situação de grande autonomia das correntes doutrinárias internas à organização, a ponto de o estatuto, às vezes, prever alguma forma de representação proporcional dessas correntes nas diversas esferas diretivas. Esse tipo, de uma parte, promove intenso debate interno, com o predomínio de grandes temas, mas, de outra, potencializa as tensões internas, promove a fragmentação interna, podendo levar a impasses e até a cisões. A *descentralização social* seria aquela em que o partido se organiza de acordo com sua composição socioeconômica, dando poder às categorias profissionais às quais seus membros pertencem. Suas seções são corporativas e predominam os debates e os interesses setoriais. Embora a intenção seja a “harmonia” baseada na cooperação e na divisão do trabalho, esse tipo possibilita a tensão interna e dificulta a formação de uma agenda política nacional. Finalmente, a *descentralização federativa* nada mais seria do que uma forma mimética de organização partidária a partir do federalismo estatal.

Com relação às modalidades de centralização, prevaleceria o *centralismo autocrático* nas organizações em que as decisões seriam sempre uma imposição do topo às instâncias inferiores, cabendo aos representantes da direção máxima o controle rígido de sua aplicação a todos os membros. Esse mecanismo cumpriria o propósito de se manter um controle permanente do topo sobre as bases do partido. Não há debates no interior desse tipo de organização e as tensões são resolvidas geralmente com punições aos

transgressores. Rigidamente hierárquica, a *centralização autocrática* é aquela que mais assemelha o partido a uma organização militar. O *centralismo democrático*, por sua vez, garantiria mais liberdade para o exercício da controvérsia e do debate, favorecendo a manifestação das diversas posições dos grupos que habitam os partidos. Assim, as decisões são subsidiadas com vários pontos de vista, aproximando os processos decisórios da lógica deliberativa. Porém, uma vez tomada a decisão, a direção geral se incumbem de aplicá-la com rigor a todos os membros do partido. Enquanto a base tem grande influência sobre a direção no processo de tomada de decisão, a direção tem grande peso na imposição da decisão tomada sobre a base partidária.

Avançando agora para o caso dos adeptos, segundo Duverger, devem ser avaliados os critérios de filiação, se rígidos ou flexíveis, ou seja, se há ou não a necessidade de pagamento de taxas e de contribuições mensais, de comprometimento com a disciplina partidária e com a ideologia, com a militância intensiva, e assim por diante. Se a resposta for positiva a todas essas questões, prevalece a *adesão regulamentada*; em caso contrário, a *adesão aberta*. Este último caso coincide com os *partidos de quadros* e o primeiro com os *partidos de massas*. Com relação às *estatísticas dos adeptos*, trata-se do levantamento de dados quantitativos que permitam avaliar a evolução do partido no que se refere à composição social dos filiados e às taxas de crescimento ou de declínio das adesões. Tais medidas, portanto, dão o tamanho e o perfil social dos partidos.

Quanto aos graus de participação, a ideia é distinguir três tipos de atuação em relação ao partido, que podem ser: (a) meramente *eleitoral*, (b) como *simpatizante* e (c) como *militante*. Inclusive, seria possível correlacionar estatisticamente o grau de envolvimento com o perfil social dos membros e dos não

membros, da mesma forma que tais variáveis poderiam ser correlacionadas ao tipo de partido em questão. Em relação à natureza da participação, a intenção é produzir uma avaliação qualitativa do tipo de relação que os diversos membros, em seus variados graus de envolvimento, mantêm com o partido. Nesse caso, a relação poderia ser tão envolvente e totalizante que seria do tipo *sagrada*; seu contrário, uma relação mais distanciada, fria e racionalizada, ou seja, uma relação do tipo *profana*. Entrementes, tal relação também poderia ter sido estabelecida de maneira automática e, portanto involuntária, enquadrando-se no tipo *comunal*. Se uma criança é socializada em um ambiente familiar no qual as pessoas sejam altamente envolvidas com determinado partido, será provável a ocorrência de adesão da criança ao mesmo partido “por similitude”. Em caso contrário, ou seja, no caso de um envolvimento voluntário, espontâneo, teríamos o tipo social²⁹.

Já a análise da direção partidária deve estar atenta, sobretudo, para a propensão à oligarquia, ou seja, à centralização do poder decisório e à consequente perpetuação dos mesmos líderes nos postos de comando, ou então, quando muito, à renovação “fechada” da elite dirigente, o que significa dizer que o acesso à direção seria restrito aos familiares ou asseclas dos dirigentes antigos. A escolha dos novos dirigentes, portanto, é um problema capital, havendo duas formas para sua seleção: a *direta* (todos os filiados votam com pesos iguais) e a *indireta* (voto restrito a alguns membros). Inclusive, no caso dos *partidos de massas*, sua contribuição mais relevante à democracia representativa é a possibilidade de que, por intermédio do partido, ocorra uma renovação da “classe dirigente”. Essa renovação deve ocorrer inicialmente no interior do partido e, depois, no âmbito do governo, quando essa nova elite partidária conquista a vitória eleitoral. Se a oligarquia

partidária se transformasse numa oligarquia fechada, tornar-se-ia inócua à “circulação das elites”, cessando, assim, a grande contribuição dos *partidos de massas* ao governo representativo. Por último, quanto à relação entre direção partidária e parlamentares, esta pode se dar de dois modos: (a) a influência

da direção sobre os parlamentares ou (b) a influência dos parlamentares sobre a direção. O primeiro caso coincide com os *partidos de massas* e, o segundo, com os *partidos de quadros*. A seguir, temos uma síntese esquemática do modelo de análise proposto pelo autor (Quadro 2).

Quadro 2
Síntese Esquemática do Modelo de Análise da Estrutura e da Dinâmica Partidária Proposto por Duverger (1951)

Estrutura Partidária	Dimensões	Variáveis	Operacionalização
<i>Arcabouço</i>	Estrutura	Direta	Formada por indivíduos
		Indireta	Formada por associações
	Instâncias	Diretórios, comitês, seções etc.	<ul style="list-style-type: none"> • Complexidade • Simplicidade
	Interação estrutural	Articulação das Unidades	<ul style="list-style-type: none"> • Forte • Fraca
		Sentido da relação entre as unidades	<ul style="list-style-type: none"> • Horizontal • Vertical
		Distribuição do poder	Centralização (autocrática/democrática) Descentralização (local/ideológica/social/federativa)
Dinâmica Partidária	Variáveis	Operacionalização	
<i>Membros</i>	Adesão	<ul style="list-style-type: none"> • Aberta • Regulamentada 	
	Natureza da participação	<ul style="list-style-type: none"> • Sagrada/Profana • Comunal/Social 	
	Grau da participação	<ul style="list-style-type: none"> • Eleitor • Simpatizante • Militante 	
<i>Direção</i>	Escolha dos dirigentes	<ul style="list-style-type: none"> • Direta • Indireta 	
	Propensão à oligarquia	<ul style="list-style-type: none"> • Recrutamento aberto • Recrutamento fechado 	
	Relação de influência	<ul style="list-style-type: none"> • Partido ⇒ Parlamentares • Parlamentares ⇒ Partido 	

Embora sua elaboração tenha se baseado em observações de diversos casos europeus confinados às décadas da primeira metade do século XX, é possível afirmar que o autor conseguiu chegar a um modelo de análise formal e estrutural, em princípio aplicável ao estudo das organizações partidárias atuais, obviamente, com as devidas adaptações e reformulações. Portanto, apesar de ter como referências básicas os *partidos de quadros* e os *partidos de massas*, e de até sugerir que estes últimos fossem a “espécie” mais bem adaptada à democracia representativa, devendo se impor como tipo predominante, seu modelo de análise estrutural pode servir como princípio heurístico para o estudo de organizações que venham a discrepar do perfil identificado com os *partidos de massas*.

A “ecologia” dos sistemas partidários

Na perspectiva de Duverger, os sistemas partidários seriam o produto de uma interação competitiva das unidades organizacionais num ambiente social e político-institucional. Isso significa que a interação dos partidos implicaria um fenômeno qualitativamente diferente das organizações partidárias tomadas isoladamente, redundando num certo “padrão interativo”. Com efeito, o conjunto de partidos de cada país constitui um sistema, ou seja, um todo composto de partes diferenciadas que, movimentando-se em conjunto, dão vida e perfil a esse compósito. Desse modo, “as formas e as modalidades dessa coexistência definem o sistema de partidos” (Duverger, 1951, p. 233). Posto isso, haveria duas grandes questões a serem enfrentadas na análise “ecológica” desse fenômeno: (1) por que há variação no número de partidos de cada país e (2) que efeito o formato quantitativo do sistema partidário exerce sobre a dinâmica dos governos? A resposta de Duverger traz duas importantes contribuições teóricas: uma para

o estudo dos desenhos constitucionais do regime democrático; e a outra para o estudo das relações entre os sistemas partidários e os sistemas eleitorais.

No primeiro caso, o autor defendeu a consideração do sistema partidário como uma variável relevante na análise dos efeitos dos desenhos constitucionais sobre a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, principalmente no que se refere à maior ou menor governabilidade de cada nação democrática. Naquele período, os raros estudos sobre os sistemas de partidos abordavam o problema a partir da dicotomia “pluralismo partidário *versus* monopartidarismo”, identificando-a com outra dicotomia, relativa aos regimes políticos: “democracia *versus* totalitarismo”. Enquanto o pluralismo partidário era visto como inerente à democracia, “sistemas” monopartidários eram considerados intrínsecos aos regimes totalitários. No entanto, observa o autor, embora haja uma coincidência entre o totalitarismo e o monopartidarismo, nem sempre encontramos o mesmo tipo de pluralismo partidário em regimes democráticos. Isso porque, se contarmos os partidos em competição em cada país, veremos que há uma variação importante a ser considerada. Dado que as democracias se caracterizam pela pluralidade de partidos, o que as distinguiria seria sua quantidade variável, ou seja, se seus sistemas são bipartidários ou multipartidários – estes últimos com variação “de três ao infinito”, como observa o autor.

Descuidados dessa variação, os analistas da época tratavam os sistemas partidários dos países democráticos como constantes, procurando explicar as diferenças no funcionamento das diversas democracias apenas em função da forma de governo – presidencialismo ou parlamentarismo – e da estrutura do Poder Legislativo – unicameralismo ou bicameralismo. Contudo, para Duverger, a variação no número de partidos de um sistema exerceria

um efeito determinante para a estabilidade ou instabilidade dos governos. Vistos sob esse prisma, os regimes parlamentaristas bipartidários revelar-se-iam muito semelhantes em seu funcionamento aos regimes presidencialistas igualmente bipartidários; do mesmo modo, os governos presidencialistas multipartidários assemelhar-se-iam aos governos parlamentaristas multipartidários. Ocorre que os sistemas bipartidários dispensariam as coalizões para a formação do governo e para a obtenção de governabilidade, e, por outro lado, os sistemas multipartidários, por definição fragmentadores do poder representativo, demandariam coalizões majoritárias para promovê-la. Em decorrência disso, segundo o autor, os governos multipartidários seriam mais instáveis do que os bipartidários, independentemente de eles serem parlamentaristas ou presidencialistas, unicamerais ou bicamerais.

Portanto, uma das características mais importantes dos desenhos constitucionais seria o formato quantitativo do sistema partidário e isto exigiria a explicação do que levaria um sistema a ser bipartidário ou multipartidário. Seria uma questão de escolha? Seria uma determinação das estruturas socioeconômicas? Seria resultante de características históricas e culturais? Seria o produto de influências multifatoriais? Para Duverger, o caráter do sistema partidário e seu número de partidos seriam o resultado de fatores gerais e específicos de cada país, fatores estes bastante complexos e inter-relacionados. Quanto aos fatores específicos, figurariam a tradição, a história, as crenças religiosas, as rivalidades nacionais, a composição étnica, e assim por diante. No que se refere aos fatores gerais, ou seja, aqueles que transcenderiam o tempo e o espaço, o autor destaca três: (1) fatores socioeconômicos (estrutura de classes), (2) fatores ideológicos (crenças, interesses, doutrinas etc.) e (3) fatores técnicos. Neste último caso, o “fator técnico essencial” seria

o sistema eleitoral, que acaba por se constituir no objeto central de sua reflexão acerca dos sistemas partidários. Isso porque, segundo ele, a influência mais direta da fórmula eleitoral “poderia ser comparada àquela de um freio ou de um acelerador: determinado regime eleitoral facilita a multiplicação dos partidos, engendrada pela ação de outros fatores; outro impõe obstáculos a esse processo etc.” (Duverger, 1951, p. 235)³⁰.

Mas, antes mesmo de cogitar qualquer relação entre o número de partidos e as regras eleitorais, o autor faz questão de salientar a influência de fatores sociais e ideológicos na conformação dos partidos e, por extensão, do sistema partidário. De início, afirma que o curso natural da manifestação das opiniões sociais é dualista, ou seja, as crenças, os desejos e as ideologias sociais seriam sempre duais. Portanto, de acordo com Duverger (p. 245):

Toda política implica uma escolha entre dois tipos de soluções: as soluções ditas intermediárias vinculam-se a um ou a outro. Isso quer dizer que não existe centro na política: é possível existir um partido de centro, mas não uma tendência do centro, uma doutrina do centro. Chamamos de “centro” o lugar geométrico no qual se encontram os moderados de esquerda e os moderados de direita. Todo centro é dividido contra ele mesmo, é sempre dividido em duas metades, o centro-esquerda e o centro-direita. Porque o centro não é nada além do agrupamento artificial da parte de direita da esquerda e da parte de esquerda da direita. O destino do centro é ser esquartejado, sacudido, aniquilado: esquartejado quando uma de suas metades vota à esquerda e outra metade à direita; aniquilado, quando se abstém. O sonho do centro é o de realizar a síntese de aspirações contraditórias [...]³¹.

Historicamente, esse dualismo político das sociedades se “traduziu” em dualismo par-

tidário, cujo conteúdo teria variado em correspondência com certos acontecimentos redefinidores das disputas sociais. Na primeira metade do século XIX, ainda sob os auspícios do sufrágio censitário, altamente restritivo, emergiu o bipartidarismo do tipo burguês, opondo os conservadores aos liberais. Ainda no século XIX, já agora em sua segunda metade, e avançando sobre os primeiros anos do século XX, as pressões sociais advindas das transformações estruturais desencadeadas pela Revolução Industrial europeia conduziram à ampliação do sufrágio, dando lugar a uma nova dualidade partidária: socialistas *versus* liberais e/ou conservadores, conforme o país em questão. À época da redação de seu texto, Duverger identificou um terceiro tipo de dualismo partidário, pelo qual se opunham partidos comunistas, de um lado, aos partidos não comunistas, de outro; ou seja, partidos anti-sistema e partidos pró-sistema democrático.

Porém, se o bipartidarismo é a expressão de uma dualidade “natural” das sociedades, como explicar a existência de sistemas multipartidários? Para o autor, a expressão do dualismo social no sistema partidário não é automática, sendo esse “desvio” explicado por dois fatores: (1) histórico-sociológicos e (2) técnicos. Os primeiros consistiriam em duas possibilidades. A primeira delas seria o “fracionamento interno das opiniões”, que, por variadas razões, poderia se subdividir em diversas posições; a segunda, a “superposição de dualismos”, ou seja, a coexistência de diversas dualidades em relação a diversos tópicos sociais, econômicos e políticos importantes. No primeiro caso, poderíamos encontrar um partido com facções que se radicalizam, provocando uma cisão que conduziria à criação de um novo partido. No segundo caso, poderiam emergir simultaneamente duas dualidades sobrepostas, como, por exemplo, catolicismo *versus* protestantismo e socialismo *versus* social-democracia, e assim por diante.

Mas, então, se o bipartidarismo seria a expressão natural do dualismo social e o multipartidarismo um desvio desse curso, devido à sobreposição de dualismos ou à fragmentação das posições duais, o que garantiria que o dualismo ou sua fragmentação, de fato, pudessem ser “traduzidos” num determinado formato quantitativo do sistema partidário, ou seja, em bipartidarismo ou em multipartidarismo? Nesse ponto, as fórmulas eleitorais entram na equação. Segundo Duverger, na ausência de qualquer regra eleitoral que restrinja a liberdade da “livre empresa” partidária, poderia emergir um sistema multipartidário. Em outros termos, enquanto a fórmula eleitoral majoritária induziria mecânica e psicologicamente à organização de um sistema bipartidário, a fórmula eleitoral proporcional poderia ensejar a emergência de um sistema com um número de partidos maior ou igual a três. Obviamente, a representação proporcional não “causaria” o multipartidarismo, pois isso dependeria também das “correntes de opinião” estruturadas na sociedade em questão, mas certamente tal fórmula facilitaria o surgimento de vários partidos e sua durabilidade, na medida em que lhe confere algum poder parlamentar na ordem mais ou menos proporcional ao seu desempenho eleitoral.

Concentrando-se na relação entre a quantidade de partidos e as regras eleitorais, Duverger formula então “as leis” que viriam a ser conhecidas pelo seu nome. Em realidade, a primeira é considerada uma “quase-lei” sociológica, porque deveria ainda ser submetida a sucessivos testes, enquanto as outras duas seriam tendências prováveis. Tais proposições e seus enunciados encontram-se no Quadro 3.

A fórmula majoritária provocaria a sub-representação dos partidos menos votados, uma vez que a vitória pertenceria ao candidato ou partido mais votado num dado distrito eleitoral. Esse efeito “mecânico” da representação majoritária, num segundo momento, induzi-

Quadro 3
Proposições e Enunciados das “Leis de Duverger” (1951)

Proposições	Enunciados
1ª Proposição	Eleições com fórmula majoritária de um único turno conduzem a um sistema bipartidário, com alternância entre grandes partidos independentes.
2ª Proposição	Eleições com fórmula majoritária de dois turnos tendem a um sistema multipartidário, com partidos flexíveis, dependentes e estáveis.
3ª Proposição	Eleições com fórmula proporcional tendem a um sistema multipartidário, com partidos rígidos, independentes e estáveis.

ria os eleitores dos partidos menos votados a um comportamento estratégico de coordenação de seus votos, atribuindo-os aos partidos com chances reais de vitória. Esse seria o “efeito psicológico”, induzido pelo “efeito mecânico”, ambos provocados pelo escrutínio majoritário de um único turno. No caso da fórmula majoritária de dois turnos, tais efeitos seriam muito reduzidos, na medida em que o primeiro turno funcionaria como um “teste” das possibilidades eleitorais de todos os partidos e também como o momento de “capitalização eleitoral” daqueles que não conseguiram passar para o segundo turno e que, certamente, serão incentivados pelos dois concorrentes finais à formação de alianças de apoio a cada um deles na segunda rodada eleitoral.

Assim, enquanto a fórmula majoritária exerceria efeito restritivo na representação partidária e, extensivamente, no comportamento eleitoral, a fórmula proporcional, contrariamente, não exerceria efeito algum nesse sentido. O majoritarismo ou daria representação ao dualismo social preexistente

ou “forçaria” que os desvios a tal dualismo retornassem a uma posição dual, pelo menos no âmbito do sistema partidário. O proporcionalismo, por sua vez, daria oportunidade para a expressão de qualquer fragmentação das posições duais ou sobreposição de dualismos no interior do sistema partidário. Os efeitos mecânico e psicológico, nesse caso, seriam, respectivamente, a ausência da sub-representação e a despolarização.

Seria o caso de se concluir, então, que teríamos um sistema multipartidário onde encontrássemos um sistema eleitoral proporcional ou majoritário de dois turnos, e, alternativamente, teríamos um sistema bipartidário onde houvesse um sistema eleitoral majoritário de turno único. Ademais, conforme mostrado no Quadro 4, haveria pelo menos dois tipos de bipartidarismo e de multipartidarismo, conforme a posição dos partidos em relação ao regime democrático – algo mais relacionado com os sistemas bipartidários – e a proliferação partidária – algo mais relacionado com os sistemas proporcionais.

Quadro 4
Tipos de Sistemas Partidários, segundo Duverger (1951)

Sistemas Partidários	Tipos	Caracterização
Bipartidários	Teórico	Partidos pró-sistema democrático
	Metafísico	Partidos antissistema democrático
Multipartidários	Ordenado e limitado	Resultante da cisão dos antigos partidos
	Desordenado e anárquico	Resultante do surgimento de novos partidos

Quadro 5
Caracterização dos Regimes e Governos conforme o Sistema Eleitoral e o Sistema Partidário (Duverger, 1951)

Sistema Eleitoral	Formato Quantitativo	Formato Qualitativo	Regime	Coalizões	Governo
Fechado	Monopartidário	Direitismo/ Imobilismo	Totalitário/ Autoritário	Não	Estável
Majoritário de 1 turno	Bipartidário	Esquerdismo ou direitismo	Democrático	Não	Estável
Majoritário de 2 turnos	Multipartidário	Esquerdismo ou centrismo ou direitismo	Democrático	Sim	Instável
Proporcional	Multipartidário	Esquerdismo ou centrismo ou direitismo	Democrático	Sim	Instável

No Quadro 5 são apresentados alguns dos elementos básicos da teorização do autor acerca dos sistemas partidários de modo geral, com destaque para a relação entre as características dos sistemas eleitorais e dos formatos quantitativo e qualitativo e destes com os regimes e governos. Em sua concepção, regimes com sistemas majoritários seriam mais estáveis do que os proporcionais porque dispensariam as coalizões e manteriam as disputas polarizadas, sem o centralismo artificial dos sistemas multipartidários. Entretanto, o autor esqueceu-se de observar que, em alguns casos, notadamente em governos presidencialistas, o bipartidarismo pode levar a uma relação bastante tensa entre o Executivo e o Legislativo, se ocorrer o fenômeno do “governo dividido” – quando o partido do presidente é minoritário no parlamento.

Análise conclusiva

Para encerrar, vejamos algumas das limitações e potencialidades da “teoria geral” dos partidos de Duverger a partir da consideração das duas temáticas principais de

seu estudo: (1) a relação entre o número de partidos e o sistema eleitoral e (2) a análise organizacional dos partidos políticos. A primeira delas acabou por se constituir numa das questões mais debatidas e pesquisadas empiricamente nos últimos trinta anos pela área de Política Comparada. Conforme observa o próprio Duverger (1986, p. 69), num artigo de retrospectiva de suas formulações, depois de um período de “dormência” até meados dos anos 1970, “nossa Bela Adormecida realmente despertou”. De fato, desde então surgiu uma profusão de pesquisas e textos focados na formalização e no teste empírico das “leis de Duverger” (cf. Benoit, 2006), muito provavelmente em virtude do trabalho referencial de Douglas Rae (1967) que, ao final da década de 1960, recolocou a temática em evidência.

Porém, várias críticas foram feitas às proposições de Duverger, e, talvez, as mais representativas sejam as de Riker (1976, 1982, 1986) e Sartori (1968, 1976, 1986). Riker endereça-lhe duas críticas. Primeiramente, observa que, a despeito das “leis” que regeriam a relação entre o número de partidos e

as regras eleitorais levarem o nome do autor, de modo algum este teria sido o primeiro a tratar da questão. Ele, obviamente, teria o mérito de haver proclamado de maneira mais direta tal relação e de tê-la apresentado como se se tratasse de “leis sociológicas”; porém, as formulações contidas em sua obra já eram densamente discutidas pelo menos desde que surgiram propostas alternativas à representação majoritária por pluralidade, a partir da segunda metade do século XIX. Realmente, autores como Marshall (1853), Droop (1871, 1881), Bailey (1872), Lowell (1896), MacDonald (1909), Holcombe (1910), Friedrich (1937), Schattschneider (1942) e Key (1949) discutiram, com graus e interesses variados, os efeitos da lei eleitoral sobre a representação e, por extensão, o número de partidos. Inclusive, tivemos debates antológicos opondo os defensores da representação proporcional, como Hare (1859), Dodgson (1884)³² e, seguindo o primeiro, Mill (2006 [1861])³³, aos defensores da representação majoritária, como Bagehot (1867), Finer (1924) e Hermens (1941) – este último chegou a culpar a representação proporcional pela proliferação de pequenos partidos, redução da responsabilização, enfraquecimento do Executivo, instabilidade dos governos e, finalmente, pela ascensão do nazismo.

Em segundo lugar, Riker (1986, p. 20) faz um questionamento metodológico e, até certo ponto, epistemológico: em que medida as “leis de Duverger” realmente seriam “leis”? Isso porque, para ele,

[...] não é nada fácil resolver a ambiguidade presente na afirmação [de Duverger] sobre a relação entre sistemas eleitorais e número de partidos. O voto majoritário [de um único turno] é uma condição necessária para um sistema bipartidário ou uma condição suficiente, ou ambos, ou nenhuma delas?

Acontece que a ideia de uma “lei sociológica” implicaria uma relação de causalidade entre as variáveis, ou seja, a satisfação das condições de necessidade e suficiência. No entanto, nos enunciados das proposições, o autor francês sempre recorreu aos termos “tende” ou “favorece”, o que sugere uma relação apenas probabilística. Em realidade, Riker chega a suspeitar de que “a formulação foi deliberadamente ambígua porque o próprio autor não estava plenamente certo daquilo que ele pretendia dizer”.

Sartori (1968, 1976, 1986) investe na mesma linha de argumentação crítica. Segundo ele, Duverger teria feito confusão entre as ideias de causa e de associação, ou seja, a coincidência entre o número de partidos e certas regras eleitorais não significaria que tal relação de associação estatística seria, necessariamente, uma relação causal. Inclusive, para nos certificarmos de uma relação de causalidade entre dadas variáveis, seria preciso que estivessem bem especificados tanto as causas como seus efeitos, o que não seria o caso das proposições duvergerianas. Principalmente os efeitos – bipartidarismo e multipartidarismo – são muito vagos, pois como determinar o que seria um sistema bipartidário se não há qualquer regra rigorosa de contagem³⁴. A ausência de uma definição precisa e passível de verificação das variáveis bipartidarismo e multipartidarismo impediria a devida determinação dos efeitos do sistema eleitoral. Afinal, a partir de qual porcentagem de votação poderíamos considerar que o sistema seria bipartidário e não monopartidário ou, até mesmo, conforme o caso, multipartidário? E a variação quantitativa dos sistemas multipartidários, como tratá-la? Duverger, ao longo da obra, utiliza critérios tão variados e, às vezes, contraditórios, que nunca chega a justificá-los plenamente. “Em suma: dado que o efeito do fator causal nunca pode ser plenamente demonstrado, Duverger pode

sempre reivindicar que a evidência apresentada é confirmatória” (Sartori, 1986, p. 44).

Não obstante, apesar de ser uma das proposições mais contestadas, “entre os estudiosos dos sistemas eleitorais, não há algo mais conhecido, mais investigado ou amplamente citado do que as relações entre as regras eleitorais majoritárias e os sistemas bipartidários, conhecidas como as leis de Duverger” (Benoit, 2006, p. 69). Estas talvez sejam também algumas das hipóteses mais testadas da Ciência Política e, na maioria das vezes, confirmadas (a exemplo de Rae, 1967; Katz, 1980; Bogdanor e Butler, 1983; Lijphart e Grofman, 1984; Lijphart, 1986, 1994; Grofman e Lijphart, 1986; Palfrey, 1990; Blais e Carty, 1991; Taagepera e Shugart, 1990, 1993; Cox, 1997; Norris, 2004; Grofman, Blais e Bowler, 2009a)³⁵. Com efeito, “desde sua publicação [...] centenas de artigos e livros foram escritos com a finalidade de elaborar as operacionalizações das proposições de Duverger” (Benoit, *ibidem*).

Consequentemente, encontramos dobramentos mais recentes desse debate em outras obras seminais. Rae (1967), por exemplo, investiu na reflexão sobre a relação entre a proporcionalidade da representação e o tamanho ou magnitude dos distritos eleitorais. Sartori (1968, 1976) trouxe inovações com seu estudo acerca da relação entre magnitude do distrito e voto estratégico, contribuindo ainda ao apontar que os efeitos do escrutínio majoritário de turno único ocorreriam apenas no nível distrital. Depois, Taagepera e Shugart (1990) deram destacada contribuição à análise da relação entre a magnitude dos distritos e a quantidade de partidos. Lijphart (1986, 1994) introduziu o debate sobre a necessidade de que a proporcionalidade fosse avaliada de acordo com seus graus de manifestação no âmbito dos próprios sistemas proporcionais. Finalmente, Cox (1997) trouxe uma das maiores contribuições à formalização

das proposições de Duverger, possibilitando o tratamento mais apurado da relação entre magnitude do distrito eleitoral e proporcionalidade da representação no que se refere ao número de partidos de dado sistema.

Desse modo, após vários testes e reformulações, ainda falamos nas “leis de Duverger”, que mantiveram o nome do autor e o polêmico *status* de lei especialmente porque o cânone dessa linha de pesquisa repousa muito mais sobre a afirmação teórica geral de que o sistema eleitoral tem peso importante na conformação do sistema partidário do que em qualquer outra coisa (Grofman, Blais e Bowler, 2009b). Tais “leis” são importantes sobretudo porque ainda mantêm o interesse renovado dos pesquisadores em relação à influência do sistema eleitoral sobre o sistema partidário e, por extensão, no próprio desenho constitucional mais amplo. Essa é uma agenda de pesquisas bastante profícua, que vem acumulando considerável conhecimento empírico sobre o fenômeno e destacada sofisticação teórica e metodológica. Portanto, o trabalho de Duverger sobre os sistemas partidários, apontando a importância do número de partidos para o desempenho dos governos e para a produção da representação, assim como a importância das regras eleitorais para a formação dos sistemas partidários continua extremamente atual.

No caso da segunda temática central de sua obra, qual seja, a análise organizacional dos partidos, é preciso destacar alguns aspectos. O primeiro deles é que há três eixos em sua teorização: (1) a proposta de se considerar a origem e as características estruturais dos partidos sob a ótica evolucionista, (2) a construção de um modelo formal para a análise estrutural das organizações partidárias e (3) a tipologia classificatória opondo os *partidos de quadros* aos *partidos de massas*. O segundo aspecto é que os dois primeiros eixos foram relativamente desconsiderados pelos

especialistas, que deram destaque quase exclusivo ao último, de forma que apenas a tipologia dos partidos acabou sendo elevada à categoria de maior contribuição do autor ao tema. O terceiro aspecto a destacar é que o desenvolvimento histórico das organizações partidárias desde os anos 1960 redundou na transformação de várias características distintivas dos partidos segundo a tipologia duvergeriana, provocando uma sucessão de novas tipologias apresentadas por outros pesquisadores e a alegação de que a teoria partidária daquele autor estava condenada à obsolescência. Mas, será que, de fato, sua teoria partidária é obsoleta? Duverger não teria nada a nos dizer se quiséssemos estudar empiricamente os partidos de hoje?

Para responder a tais perguntas, é necessária uma breve consideração do percurso teórico que foi traçado pelos estudiosos depois da obra daquele autor. De modo geral, segundo Katz e Mair (2002), desde *Les partis politiques*, a área de estudos partidários constituiu-se sobre quatro principais tipologias organizacionais: o *partido de quadros* – correspondente aos períodos iniciais da democracia representativa –, o *partido de massas* – surgido no ambiente competitivo da ampliação do sufrágio eleitoral –, o partido *catch-all* – período de elevada competição, depois dos anos 1960 – e o *partido cartel* – característico dos últimos vinte ou trinta anos e altamente dependente dos recursos estatais. Os dois primeiros compõem a tipologia de Duverger (1951), o terceiro foi apresentado por Kirchheimer (1966) e, o último, pelos próprios Katz e Mair (1995, 1996)³⁶, que conferiram uma validade historicamente contextualizada aos quatro modelos, cada qual sendo verdadeiro e válido em seu período, o que significa que esses autores os concebem num contínuo evolutivo.

Obviamente, poderíamos acrescentar à lista a referencial tipologia de Neumann

(1956), opondo os *partidos de representação individual* aos *partidos de integração democrática*, bem como as mais recentes, de Panebianco (1982), Poguntke (1987, 1993), Koole (1994, 1996) e Hopkin e Paolucci (1999). Estes últimos propuseram o tipo *business firm party*, enquanto Poguntke propôs o tipo *new politics party*. Koole (1994, 1996), por sua vez, procurou atualizar a tipologia duvergeriana, elaborando o modelo descritivo do que chamou de *modernos partidos de quadros*, cuja estrutura organizacional seria parecida com a dos *partidos de massas* – unidades de relações verticais e horizontais, com certo grau de hierarquia ascendente e descendente –, mas com características semelhantes aos (antigos) *partidos de quadros* – poucos membros, pequena burocracia e voltados à conquista de votos, porém, com menos voracidade do que aquela dos *partidos pega-tudo*. Panebianco (1982) também faz certa atualização em sua tipologia, opondo o *partido burocrático de massas* ao *partido profissional eleitoral*. O primeiro seria uma junção dos *partidos de massas* de Duverger com os *partidos de integração democrática* de Neumann; o segundo, uma extensão do *partido pega-tudo* de Kirchheimer (1966) aos elementos organizacionais, não tratados por aquele.

Seja como for, a própria evolução das tipologias partidárias mostra duas coisas. De uma parte, a classificação de Duverger continuou sendo o parâmetro modelar tanto para as novas classificações como para a própria compreensão mais geral do fenômeno partidário; de outra, sua tipologia foi apresentando problemas de adequação empírica, por isso classificações posteriores foram elaboradas. Tal é a observação de Wolinetz (2002, pp. 140-1), ao salientar que “a distinção proposta por Duverger permanece apartada de suas origens teóricas. Usamos o termo ‘partido de quadros’ para descrever tanto os partidos pouco organizados como aqueles

sem um grande número de afiliados”. Entretanto, pondera o autor, “se isso oferece uma mensuração suficientemente refinada para distinguir os partidos contemporâneos é uma questão que permanece em aberto [...]”.

Katz e Mair (1992) não têm dúvidas de que a tipologia do autor foi perdendo sua validade, pois o desenvolvimento histórico dos partidos europeus analisados pelo próprio Duverger discrepou de sua classificação. Aqueles considerados *partidos de quadros* viram crescer suas estruturas organizacionais, enquanto os *partidos de massas* assistiram à perda crescente de seus filiados. Diante desse quadro, Wolinetz (p. 141) assevera que

[...] se muitos dos “partidos de quadros” mais antigos possuem estruturas organizacionais bem definidas, e se os “partidos de massas” encontram dificuldades em registrar boa parte de seus apoiadores como membros, tal como acontecia anteriormente, então, a distinção entre “partidos de quadros” e “partidos de massas” se torna embaçada.

A partir dessas constatações, o debate sobre as contribuições e as limitações da “teoria geral” dos partidos de Duverger, saída do prelo há quase sessenta anos, conclui que sua teoria sobre os sistemas partidários, especialmente no que se refere à relação entre o número de partidos e o sistema eleitoral, continua válida porque além de motivar uma agenda de pesquisas comparativas e o desenvolvimento metodológico, suas proposições, conhecidas pelo epíteto de “leis de Duverger”, ainda são empiricamente válidas ou pelo menos demandam novos testes. Por outro lado, sua teoria sobre as organizações partidárias seria historicamente limitada, sem validade empírica, principalmente por causa da sua tipologia dos partidos. Devido a isso, tal teoria não poderia ser utilizada nos estudos partidários atuais.

Contudo, é importante observar que não apenas a teoria de Duverger, mas todas as teorias sobre as organizações partidárias não estão isentas de problemas, muito pelo contrário. Conforme observa Wolinetz (2002), as tipologias, usualmente dicotômicas, são sempre muito reducionistas diante da imensa variedade de organizações partidárias do mundo real, de modo que sua classificação sempre demandou certo simplismo e teve de admitir diversas exceções. Além disso, o próprio caráter estático das tipologias, que estabelecem características, por princípio, imutáveis para cada tipo lógico ou histórico, deixa escapar o fato de que as instituições sociais mudam, e os partidos políticos não são diferentes, eles se transformam, mais cedo ou mais tarde, alguns mais, outros menos. E ainda deve ser observado que todas as principais classificações foram construídas com as lentes dos pesquisadores voltadas apenas para a Europa. Portanto, as tipologias partidárias são essencialmente “eurocêtricas” e baseadas em países parlamentaristas. As novas democracias, especialmente as presidencialistas, ainda estão à espera de teorizações originais que possam dizer mais sobre seus partidos do que a pouco esclarecedora conclusão de que eles seriam “subdesenvolvidos”.

Acrescentemos ainda que no próprio contexto europeu, as teorias e os estudos organizacionais sobre os partidos não apenas estão em xeque, diante das constantes alegações de “crise partidária”, como, na verdade, nunca foram totalmente consolidados. Isso em virtude de quatro motivos. Em primeiro lugar, vários analistas resolveram aplicar seus próprios modelos de análise organizacional, o que sempre dificultou a formatação de um paradigma hegemônico. Em segundo lugar, desde os anos 1960, a maioria dos estudos partidários acabou se concentrando na análise da competição eleitoral interpartidária, com o objetivo de discutir os processos de

estabilidade/instabilidade sistêmica ou de alinhamento/realinhamento das clivagens partidárias, e isso desviou o foco das estruturas organizacionais. O terceiro motivo é que, a partir dos anos 1970, emergiu o debate sobre uma suposta “crise da representação” em favor de novas formas de intermediação política, como os movimentos sociais e as organizações civis, ou de formas de democracia direta, com algumas experiências deliberativas e participativas. Finalmente, desde os anos 1990, consolidou-se na Ciência Política o paradigma neoinstitucionalista da escolha racional, cuja unidade de análise é voltada aos indivíduos e não às organizações, segundo a qual um partido não é nada mais do que uma ação coletiva coordenada e não uma estrutura organizacional.

Diante de tudo isso, simplesmente aceitar a suposição de que a teoria partidária de Duverger seria inadequada ou obsoleta significaria perder de vista o quadro mais geral. Afinal, qual teoria sobre os partidos não poderia ser considerada da mesma forma, inclusive as mais recentes? Não obstante, essa deficiência generalizada não resolve a questão, porque isso não quer dizer que a teoria duvergeriana ainda seja aplicável somente porque todas as outras utilizadas no presente, de um modo ou de outro, padecem dos mesmos problemas. É preciso encontrar elementos imanentes à própria teoria que justifiquem sua aplicação nos estudos atuais.

Pois bem, esses elementos existem e podem ser identificados no próprio desdobramento das teorizações subsequentes. Ocorre que o maior equívoco cometido pela literatura especializada foi ter rejeitado toda a elaboração teórica de Duverger ao perceber que sua tipologia partidária não mais seria válida. De fato, a classificação dicotômica *partidos de massas/partido de quadros* perdeu sua consistência empírica com o passar dos anos, se é que teve real validade em algum momento;

porém, sua tipologia é apenas um dos três eixos da teorização duvergeriana e, de modo algum, o mais importante, ao contrário do que se costuma pensar. Na verdade, os elementos mais importantes e ainda válidos e, portanto, aplicáveis são os dois primeiros dos três eixos destacados anteriormente, quais sejam: sua proposta de uma abordagem evolucionista das organizações partidárias e o modelo formal que pode servir de heurística para a análise estrutural dessas organizações.

Quando propõe que os partidos poderiam ser tratados como entidades orgânicas, cujos surgimento e evolução poderiam ser explicados pelas necessidades ambientais e por suas mudanças, Duverger dava a entender que cada “espécie” partidária corresponderia à melhor estrutura adaptada às características de seu *habitat*. Se cada contexto histórico e institucional enseja o surgimento e a organização de determinadas “espécies” partidárias, temos como consequência o fato de que estas mudarão em concomitância com as mudanças históricas e institucionais. Ou seja, se sua tipologia não é mais válida justamente porque os partidos mudaram, sua perspectiva evolucionista não apenas previra tal desfecho como ainda oferece uma resposta bastante clara: é preciso continuar a análise das organizações, de modo a apreender tais mudanças e as novas configurações que surgiram em resposta às transformações ambientais.

Nesse caso, o autor oferece uma segunda contribuição ainda válida, que é seu modelo formal de análise organizacional. Embora possa ser adaptado ou até modificado, seu conjunto de critérios para a “dissecação” das estruturas da organização partidária é uma heurística bastante produtiva para quem quiser se aventurar nesse tipo de análise. Quando olhamos para dentro de um partido, o que devemos buscar? O que devemos observar e o que mensurar? Quais seriam os

dados mais relevantes? Ainda é importante saber o grau de complexidade de uma organização, os grupos sociais que a formaram, o desenho dos processos de tomada de decisão, o grau de centralismo, de hierarquização e assim por diante. Analisar tais coisas independe de estarmos ou não na presença de *partidos de quadros* ou *partidos de massas*, ou ainda de *partidos pega-tudo*, *partidos profissionais-eleitorais* e *partidos-cartéis*.

Assim sendo, para apreendermos os partidos da forma como se apresentam hoje e até para elaborar novas tipologias, ainda devemos partir dos pontos indicados por Duverger: a origem de cada partido em decorrência da evolução de seu ambiente e como cada um deles se estrutura organizacionalmente. Em essência, Katz e Mair (1995, 1996, 2002) utilizam tal concepção não somente ao defender que cada tipo teórico principal teria descrito a própria evolução das organizações partidárias ao longo do tempo, como também ao propor que o modelo tipológico de Duverger seria aquele que melhor enquadraria o fenômeno partidário do mundo contemporâneo. Ou seja, a pro-

posição de novas tipologias para substituir a tipologia obsoleta de Duverger, com base na constatação de que houve várias transformações no mundo político e, por consequência, no mundo partidário, ao invés de refutar a “teoria geral” do autor, em realidade, atesta sua validade.

Portanto, sua obra ainda deve ser estudada porque, além de fazer parte da evolução história dos estudos partidários, sendo uma das obras fundadoras da Sociologia Política voltada ao tema, é também um exemplar ilustrativo do que poderia ser uma elaboração teórica e metodológica. O autor ilustra os procedimentos de construção de uma teoria, de elaboração metodológica de conceitos, ilustra os processos de construção de tipologias e de estabelecimento de correlações lógicas entre variáveis etc. Seu livro poderia ser usado tanto para a introdução aos estudos organizacionais dos partidos como para a aprendizagem metodológica de como fazer pesquisas empíricas sobre esse objeto. Mas, acima de tudo, sua obra ainda deve ser estudada porque sua abordagem ao fenômeno e sua heurística continuam válidas e atuais.

Notas

- 1 Segundo o próprio Duverger (1986), as ideias principais desse livro já haviam sido apresentadas em alguns de seus trabalhos anteriores (1946a, 1946b, 1950).
- 2 Moisei Yakovlevich Ostrogorski [1854-1919] nasceu em Grodno, Rússia. Estudou Direito na Universidade de São Petersburgo, dedicando-se intensamente à História, à Política e à Jurisprudência. Nos anos 1880, viveu em Paris, onde estudou Política na *École Libre des Sciences Politiques*. Também viveu vários anos das décadas de 1880 e 1890 nos Estados Unidos e na Inglaterra, chegando a publicar diversos artigos sobre os partidos daqueles países em jornais franceses e norte-americanos.
- 3 Esse volumoso estudo sobre as organizações partidárias inglesas e norte-americanas é o resultado de uma série de artigos que o autor publicou em revistas francesas e norte-americanas ao longo dos anos 1890.
- 4 Robert Michels [1876-1936] nasceu em Colônia, Alemanha, e estudou na própria Alemanha, na Inglaterra e na França. Além de ter sido um acadêmico profissional, atuando como

professor tanto em seu país como na Itália e até nos Estados Unidos, Michels também teve uma ativa vida de militância política e sindical. Foi membro do Partido Social Democrata alemão, tendo participado dos Congressos de 1903, 1904 e 1905. Em 1907, desligou-se desse partido e tornou-se delegado do Partido Socialista italiano.

- 5 Essa obra foi traduzida para o inglês em 1962, com o título *Political parties: a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy*, pela Free Press, com ótima introdução de Martin Seymour Lipset. No Brasil, sua primeira tradução foi como *Os partidos políticos*, pela editora Senzala, sem data da edição, mas provavelmente final dos anos 1960; e depois como *Sociologia dos partidos políticos*, pela editora da UnB, em 1986. Mais recentemente, em 2001, surgiu uma excelente edição, *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*, publicada em Portugal pela editora Antígona. As duas melhores sínteses dessa obra clássica são as de Lipset (1962) e May (1965).
- 6 Scarrow (2002) organizou uma coletânea de textos formidáveis sobre os partidos, sendo parte deles ou desconhecidos do grande público ou muito pouco conhecidos até pelos especialistas no tema. Sua coletânea traz vários excertos de textos do século XVIII e avança até o início do século XX.
- 7 Não obstante, é possível apontar pelos menos três trabalhos anteriores já muito próximos do que seria realizado por Ostrogorski; estes trabalhos são os de A. C. Bernheim (1888), de Henry Jones Ford (1898) e, o mais importante deles, o de James Bryce (1891). Nessa obra de Bryce, já encontramos um tratamento sistemático e sofisticado da relação entre a seleção de candidatos e a organização partidária, mostrando a importância da primeira para o delineamento da segunda, além de uma descrição detalhada do sistema partidário norte-americano, com suas máquinas partidárias, os *bosses* partidários e o *spoils system*. O autor dedica 210 páginas exclusivamente aos partidos norte-americanos, na parte III do segundo volume de seu *The American commonwealth*.
- 8 Para melhor definição da Sociologia Política a partir de sua diferenciação de outras formas de abordagem, ver Sartori (1969).
- 9 Somente anos depois da publicação do estudo de Ostrogorski, já na década de 1920, viríamos a ter manifestações mais contundentes em defesa de uma nova abordagem – comportamentalista – dos fenômenos políticos, inclusive os partidos. Este foi principalmente o caso de Charles Merriam, um dos “fundadores” da Ciência Política empírica norte-americana e professor da Universidade de Chicago. Merriam (1925) reuniria num livro, até hoje muito influente, um conjunto de artigos publicados na então recentemente criada *American Political Science Review*, entre outros textos inéditos, seus argumentos e suas sugestões quanto à nova abordagem. Para uma discussão detalhada do processo histórico e metodológico de ascensão do comportamentalismo na política, ver Peres (2008).
- 10 Proferida por Weber em janeiro de 1919, na Universidade de Munique, essa palestra foi logo publicada, em junho do mesmo ano. Nesse texto, o autor sintetiza vários elementos de seu pensamento e de sua teoria sociológica relacionada à política, como a atualmente clássica definição de Estado, a tipologia das formas de dominação legítima, a ética relativa à atividade política etc. Nele, Weber ainda trata do fenômeno partidário na nova sociedade

de massas, destacando os aspectos positivos do surgimento do político profissional, a dinâmica de racionalização da vida político-partidária e a consequente burocratização de sua estrutura organizacional.

- 11 Este trabalho foi incluído numa coletânea de textos de Weber, intitulada *Gesammelte Politische Schriften*, organizada por Johannes Winckelmann, sendo a primeira edição publicada em 1921 e a segunda em 1958. No Brasil, foi publicado inicialmente no volume *Ensaios de Sociologia e outros escritos*, da coleção Os Pensadores, em 1974, traduzidos diretamente do alemão.
- 12 Weber, inclusive, antecipou aquela que seria a distinção dicotômica dos objetivos partidários adotada pela literatura temática atual: *office-seeking* e *policy-seeking* – e isso sem mencionar o objetivo *vote-seeking*, destacado por Anthony Downs (1957), embora esse seja um objetivo um tanto redundante em relação à definição canônica do que seja um partido político, conforme sugerido pelo próprio Weber. Da mesma forma, ainda nesse texto, ele também antecipa, em linhas gerais, a distinção entre *partidos de notáveis* – rígida e hierarquicamente organizados – e os *partidos de massas* – em princípio, mais democráticos. Tal distinção viria a ser explorada e aprofundada por Duverger (1951) no que se refere às características organizacionais dos *partidos de quadros* e dos *partidos de massas*. No entanto, também é possível identificar em Frederick Grimke (1848) um precursor mais remoto daquela que viria a ser a concepção de *partidos de massas*, conforme pode ser constatado na discussão encaminhada por este autor nos capítulos VI, VII e VIII do primeiro livro de sua obra máxima.
- 13 A influência intelectual exercida por Weber, bem como seus laços de amizade foram, inclusive, reconhecidos publicamente por Michels, que resolveu dedicar-lhe a primeira edição alemã de seu livro sobre os partidos.
- 14 Esses aspectos são explorados mais detidamente no capítulo 3, da segunda parte de *Les partis politiques*. Tais trechos nem sempre são devidamente analisados, mas neles reside uma importante contribuição do autor ao debate acerca da teoria democrática, bem como fica mais evidente sua vinculação à teoria elitista.
- 15 Esse é, claramente, um enfoque de Sociologia Política, pelo qual o sistema partidário é concebido como a “tradução” da estrutura de classes no sistema político – enfoque este que seria teoricamente mais explicitado e justificado por Lipset (1959), alguns anos depois. Entretanto, Duverger é um pouco mais complexo do que isso, pois, segundo Schlesinger e Schlesinger (2006), nessa mesma obra, podemos encontrar uma duplicidade de perspectivas, inclusive antagônicas. Quando trata dos partidos, Duverger se baseia na vertente sociológica estruturalista; mas, quando trata do sistema partidário e da influência da fórmula eleitoral sobre o número de partidos, o autor recorre à perspectiva da *rational choice theory*.
- 16 A propósito, um dos maiores equívocos interpretativos usualmente cometidos é o de se supor que o autor francês julgava ser o *partido de massas* uma organização mais democrática em sua estrutura interna e totalmente harmonizada com o próprio regime democrático. Na verdade, para ele, o *partido de massas* não passaria de um instrumento mais aberto ao

recrutamento de elites populares, antes impedidas de adentrar o sistema político devido ao recrutamento fechado, aristocrático e, portanto, hereditário do período dos *partidos de quadros*.

- 17 Essencialmente, a “solução duvergeriana” para a aparente incompatibilidade entre os *partidos de massas* e a democracia consistiu, portanto, em amalgamar a teoria da formação das oligarquias partidárias, de Michels, com a concepção de democracia contida na teoria elitista de Mosca. Podemos perceber então que, enquanto Schumpeter (1942) foi aquele que colmatou a teoria política elitista de Mosca com o raciocínio econômico, Duverger foi aquele que fez o mesmo com relação à teoria dos partidos.
- 18 Duverger julgou ser tão relevante o estudo sistemático dos partidos que sugeriu fosse esta uma ciência específica, cujo nome poderia ser “estasiologia”. O autor ainda retomaria a teorização partidária de maneira mais sintética em outras obras (Duverger, 1955, 1966, 1972, 1978, 1986).
- 19 Instituição criada em 1945, por Charles de Gaulle, para fazer a transição da École Libre des Sciences Politiques (ELSP) para o Institut d’Études Politiques de Paris (IEP). O ELSP foi criado em 1872 por alguns intelectuais, políticos e empresários, como Hippolyte Taine, Albert Sorel, François Guizot e Emily Boutny, com o objetivo de introduzir reformas no ensino e no treinamento dos políticos e diplomatas franceses, com a finalidade de recuperar o prestígio internacional do país, depois de sua derrota na guerra contra a Prússia, em 1870, e da Comuna de Paris, em 1871. O currículo privilegiava o ensino científico e objetivo das Ciências Sociais. Porém, em 1945, havia grande descontentamento com a orientação literária, historiográfica e filosófica que acabou predominando no ensino ministrado no ELSP, de modo que este foi nacionalizado e dividido em duas instituições, a Fondation Nationale des Sciences Politiques (FNSP), dedicada às tarefas burocráticas e administrativas do conjunto, denominado Sciences Po, e o IEP, dedicado ao ensino e à pesquisa.
- 20 Como pode ser evidenciado por alguns de seus mais notórios trabalhos sobre a metodologia de pesquisa (Duverger, 1959), sobre a teoria política (Duverger, 1955, 1961, 1966), especialmente seu estudo clássico sobre o semipresidencialismo (Duverger, 1978).
- 21 Além de *Les partis politiques*, Duverger voltaria a tratar dos partidos, de maneira mais resumida, em pelo menos mais três obras (Duverger, 1955, 1966, 1972).
- 22 Um paradigma analógico consiste na aplicação de um paradigma de uma área científica a um problema de outra área científica. Portanto, ao se utilizar um paradigma analógico, as proposições a serem analisadas e explicadas são deduzidas, por analogia, de um corpo de conhecimentos já produzidos em outra área científica. Obviamente, o conceito de paradigma é aquele definido por Kuhn (1962) e sua adjetivação, ou seja, sua caracterização como analógico, segue a classificação de Boudon (1970).
- 23 Se considerarmos ainda que todas as instituições, indistintamente, compreendem a unidade taxonômica “ordem”, e que aquelas se subdividem em grupos denominados “famílias”, temos que as instituições sociais, econômicas, religiosas e políticas seriam as “famílias” que

compõem a “ordem” das instituições em geral. No interior da família das instituições políticas, encontramos vários tipos de organização, sendo a partidária uma delas. Desse modo, teremos então a seguinte sequência taxonômica tacitamente seguida pelo autor: “ordem” (instituições em geral) \Rightarrow “família” (instituições políticas) \Rightarrow “gênero” (organizações partidárias) \Rightarrow “espécies” (tipos de partidos) \Rightarrow “indivíduos” (subtipos de partidos).

- 24 Por isso, depois da “genealogia”, passa-se à morfologia e à fisiologia dos partidos. No primeiro caso, estudam-se suas estruturas constitutivas e suas funções; no segundo, as substâncias que lhe conferem “energia” e “movimento” ou, mais propriamente, seu funcionamento. Tal heurística já fica evidente no índice do livro de Duverger (1951). Lá podemos perceber que a exposição se divide em duas partes, cada uma delas com três capítulos. Na primeira, temos uma preocupação com a “morfofisiologia” dos partidos, cabendo ao capítulo 1 o estudo morfológico (o arcabouço dos partidos), e aos dois seguintes, o estudo sobre a fisiologia partidária (os adeptos e a participação). Na segunda, analisam-se as interações dos partidos uns com os outros e destes com o sistema eleitoral (capítulos 1 e 2) e com os governos (capítulo 3), numa abordagem, portanto, ecológica do problema. Então, a parte 1 compreende a “anatomia” partidária e, a parte 2, a ecologia partidária.
- 25 Com isso, sua perspectiva sistêmica está analogamente mais próxima da Biologia do que da Cibernética, como viria a ser a tônica a partir dos anos 1960, conforme a proposta teórica de Easton (1965).
- 26 Entretanto, é importante ressaltar que tal coincidência é histórica e não lógica, ou seja, em princípio, seria possível haver partidos “internos” tanto de direita como de esquerda; do mesmo modo, partidos “externos” de esquerda ou de direita.
- 27 Duverger dá grande ênfase, nesse caso, aos “incentivos” técnicos do sistema eleitoral para a estruturação de arcabouços com articulação forte entre suas instâncias. Segundo ele, em sistemas com listas partidárias e grandes distritos eleitorais, haveria a necessidade de muita coordenação entre diretórios, favorecendo uma articulação forte, seja no sentido horizontal, seja no vertical. Se esse mesmo sistema eleitoral fosse proporcional, haveria um incremento em tais incentivos. Por outro lado, sistemas majoritários com $M = 1$, o incentivo seria inverso.
- 28 Estranhamente, Duverger acaba propondo uma dicotomia conceitual numa relação que, logicamente, é um contínuo. Assim, a ideia de centralização/descentralização, geralmente concebida como uma variação gradativa, é apresentada como dois conceitos separados, com a possibilidade, inclusive, de sobreposições. Por exemplo, seria possível encontrar um partido com uma organização descentralizada ideologicamente que, ao mesmo tempo, contemplasse o centralismo democrático. O próprio Partido dos Trabalhadores no Brasil foi considerado durante muito tempo um tipo de organização estruturada dessa forma.
- 29 Duverger utiliza aqui a dualidade de conceitos de *sagrado e profano* de Durkheim, e de *comunidade e sociedade* de Tönnies. Quanto à última dualidade, também poderiam ser utilizados os conceitos durkheimianos de *solidariedade mecânica* e de *solidariedade orgânica*.

- 30 Não obstante, mantendo-se fiel aos ditames da Sociologia Política, Duverger (1951, p. 235) acabaria atribuindo ao sistema eleitoral uma importância secundária diante das variáveis sociais. Segundo ele, “os modos de escrutínio não desempenham propriamente um papel motor: geralmente são as realidades nacionais, as ideologias e sobretudo as estruturas socioeconômicas que exercem uma ação mais decisiva a esse respeito”.
- 31 Duverger apresenta uma ideia oposta à competição espacial dos partidos nas eleições, teorizada por Anthony Downs (1957). Segundo ele, a entrada de um terceiro competidor num sistema bipartidário polarizado retiraria os votos do próprio centro, numa dinâmica de competição centrífuga. Ou seja, num sistema bipartidário, a melhor posição não se localiza no centro do espectro ideológico. Isso tem relação direta com sua perspectiva sobre a disputa política, concebida como dualista, na qual não haveria uma posição real e independente posicionada no centro ideológico. Conferir tal raciocínio na análise que o autor faz do caso inglês, no início do primeiro capítulo do livro II.
- 32 Charles Dodgson, o famoso criador de *Alice no país das maravilhas*, não apenas apresentava um modelo diferente de representação proporcional como, ao defendê-lo, teria utilizado uma fundamentação que o levaria a ser considerado pioneiro da futura teoria dos jogos (cf. Black, 1969; Grofman, 1987).
- 33 Poderíamos incluir na lista de defensores da representação proporcional o brasileiro José de Alencar (1868), cuja obra política relevante foi reeditada pela UFRJ, sob os cuidados de Wanderley Guilherme dos Santos (1991).
- 34 A propósito, justamente a busca por critérios mais rigorosos de contagem acabou levando à sofisticação de várias formas de mensuração nessa área de pesquisa, entre as quais se destacam os índices de fracionalização de Rae (1967), de volatilidade de Pedersen (1979) e de desproporcionalidade de Loosemore e Hanby (1971), assim como o número efetivo de partidos de Laakso e Taagepera (1979).
- 35 A lista seria por demais longa, por isso são destacados alguns poucos exemplos. Para uma revisão da evolução dos estudos sobre os sistemas eleitorais, ver Shugart (2005).
- 36 Para uma análise histórica e conceitual mais detalhada sobre o desenvolvimento do debate acerca dos partidos e sistemas partidários europeus, ver Mair (1990); Ware (1996); Maor (1997); Montero e Gunther (2002); Daalder, (1983, 2002).

Bibliografia

- ALENCAR, José (1868), *Sistema representativo*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier Edictor.
- ASHWORTH, T. R.; ASHWORTH, H. P. (1901), *Proportional representation applied to party government: a new electoral system*. London, Swan Sonnenschein.
- BAGEHOT, Walter (1867), *The English Constitution*. London, Chapman and Hill.
- BAILEY, W. (1872), *Proportional representation in large constituencies*. London, Ridway.

- BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2001), *A fórmula do poder: elites, partidos, democracia e corrupção política no pensamento de Moisei Ostrogorski*. Lisboa, ISCSP.
- BALL, Sidney (1903), "Review: democracy and organization of political parties", *International Journal of Ethics*, 13: 501-3.
- BARKER, Rodney; HOWARD-JONSTON, Xenia (1975), "The politics and political ideas of Moisei Ostrogorski", *Political Studies*, 23: 415-29.
- BENOIT, Kenneth (2006), "Duverger's Law and the study of electoral systems", *French Politics*, 4 (1): 68-83.
- BERNHEIM, A. C. (1888), "Party organization and their nominations to public office in New York City", *Political Science Quarterly*, 3: 99-122.
- BLACK, D. (1969), "Lewis Carrol and the theory of games", *American Economic Review*, 59: 206-10.
- BLAIS, A.; CARTY, R. (1991), "The psychological impact of Duverger's Law", *British Journal of Political Science*, 21: 79-93.
- BOGDANOR, V.; BUTLER, D. (eds.) (1983). *Democracy and elections: electoral systems and their political consequences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BOUDON, Raymond (1970), "Notes sur la notion de théorie dans les Sciences Sociales", *Revue Archives Européenne Social*, XI: 201-51.
- BRYCE, James (1891), *The American commonwealth*. London, MacMillan. 2 vols.
- _____. (1902), "Preface", in _____. *Democracy and the organization of political parties*. Vol. I [England]. New York, MacMillan and Company.
- BURKE, Edmund (1997 [1770]), "Thoughts on the cause of the present discontents", in STANLIS, Peter (ed.). *Burke, selected writings and speeches*. London, Gateway.
- BUTLER, David (1958), *The study of political behavior*. London, Hutchinson.
- CATLIN, G. E. G. (1962), *Systematic politics*. Toronto, University of Toronto Press.
- CONSTANT, Benjamin (1980 [1810]), *Principes de politique applicable à tout les gouvernements*. Genève, Librairie Droz.
- COX, G. (1997), *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems, political economy of institutions and decisions*. New York, Cambridge University Press.
- DAALDER, Hans (1983), "The comparative study of European parties and party systems: an overview", in DAALDER, H., MAIR, P. (eds.). *Western European party systems, continuity and change*. London, Sage.

- _____. (2002), "Parties: denied, dismissed, or redundant? A critique", in GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (eds.). *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford, Oxford University Press.
- DIAMANT, Alfred (1952), "Book Review: 'Les partis politiques', by Maurice Duverger", *The Journal of Politics*, 14: 42-4.
- DODGSON, Charles (1884), *The principles of parliamentary representation*. London, Harrison and Sons.
- DOWNS, Anthony (1957), *An economic theory of democracy*. New York, Harper and Row Publishers.
- DROOP, Henry. R. (1871), "On the political and social effects of different methods of electing representatives", *Juridical Society*, 3: 469-507.
- _____. (1881), "On methods of electing representatives", *Journal of the Statistical Society of London*, 44 (2): 141-202.
- DUVERGER, Maurice (1946a), "Les partis politiques et la démocratie". *Conférences du Lundi (1945-1946)*, Publications de l'Université de Bordeaux, Delmas, n.7, pp. 21-32.
- _____. (1946b), "Les partis politiques", *La Vie Intellectuelle*, 20 (October): 62-73.
- _____. (1950), "The influence of electoral systems on political life", *International Social Science Bulletin*, 3: 314-52.
- _____. (1951), *Les partis politiques*. Paris, Librairie Armand Colin.
- _____. (1954), *L'influence des systèmes électoraux sur la vie politique*. Paris, Armand Colin.
- _____. (1955), *Institutions politiques et droit constitutionnel*. Paris, PUF.
- _____. (1959), *Méthodes de la Science Politique*. Paris, PUF.
- _____. (1961), *Les régimes politiques*. Paris, PUF.
- _____. (1966), *Sociologie Politique*. Paris, PUF.
- _____. (1972), *Party politics and pressure groups*. New York, Thomas Crowell.
- _____. (1978), *Échec au roi*. Paris, Albin Michel.
- _____. (1986), "Duverger's Law: forty years later", in GROFMAN, B.; LIJPHART, A. (eds.). *Electoral laws and their political consequences*. New York, Agathon Press.
- EASTON, David (1965), *A framework for political analysis*. New Jersey, Prentice-Hall.
- ENGELMANN, Frederick (1963), "A critique of recent writings on political parties", in ECKSTEIN, H.; APTER, D. (eds.). *Comparative politics*. New York, The Free Press.

- FINER, H. (1924), *The case against proportional representation*. London, Fabian Society.
- FORD, H. J. (1898), *The rise and growth of American politics*. New York, MacMillan.
- FRIEDRICH, C. J. (1937), *Constitutional government and politics: nature and development*. New York, Harper and Bros.
- GRIMKE, F. (1848), *Considerations upon the nature and tendency of free institutions*. Cincinnati, H. W. Derby.
- GROFMAN, Bernard (1987), "Lewis Carroll", in EATWEEL, J.; MILGRATE, M.; NEWTON, P. (eds.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. London, MacMillan.
- GROFMAN, B.; BLAIS, A.; BOWLER, S. (eds.) (2009a), *Duverger's Law on plurality voting*. New York, Springer.
- _____. (2009b). "Introduction: evidence for Duverger's Law from four countries", in GROFMAN, B.; BLAIS, A.; BOWLER, S. (eds.). *Duverger's Law on plurality voting*. New York, Springer.
- GROFMAN, B.; LIJPHART, A. (eds.) (1986), *Electoral laws and their political consequences*. New York, Agathon Press.
- GUIZOT, François (1849), *Democracy in France*. 5. ed. London, John Murray.
- HARE, Thomas (1859). *The election of representatives, parliamentary and municipal*. London: Longmans Green.
- HERMENS, F. (1941), *Democracy or anarchy: a study of proportional representation*. Notre Dame, The Review of Politics.
- HOFFMANN-MARTINOT, Vincent (2005), "A short biography of Maurice Duverver", *French Politics*, 3 (3): 304-9.
- HOLCOMBE, A. (1910), "Direct primaries and the second ballot", *American Political Science Review*, 5 (4): 535-52.
- HOPKIN, J.; PAOLUCCI, C. (1999), "The business firm model of party organization: cases from Spain and Italy", *European Journal of Political Research*, 35: 307-39.
- HUME, David (1994 [1742]), "Of parties in general", in *Hume, Political Essays*, Cambridge, Cambridge University Press.
- KATZ, Richard (1980), *A theory of parties and electoral systems*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- KATZ, Richard; MAIR, Peter (1992), "The membership of political parties in western democracies", *European Journal of Political Research*, 22: 329-45.

- _____. (1995), "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party", *Party Politics*, 1: 5-28.
- _____. (1996), "Cadre, catch-all or cartel? A rejoinder", *Party Politics*, 2: 525-34.
- _____. (2002), "The ascendancy of the party in public office: party organizational change in Twentieth-Century democracies", in GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (eds.). *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford, Oxford University Press.
- KEY, V. O. (1949), *Southern politics*. New York, Alfred A. Knopf.
- KIRCHHEIMER, Otto (1966), "The transformation of the Western European party systems", in LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. (eds.). *Political parties and political development*. New Jersey, Princeton University Press.
- KOOLE, R. (1994), "The vulnerability of the modern cadre party in the Netherlands", in KATZ, R.; MAIR, P. (eds.). *How parties organize: change and adaptation in party organization in western democracies*. London, Sage.
- _____. (1996). "Cadre, catch-all or cartel? A comment on the notion of the cartel party", *Party Politics*, 2: 507-34.
- KUHN, Thomas (1962), *The structure of scientific revolution*. Chicago, University of Chicago Press.
- LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. (1979), "Effective number of parties: a measure with application to West Europe", *Comparative Political Studies*, 12 (1): 3-27.
- LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (1966), "The origin and development of political parties", in _____. (eds.), *Political parties and political development*, New Jersey, Princeton University Press.
- LE BON, Gustave (1909). *Psychologie des foules*. Paris, Alcan.
- _____. (1919). *Psychologie politique*. Paris, Flammarion.
- LIJPHART, Arend (1986), "Degrees of proportionality of proportional representation formulas"; in GROFMAN, B.; LIJPHART, A. (eds.) (1986). *Electoral laws and their political consequences*. New York, Agathon Press.
- _____. (1994), *Electoral systems and party systems: a study of twenty-seven democracies (1945-1990)*. Oxford, Oxford University Press.
- LIJPHART, A.; GROFMAN, B. (1984) (eds.), *Choosing an electoral system: issues and alternatives*. New York, Praeger.
- LINZ, Juan (1968), "Michels, Robert", in SYLLS, D.; MERTON, R. (eds.), *International encyclopedia of Social Sciences*, New York, MacMillan.

- LIPSET, Seymour Martin (1959), *Political man: the social bases of politics*. New York, Doubleday.
- _____. (1962). "Introduction", in MICHELS, R., *A sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy*, New York, Collier Books.
- _____. (1964), "Introduction", in OSTROGORSKI, M. *Democracy and the organization of political parties*, vol. II [United States]. New York, MacMillan and Company.
- LOOSEMORE, John; HANBY, Victor (1971), "The theoretical limits of maximum distortion: some analytical expressions for electoral systems", *British Journal of Political Science*, 1 (4): 447-67.
- LOWELL, A. L. (1896), *Government and politics of Continental Europe*. Boston, Houghton Mifflin. 2 vols.
- MacDONALD, J. (1909), *Socialism and government*. London, Independent Labour Party.
- MAIR, Peter (1990), "Introduction", in _____. (ed.). *The West European party system*. Oxford, Oxford University Press.
- _____. (1995), "Political parties, popular legitimacy and public privilege", *West European Politics*, 18: 40-57.
- MAOR, Moshe (1997), *Political parties and party systems*. London, Routledge.
- MARSHALL, J. (1853), *Minorities and majorities: their relative rights*. London, Ridway.
- MAY, John (1965), "Democracy, Organization, Michels", *American Political Science Review*, 59: 417-29.
- McKENZIE, Robert (1955), *British political parties*. London, Heinemann.
- MERRIAM, Charles (1925), *New aspects of politics*. Chicago, University of Chicago Press.
- MICHELS, Robert (2001), *Para uma Sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*. Lisboa, Antígona.
- MILL, John Stuart (2006 [1861]), *Considerations on representative government*. London, Penguin.
- MONTERO, José; GUNTHER, Richard (2002), "Introduction: reviewing and reassessing parties", in GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (eds.). *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford, Oxford University Press.
- MOSCA, Gaetano (1936), *Histoire des doctrines politiques depuis l'antiquité jusqu'à nos jours*. Paris, Payot.
- _____. (1947), *Elementi di Scienza Politica*. Bari, Editori Laterza.

- NORRIS, P. (2004), *Electoral engineering: voting rules and political behavior*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ORTEGA Y GASSET, José (1937), *La rebelion de las masas*. Madrid, Espasa-Calpe.
- OSTROGORSKI, Moisei (1902), *Democracy and the organization of political parties*. Vol. I [England], vol. II [United States]. New York, MacMillan.
- PALFREY, T. (1990), "A mathematical proof of Duverger's Laws", in ORDESHOOK, P. (ed.). *Models of strategic choice in politics*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- PANEBIANCO, Angelo (1982), *Modelli di partito: organizzazione e potere nei partiti politici*. Bologna, Il Mulino.
- PEDERSEN, Mogens (1979), "The dynamics of European party systems: changing patterns of electoral volatility", *European Journal of Political Research*, 7 (1): 1-26.
- PERES, Paulo (2005), "O problema da instabilidade eleitoral na Europa: uma análise do debate teórico, empírico e metodológico", *BIB – Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais*, 60: 87-118.
- _____. (2008), "Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da Ciência Política", *RBCS*, 68 (23): 53-72.
- POGUNTKE, T. (1987), "New politics and party systems"; *West European Politics*, 10: 76-88.
- _____. (1993), *Alternative politics: the German Green Party*. Edinburgh, Edinburgh University Press.
- RAE, Douglas (1967), *The political consequences of electoral laws*. New Haven, Yale University Press.
- RIKER, William (1976), "The number of political parties: a reexamination of Duverger's Law", *Comparative Politics*, 9: 93-106.
- _____. (1983), "The two-party system and Duverger's Law: an essay on the history of Political Science", *American Political Science Review*, 76 (4): 753-66.
- _____. (1986), "Duverger's Laws Revisited", in B. Grofman; A. Lijphart (eds.), *Electoral laws and their political consequences*, New York, Agathon Press.
- ROTH, Guenther (1963), *The social democrats in imperial Germany: a study in working-class isolation and national integration*. New Jersey, Bedminster Press.
- RUNCIMAN, W. G. (1963), *Social Science and Political Theory*. Cambridge, Cambridge University Press.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (org.) (1991), *Dois escritos democráticos de José de Alencar*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
- SARTORI, Giovanni (1968), "Political Development and Political Engineering", in MONTGOMERY, J. D.; HIRSCHMAN, A. O. (eds.). *Public policy*. Cambridge, Harvard University Press.
- _____. (1969), "From Sociology of Politics to Political Sociology", in M. S. Lipset (ed.), *Politics and the Social Sciences*, New York, Oxford University Press.
- _____. (1976), *Parties and party systems: a framework for analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (1986), "The influence of electoral systems: faulty laws or faulty method?", in GROFMAN, B.; LIJPHART, A. (eds.). *Electoral laws and their political consequences*. New York, Agathon Press.
- SCARROW, Susan (2002), *Perspectives on political parties: classic readings*. New York, Palgrave MacMillan.
- SCHATTSCHEIDER, E. E. (1942), *Party government*. New York, Farrar and Rinehart.
- SCHIEDER, Theodore (1962), *The State and society in modern times*. London, Thomas Nelson and Sons.
- SCHLESINGER, Joseph; SCHLESINGER, Mildred (2006), "Maurice Duverger and the study of political parties", *French Politics*, 4: 58-68.
- SCHUGART, M. (2005), "Comparative electoral systems research: the maturation of a field and new challenges ahead", in Gallagher, M.; Mitchell, P. (eds.). *The politics of electoral systems*. Oxford, Oxford University Press.
- SCHUPETER, Joseph (1942), *Capitalism, socialism and democracy*. London, George Allen and Unwin.
- STRUVE, Gustave (2002 [1848]), "The party organism", in SCARROW, S. (ed.). *Perspectives on political parties: classic readings*. New York, Palgrave MacMillan.
- TAAGEPERA, R.; SHUGART, M. (1990), *Seats and votes: the effects and determinants of electoral systems*. New Haven, Yale University Press.
- _____. (1993), "Predicting the number of parties: a quantitative model of Duverger's mechanical effect", *American Political Science Review*, 87 (2): 445-6.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1981 [1848]). *De la démocratie en Amérique*. Paris, GF-Flammarion.

WARE, Alan (1996). *Political parties and party systems*. Oxford, Oxford University Press.

WILSON, Woodrow (1885), *Congressional government: a study in American politics*. Boston, Houghton Mifflin.

WOLINETZ, Steven (2002), "Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies", in GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (eds.). *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford, Oxford University Press.

Artigo recebido em maio/2009

Aprovado em fevereiro/2010

Resumo

Revisitando a "teoria geral" dos partidos políticos de Maurice Duverger

Em 1951, Maurice Duverger publicou *Les partis politiques*, livro que viria a ser considerado uma das principais contribuições originais aos estudos do fenômeno político-partidário. Mas, a despeito da indiscutível importância de sua teoria sobre os partidos e os sistemas partidários, uma questão a ser considerada é saber em que medida o modelo de análise organizacional dos partidos desenhado pelo autor ainda seria aplicável aos estudos atuais. Neste artigo, defendo a posição de que essa obra de Duverger continua sendo referência indispensável do ponto de vista do desenvolvimento histórico dessa linha de investigação e, conseqüentemente, seu estudo ainda deve ser estimulado e exigido de todos aqueles que procuram se especializar nessa área. Além disso, procuro também argumentar que alguns aspectos de seu modelo continuam válidos e seriam extremamente úteis se aplicados nas atuais pesquisas empíricas sobre as organizações partidárias.

Palavras-chave: Partidos políticos; Organizações partidárias; Partidos e sistemas partidários; Maurice Duverger.

Abstract

Revisiting the General Theory of Political Parties of Maurice Duverger

In 1951 Maurice Duverger published *Les partis politiques*, a book that would be considered a major original contribution to the studies of the political party phenomenon. However, despite the undoubted importance of his theory on parties and party systems, an issue to be considered is to what extent the model of organizational analysis of parties designed by the author will still be applicable to current studies. In this article we take the position that this work of Duverger remains an indispensable reference on the point of view of the historical development of this line of research, and therefore his study should still be encouraged and required from all those who seek to specialize in this area. Moreover, we also aim at arguing that some aspects of his model are still valid and would be extremely useful if deployed in current empirical researches on party organizations.

Keywords: Political parties, Party organizations, Parties and party systems; Maurice Duverger.

Résumé

Réexamen de la "théorie générale" des partis politiques de Maurice Duverger

En 1951, Maurice Duverger publie *Les partis politiques*, livre qui serait considéré l'une des principales contributions originales aux études du phénomène de la politique partisane. Mais, malgré l'importance incontestable de sa théorie sur les partis et les systèmes partisans, une question à être considérée est dans quelle mesure le modèle d'analyse organisationnelle des partis conçu par l'auteur serait applicable aux études actuelles. Dans cet article, je soutiens que cette œuvre de Duverger demeure une référence indispensable du point de vue du développement historique de ce courant de la recherche et, par conséquent, son étude doit être encouragée et exigée de tous ceux qui cherchent à se spécialiser dans ce domaine. Par ailleurs, je tente aussi de soutenir que certains aspects de son modèle demeurent valables et seraient extrêmement utiles si appliqués aux recherches empiriques actuelles sur les organisations partisans.

Mots-clés: Partis politiques; Organisations partisans; Partis et systèmes partisans; Maurice Duverger.

O Risco no âmbito da Teoria Social: quatro Perspectivas em Debate

João Areosa

Breve introdução à noção de risco

Existem alguns sinais nas sociedades contemporâneas que nos indicam um aumento da preocupação em torno de alguns riscos. Esta temática tem vindo a ganhar alguma visibilidade social, particularmente quando os riscos dão origem a desastres (Turner e Pidgeon, 1997), a acidentes graves (Perrow, 1999; Reason, 1997) ou quando não existe consenso sobre os efeitos que eles podem produzir (Adams, 2005). A título de exemplo, a problematização da aceitabilidade social dos riscos, os factores que contribuem para a percepção de riscos e a discussão entre riscos “objectivos” e riscos “subjectivos” podem demonstrar a complexidade existente na tematização do risco na modernidade. Contudo, quando falamos sobre o risco, verificamos que estamos sempre perante cenários de incerteza, onde os resultados nunca podem estar garantidos à partida (caso contrário não estaremos a falar sobre situações de risco). O conceito de risco remete-nos para probabilidades ou possibilidades sobre a ocorrência de eventos futuros, surgindo também associado a certa contingência ou ambiguidade decorrente das diversas dinâmicas do mundo social. A essência do risco não é tanto aquilo que está a acontecer, mas sim aquilo que pode acontecer (Adam e Van Loon, 2000). Isto significa que alguns riscos dificilmente podem ser antecipados¹.

Segundo Douglas e Wildavsky (1982), o risco é socialmente construído, e, por ve-

zes, afigura-se como algo incontrolável, visto que nós nem sempre conseguimos saber se aquilo que estamos a fazer é suficientemente seguro para prevenir a ocorrência de acidentes ou de efeitos indesejados. Para além disso, ninguém consegue conhecer mais do que uma pequena fracção dos perigos ou dos riscos que se encontram em seu redor. Assim, a visão dos actores sociais sobre os riscos aos quais estão sujeitos é sempre parcial ou incompleta.

A definição de risco apresenta oscilações mediante os diversos contextos sociais onde é produzida, embora também possa depender de emoções, de sentimentos (Loewenstein *et al.*, 2001) e da nossa própria percepção de risco (Areosa, 2007a, 2007b, 2007c). Desse modo, tentar obter uma definição sobre o risco, precisa e concisa, torna-se uma tarefa árdua (Jeffcott, 2004). Segundo Fischhoff, Watson e Hope (1984), o primeiro passo para definir um risco é determinar quais as consequências que lhe estão subjacentes. Na perspectiva de Dean (1999, p. 146), em certas circunstâncias, o risco pode ser visto como um *continuum* e, nesse sentido, nunca desaparece completamente. Assim, ele pode ser minimizado, localizado e evitado, mas nunca pode ser dissipado. De certo modo, podemos considerar o risco como uma entidade condicional e omnipresente. Se o futuro fosse algo predeterminado e independente das ocorrências do presente (actividades humanas ou forças da natureza), o termo risco não faria sentido (Renn, 1992). Apesar da

pluralidade conceptual do risco, parece existir um elemento transversal a todas as suas definições: a distinção entre possibilidade e realidade (Renn, 1992), ou seja, aquilo que é possível acontecer pode ou não se transformar em realidade. Por esse motivo, a incerteza é uma das dimensões do risco.

Após essas considerações, passamos a apresentar quatro das principais perspectivas da teoria social do risco: (1) a perspectiva culturalista, (2) o modelo da sociedade do risco, (3) a abordagem sistémica e (4) a governamentalização do risco.

A perspectiva culturalista do risco

A perspectiva culturalista do risco é profundamente marcada pela obra *Risk and culture*, de Douglas e Wildavsky (1982). Esses autores iniciam seu livro com a seguinte questão: “Poderemos nós conhecer todos os riscos com que nos deparamos, no presente ou no futuro?”. A resposta deles próprios é taxativamente negativa, visto que o mundo se mostra um local repleto de riscos insuspeitos. Mas afinal como é que as pessoas podem decidir quais os riscos que pretendem enfrentar e quais os que pretendem ignorar ou rejeitar? A resposta a essa questão, segundo a teoria culturalista, está relacionada com aspectos de natureza cultural². Douglas e Wildavsky consideram ainda que a temática do risco levanta algumas peculiaridades, nomeadamente a inexistência de consensos nas sociedades ocidentais sobre os problemas de como conhecer, analisar e actuar perante as situações de risco. Outro factor importante indica-nos que indivíduos diferentes podem revelar preocupações diferentes sobre os mesmos riscos. Segundo Krinsky (1992, p. 19), a teoria cultural entende o problema do risco a partir de três áreas genéricas: (1) o estatuto ontológico do risco; (2) a teoria da selecção social do risco e (3) a utilização de modelos

que testam a ligação de variáveis sociológicas com as atitudes individuais perante o risco.

Douglas e Wildavsky tentam enfatizar os motivos que levam as pessoas e as organizações a seleccionarem determinados tipos de riscos dentro das suas preocupações e a rejeitar outros com magnitude semelhante. Nessa corrente, o risco é entendido como algo carregado de significados, fortemente influenciado por valores e crenças sociais, ou seja, o risco é culturalmente construído. Segundo a perspectiva culturalista, a avaliação de riscos e a preocupação em aceitar determinados riscos levanta não apenas problemas psicológicos, mas, particularmente, problemas sociais. A percepção do risco é vista como uma resposta cultural às diversas ameaças sofridas nas “fronteiras” do grupo, da organização ou da sociedade. Desse modo, o risco pode ser interpretado como um meio de aferir as diferenças entre “nós” e os “outros”. O modelo culturalista constrói o seu conhecimento sobre o risco através da observação das diferenças, da competição e, por vezes, das contradições existentes nas sociedades, isto é, a partir da avaliação efectuada sobre as diferentes situações da vida quotidiana.

Um dos temas equacionado por Douglas e Wildavsky está relacionado com a forma como os riscos tecnológicos se articulam com o meio ambiente. Parece existir uma percepção pública generalizada sobre a capacidade de os riscos tecnológicos influenciarem negativamente a natureza, sabendo que esse tipo de risco é, tendencialmente, visto como oculto, involuntário e irreversível. Porém, enquanto os seus eventuais efeitos adversos ainda não estão confirmados, parece existir certa tolerância com a sua presença. No entanto, quando os efeitos nocivos estão confirmados, entramos no domínio da aceitabilidade do risco, onde é avaliada a relação custo-benefício. Alguns estudos demonstram que, a partir de determinado nível, as

peças deixam de aceitar os riscos (Douglas, 1985). Aquilo que necessita ser explicado, segundo a perspectiva culturalista, é porque as pessoas concordam em ignorar muitos dos perigos potenciais à sua volta, concentrando-se apenas em seleccionar determinados riscos, por vezes, menos relevantes. Por que é que demonstramos ter medo apenas de alguns tipos de risco? Talvez porque não consigamos identificar e avaliar todas as situações de risco; embora, segundo os autores de *Risk and culture*, uma possível explicação para essa questão se deva ao facto de, nos últimos anos, aquilo que antes era tido como fonte de segurança (relações interpessoais, família, trabalho, etc.) ter-se tornado em fonte de risco. Recorrendo a certa ironia, eles afirmam que as pessoas não têm receio de nada, excepto da comida que comem, da água que bebem, do ar que respiram, da terra onde vivem e da energia que utilizam (Douglas e Wildavsky, 1982, p. 10). E acrescentam que, por norma, os diversos actores sociais fazem clara distinção entre os riscos que eles próprios assumem correr voluntariamente e os riscos que lhes são impostos.

Os riscos involuntários são mais susceptíveis a serem alvo de rejeição por parte do público, por comparação com os riscos aceites voluntariamente. Quando alguém decide enfrentar um qualquer tipo de risco (embora até certo limite de tolerância e aceitabilidade), este facto é visto como uma decisão pessoal, fruto da sua liberdade individual, e, normalmente, quem assume os seus próprios riscos não é alvo de condenação social. Contudo, as coisas tornam-se diametralmente opostas quando os riscos são impostos por outra(s) pessoa(s), entidade ou instituição.

Se você e eu quisermos ir escalar montanhas, então estaremos, voluntariamente, a expor-nos aos riscos, embora, presumivelmente, essa seria uma decisão nossa e estaria tudo

bem. Mas se o ar contiver poeiras de carvão ou os alimentos contiverem substâncias cancerígenas, isto já seria uma afronta, porque o risco para nós é involuntário (Douglas e Wildavsky, 1982, p. 17)⁵.

Outro aspecto importante referenciado nesta obra indica-nos que a distribuição social dos riscos não é efectuada de forma homogénea. Algumas classes ou grupos de pessoas enfrentam mais riscos do que outras. Os autores apresentam o seguinte exemplo: em média, as pessoas mais pobres têm menos saúde do que os ricos, morrem mais cedo e têm mais acidentes. Porém, não se pode afirmar que essas pessoas, incorrendo em maiores níveis de risco nas suas vidas, o façam voluntariamente. Para certos tipos de riscos, a relação entre custos suportados e benefícios esperados é um aspecto importante nas tomadas de decisão. Talvez certos indivíduos prefiram estar expostos a determinados riscos laborais ou ambientais do que estarem desempregados. Quando são colocadas nos “pratos da balança”, as hipóteses *ter emprego e suportar certos riscos* ou *não ter emprego nem riscos laborais*, normalmente, a obtenção ou preservação do emprego parece ter mais peso. Existem determinadas condicionantes sociais de carácter coercivo que influenciam a aceitabilidade do risco (“tenho de aceitar certos riscos para poder ter emprego”). Esses tipos de risco podem não ser desejados, mas as pessoas têm de fazer opções, nomeadamente quando têm de ponderar entre os custos e os benefícios de certos riscos.

Para Thompson e Wildavsky (1982, p. 160), o risco é sempre um produto social. Isso porque se as pessoas, nos diferentes contextos sociais, revelam convicções contraditórias sobre como é o mundo exterior, é expectável que tenham também ideias diferentes sobre o universo dos riscos. No âmbito da teoria cultural dos riscos, esses au-

tores identificam cinco perfis e suas distintas formas de perceber os riscos: (1) indivíduos atemorizados (a vida é como uma lotaria, visto que os riscos estão fora de controlo e a segurança é uma questão de sorte); (2) burocratas (os riscos são aceitáveis enquanto as instituições têm rotinas para controlá-los); (3) eremitas (os riscos são aceitáveis enquanto não envolvem a coerção dos outros); (4) igualitários (os riscos deveriam ser evitados a menos que sejam inevitáveis para proteger o bem público); (5) empreendedores (os riscos oferecem oportunidades e devem ser aceites na expectativa de obter benefícios).

Apesar da relevância dessa perspectiva para a teoria social do risco, ela não está isenta de críticas. Alguns autores assinalam que a compreensão do risco é mais complexa do que as categorias utilizadas no modelo culturalista (Renn *et al.*, 1992; Hannigan, 1995), visto que o risco não é redutível apenas a aspectos de natureza cultural.

A sociedade do risco: entre a razão e a especulação

Em meados da década de 1980, Ulrich Beck (1992) apresentou o inovador conceito de *sociedade do risco*⁴, para alertar sobre os riscos aos quais as sociedades actuais estão sujeitas, particularmente os riscos de carácter tecnológico e ambiental. Para Beck (2000, p. 166) a sociedade do risco significa que vivemos na *idade dos efeitos secundários*, isto é, habitamos um mundo fora de controlo, onde nada é certo além da incerteza. A novidade dessa noção reside no facto de algumas decisões humanas poderem envolver consequências e perigos globais que não reconhecem fronteiras. No presente, nós não sabemos se vivemos num mundo mais arriscado do que as gerações passadas. O problema não está situado na “quantidade” do risco; a grande diferença histórica entre o passado e o presente

é que hoje sabemos ser impossível controlar as consequências de algumas decisões civilizacionais. É nesse contexto que Beck e Giddens utilizam a expressão *incertezas fabricadas*.

O desenvolvimento do trabalho teórico de Beck sobre o risco tentou evitar, pelo menos na sua fase inicial, ligações claras aos anteriores trabalhos da teoria culturalista, talvez para salvaguardar uma imagem de originalidade. Embora, mais tarde, quer Beck, quer Giddens, viessem a compartilhar algumas das críticas do paradigma culturalista à dicotomia entre o conhecimento pericial e as percepções leigas do risco. Uma das teses centrais de Beck revela que alguns dos novos riscos deixaram de poder ser pensados enquanto fenómenos locais, circunscritos a determinadas área ou situação, visto que assumiram um carácter global. A abordagem da sociedade do risco teve um enorme impacto social na sua fase inicial, embora, posteriormente, fosse também alvo de diversas críticas à sua concepção teórica. A sociedade do risco emerge em resposta à obsolescência da sociedade industrial (Beck, 2000). A terminologia de *sociedade do risco* designa essencialmente uma condição das sociedades contemporâneas, nas quais os riscos sociais, individuais, políticos e económicos tendem, de forma crescente, a escapar à protecção, controlo e monitorização da sociedade industrial. Segundo Beck, existem dois estádios distintos para essas duas realidades sociais, isto é, a sociedade do risco sucede à sociedade industrial. A transição da sociedade industrial para a sociedade do risco é irreversível e Beck vai designar esse período como modernidade reflexiva ou reflexividade⁵.

Segundo Beck, as organizações actuais tornaram-se, simultaneamente, produtoras e consumidoras das múltiplas formas e fontes de risco que não conseguem controlar. A sociedade industrial foi perdendo lentamente as suas “certezas”, sabendo que estas consti-

tuíam um dos seus principais alicerces. Beck preconizou que no mundo actual existiam algumas situações imponderáveis, contingentes e aleatórias, onde já não existia espaço para as certezas anteriores. Desse modo, observou-se que a sociedade industrial estava saturada de efeitos casuísticos e não intencionados. É a partir desse momento que, segundo Beck, surge uma ruptura inevitável com o passado, ou seja, os parâmetros explicativos da sociedade industrial já não cabiam dentro da dinâmica da modernidade.

Apesar de os riscos individuais sempre terem existido, a modernidade gerou novos tipos de riscos, radicalmente distintos dos anteriores; alguns destes novos riscos tornaram-se cada vez mais globais. A ameaça nuclear é um dos exemplos paradigmáticos dessa situação, visto que, virtualmente, paira sobre todas as regiões do globo. Em simultâneo, o risco transformou-se num fenómeno global e globalizante. Porém, apesar dessa tendência para a “democratização” do risco, paradoxalmente a distribuição social dos riscos permanece desigual. Para além disso, na “modernidade avançada”, a produção de riqueza é sistematicamente acompanhada da produção de riscos (Beck, 1992, p. 19), ou seja, esses novos riscos são um fenómeno de origem humana.

Alguns autores mostraram-se bastante críticos perante as teses centrais da sociedade do risco (Lash, 2000; Elliott, 2002). Os críticos de Beck defendem que o sucesso do conceito de sociedade do risco deve-se mais a circunstâncias históricas (por exemplo, Luhmann vê este conceito como uma moda) do que propriamente a uma verdadeira teoria social consistente; defendem que a teoria de Beck circula entre a verdade e a profecia. É-lhe ainda apontada falta de precisão nas propostas políticas para lidar com os seus diagnósticos de riscos globais. Beck foi também apelidado como o “teórico da catástrofe” ou “apocalíptico”.

Uma das críticas recorrentes à sua teoria recai sobre o próprio conceito de risco, tido como redutor, visto que é simplesmente apresentado como uma resposta às consequências imprevistas da industrialização, particularmente no âmbito dos riscos técnicos e ambientais. São também apontadas insuficiências nas estratégias para a gestão de riscos.

A ciência actual foi geradora de diversos riscos da contemporaneidade; este facto conduziu à quebra do monopólio da racionalidade científica na definição do risco (Beck, 1992, p. 29). Segundo esse autor, o conceito de risco continua em desenvolvimento nas sociedades modernas, mas traduz a ideia de incontrolabilidade científica, técnica e social. Apesar de o nível de possibilidades para acontecimentos calamitosos ser relativamente reduzido, as situações de alto risco têm vindo a aumentar em termos de número; algumas tornaram-se inaceitáveis devido ao seu potencial catastrófico (Perrow, 1999).

Beck (2000, p. 30) preconiza que a civilização moderna está culturalmente cega, pois, onde é percebida normalidade, possivelmente espreitam ameaças dissimuladas. É verdade que podemos estar cada vez mais dependentes dos saberes periciais para identificar alguns riscos, embora isso nem sempre possa ser visto como um aspecto positivo, particularmente quando não há consensos científicos. As sociedades contemporâneas são caracterizadas pelo aumento significativo da complexidade dos seus relacionamentos interpessoais e institucionais. A realidade quotidiana passa, em parte, pela sucessão de acontecimentos aleatórios que dificilmente se podem tornar previsíveis. Em certas circunstâncias, o grau de “certeza” sobre a ocorrência de acontecimentos futuros acaba por ser diminuto, mesmo nas situações antecipadamente planeadas. A contemporaneidade é caracterizada por ser um período onde reina a incerteza, sabendo que a complexificação das

múltiplas formas de relacionamentos sociais vai possibilitando a emergência de novas formas de risco. Tais formas apresentam-se como dificuldades acrescidas ao nosso entendimento, quer pelo desconhecimento que temos sobre elas, quer pela falta de experiência em lidar com essas situações em concreto. Determinados tipos de risco constituem-se como um território inexplorado ou desconhecido para a humanidade.

Se tentarmos descrever o mundo através da perspectiva do risco, este não é uma autoevidência, mas sim uma construção social, embora possa ir para além dela. Nas sociedades contemporâneas houve clara mutação da tipologia de riscos aos quais nos encontramos expostos. Se, por um lado, o aumento do conhecimento técnico e científico veio diminuir ou controlar alguns riscos, por outro, gerou novas formas de risco, com consequências mais devastadoras, para as quais não tínhamos qualquer experiência histórica anterior. A proliferação de arsenal bélico sofisticado e de centrais nucleares, a diminuição da camada de ozono, a poluição ambiental, a modificação genética dos alimentos (transgénicos), os atentados terroristas e o crime organizado são bons exemplos das novas formas de risco contemporâneas. Segundo Beck (1992), a maioria desses novos cenários de risco podem ser produzidos industrialmente, globalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente. Os riscos existem e não são apenas uma mera construção social imaginária, embora sua maior ou menor aceitabilidade dependa da forma como são percebidos socialmente, reconhecendo-se também nesse processo alguma ambivalência.

São as novas formas de ameaça associadas à contingência que desafiam a capacidade dos peritos em tentar compreender os novos cenários de risco e de incerteza, bem como as suas causas, probabilidades e consequências.

Se observarmos o risco enquanto dimensão negativa, ele apenas nos revela aquilo que devemos evitar e não aquilo que devemos fazer (Beck, 2000). Em determinados casos, podemos tentar “fazer tudo” ou, pelo contrário, não fazer nada; porém, isso não implica que alguns riscos deixem de ser “indomáveis”. Por vezes, a acção ou inacção humana não afecta a condição do risco. A essa situação Beck (1999) designa-a como a *armadilha ou cilada do risco*. Em certas situações, os riscos tornaram-se mais democráticos, isso porque podem afectar maior número de pessoas, independentemente da sua condição ou classe social. Esse fenómeno, Beck designou-o como *o fim dos outros*. A dissolução das certezas da modernidade industrial deu origem às incertezas da modernidade reflexiva. De certo modo, a contingência e a incerteza ganharam terreno perante os saberes científicos e tecnológicos. Segundo Giddens (2000), quanto mais o homem tenta colonizar o futuro, maior é a possibilidade que este nos possa causar surpresas. Numa sociedade do risco mundial ou global já não é possível externalizar os riscos (Beck, 1999). É por esse motivo que o tema do risco assumiu um carácter político. Tal conjunto de factores evidencia uma crise nas sociedades industriais e nos Estados-nação que, por sua vez, podem revelar-se incapazes de prever, organizar e controlar alguns riscos emergentes. A distinção entre interno e externo desapareceu nos moldes que nós conhecíamos anteriormente e necessita ser renegociada.

Na sociedade do risco onde vivemos actualmente, tal como afirma Beck (1999), deixou de ser evidente a correlação entre o ponto de origem dos riscos e o seu ponto de impacto, quer em termos de espaço, quer em termos de tempo. A sociedade do risco impõe que alguns riscos globais podem atingir toda a população humana, não apenas num curto espaço de tempo, mas também durante longos períodos de tempo. Além das di-

mensões de espaço e tempo que nos ajudam a interpretar melhor essa nova realidade do risco na contemporaneidade, podemos ainda compreender que ele pode ser contraditório. Houve situações onde algumas indústrias negaram a existência de certos riscos, porém, os especialistas dos seguros tentaram resistir à celebração de apólices, visto considerarem os níveis de risco demasiado altos.

Para Beck (1999), o conhecimento dos riscos está ligado à história e aos símbolos da própria cultura. É por esse motivo que o risco é percebido publicamente e manejado politicamente de forma tão distinta em diferentes zonas do planeta. Vivemos num mundo *híbrido* de observações, descrições e valorizações. O autor afirma que quanto menos riscos se reconhecem publicamente, mais situações de risco se podem produzir. Essa possível “lei” da sociedade do risco pode assumir uma importância estratégica, por exemplo, no negócio de seguros (Beck, 1999). Existe ainda outra questão pertinente que se coloca perante a nossa civilização: como é que podemos “disfarçar” as formas de controlo do risco se ele na realidade é incontrolável? Nas sociedades de risco, o “piores” cenário imaginável de acidente, como, por exemplo, qualquer acidente com características similares ao de *Chernobyl*, tornar-se-á num evento onde podemos identificar o seu início, mas não o seu fim. A perspectiva de Beck sobre essa questão justifica, em parte, o seu cepticismo e identifica a necessidade de reorganizar e renovar alguns mecanismos sociais e políticos.

Para Beck (1999), o risco está vinculado a determinada deslocação da ordem, é uma fractura que transporta ameaças latentes de maneira desarticulada e oculta. A sociedade do risco impõe-se quando os sistemas de segurança e as normas da sociedade industrial fracassam; verifica-se que as promessas de protecção perante os perigos não conseguem resolver os problemas, nem tomar decisões. A

convivência quotidiana com o medo e com a insegurança converte-se para uma esfera biográfica e política. A noção de risco está associada a uma etapa precisa do processo de modernização, incorporando a dimensão da incerteza, embora o autor não negue a existência do conceito de risco noutros períodos da história. Está também ligado aos danos produzidos pelo processo civilizacional (modernização). A nova noção de risco preconiza três descontinuidades com o passado: (1) a cobertura ou extensão (do local para o global); (2) a magnitude dos danos (do parcial para o total); e (3) o horizonte temporal das ameaças (do presente para o futuro).

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia permitiu o progresso económico das sociedades ocidentais; porém, o fruto desse desenvolvimento contribuiu para a emergência de novos riscos. O risco define as sociedades modernas. Foi por este motivo que o autor as designou como *sociedades do risco* (Beck, 1992). Esse conceito de risco surge associado ao conceito de modernização reflexiva.

O risco pode ser definido como uma forma sistemática de lidar com os perigos e inseguranças induzidas e introduzidas pela própria modernização. Os riscos, por oposição aos perigos mais antigos, são as consequências relacionadas com a força ameaçadora da modernização e com a globalização da dúvida. Eles são politicamente reflexivos (Beck, 1992, p. 21)⁶.

Adams (1995) contesta parcialmente Beck, visto que a criação de riscos, efectuada pelo homem, não é um fenómeno recente, embora concorde que alguns dos novos riscos são frutos da ciência e da tecnologia moderna. Na mesma linha de Beck, Giddens (2000) coloca que o risco é um fenómeno incorporado na modernidade e utiliza a distinção entre os conceitos de risco e de perigo para

explicar essa condição. Este autor afirma que os perigos sempre existiram na história da humanidade, mas a avaliação dos perigos e dos riscos, em relação às possibilidades futuras, é substancialmente diferente entre as sociedades tradicionais e as sociedades modernas.

Para Beck (2002), o terrorismo, ao actuar numa esfera cada vez mais global, abriu um novo capítulo na história recente da sociedade do risco mundial. O autor dedica particular atenção aos dois vectores do terrorismo: o ataque em si mesmo e a ameaça (enquanto elemento de terror). Nesse contexto, é pertinente distinguir o risco da sua percepção; isso porque as ameaças que a humanidade teme como passíveis de se tornarem realidade são, de facto, reais nas consequências que produzem. O medo constrói uma realidade social própria.

Quem olhar o mundo como um risco de terror, torna-se incapaz de agir. É esta a primeira armadilha armada pelos terroristas. A segunda: a manipulação política da percepção do risco de terrorismo desencadeia a necessidade de segurança, que suprime a liberdade e a democracia. Justamente as coisas que constituem a superioridade da modernidade. [...] O maior perigo, por isso, não é o risco mas a percepção do risco, que liberta fantasias de perigo e antídotos para elas, roubando dessa maneira à sociedade moderna a sua liberdade de acção” (Beck, 2002, p. 1).

Ao cepticismo demonstrado pelas posições de Beck, aqui levantadas no seu conceito de sociedade do risco, contrapõe-se a confiança nos sistemas periciais abstractos, apresentado por Giddens. Ambos os autores concordam que o conceito de risco é um tema central na era moderna, particularmente em seus aspectos políticos. No entanto, revelam posições distintas quando abordam a questão da confiança. Para Beck, o facto de existirem inúmeros factores de incerteza pode tornar a

confiança num aspecto *psicologicamente irracional*. Apesar de Giddens (1994) reconhecer a existência de inúmeros perigos na modernidade, ele afirma que uma das únicas formas para tentar coabitar com certos riscos é a confiança depositada nos *sistemas abstractos*. É verdade que os sistemas abstractos nem sempre resolvem os problemas dos indivíduos, porém, esta não deixa de ser uma das únicas hipóteses que lhes resta no mundo contemporâneo.

A abordagem sistémica do risco

A abordagem sistémica sobre o risco tem em Luhmann (1993) um dos principais contributos. Ele parte da delimitação dos conceitos de risco *versus* perigo e de risco *versus* segurança e acrescenta que a noção de risco depende mais do modo como ele é observado e não tanto das suas pressupostas características objectivas. O risco é uma variante entre o desejado e o indesejado. Risco e perigo estão associados à ideia de potencial perda futura; no entanto, o autor defende a distinção de ambos os conceitos. Segundo ele, falamos em perigo se as consequências ou prejuízos de determinado acontecimento ocorrerem de forma independente da nossa vontade, ou seja, se a origem do evento provier de fontes externas. Pelo contrário, falamos em risco quando determinados acontecimentos tiverem origem em decisões próprias. O autor recorre aos seguintes exemplos: quem fuma aceita o risco de morrer de cancro, embora para quem inala o fumo dos outros o cancro deve ser visto como um perigo. Alguém que assume o risco de morrer num acidente de viação (rodoviário), por decidir conduzir em alta velocidade, transforma essa situação num perigo para os outros automobilistas ou para os peões (transeuntes). Assim, a mesma acção pode ser um risco para uns e um perigo para outros.

Apesar da distinção que Luhmann faz dos dois conceitos (risco e perigo), ele tam-

bém acrescenta que ambos se encontram intimamente interligados. Giddens (1998) concorda com a interligação conceptual de Luhmann entre as noções de risco e perigo. Todavia, discorda dele quando preconiza que “se nos abstermos de agir, não corremos riscos”. Ao contrário de Beck e Giddens, a inacção não é vista por Luhmann como um risco. Esta é uma diferença significativa entre a perspectiva sistémica e a *sociedade do risco*.

Do ponto de vista teórico e normativo, Luhmann (1993, p. 55) concebe o risco enquanto um desvio à norma (aproximando-se claramente à teoria de Durkheim). Para este autor, não existem decisões ou comportamentos livres de risco. Por outras palavras, se não arriscarmos nada, não podemos perder nada, pois apenas a acção é susceptível de constituir risco. O mundo, segundo Luhmann, é um espaço de contingência que necessita ser organizado e transformado em algo passível de ser gerido. Na sua visão, aquilo que se entende sobre a noção de risco não deve ser procurado fora do sistema social. O âmago do conceito de risco não é tido como um cálculo matemático, mas antes como a vulnerabilidade na exposição a qualquer coisa, considerando a obtenção de ganhos ou perdas. Ele depende de valorações, de observações e do contexto temporal onde é produzido.

Dessa perspectiva, qualquer aproximação ao conceito de risco é em si mesmo algo arriscado, ou seja, podemos afirmar que a noção de risco não está isenta de risco. É nesse contexto que os aspectos contingentes da modernidade dependem de dimensões psicossociais, porque tendemos a confiar de que nada de negativo nos irá acontecer. Essa crença subjectiva de certa invulnerabilidade individual perante acontecimentos futuros negativos tem sido designada como “optimismo irrealista” (Weinstein, 1980). Para Luhmann, confiamos nessa premissa e, simultaneamente, negligenciamos certos

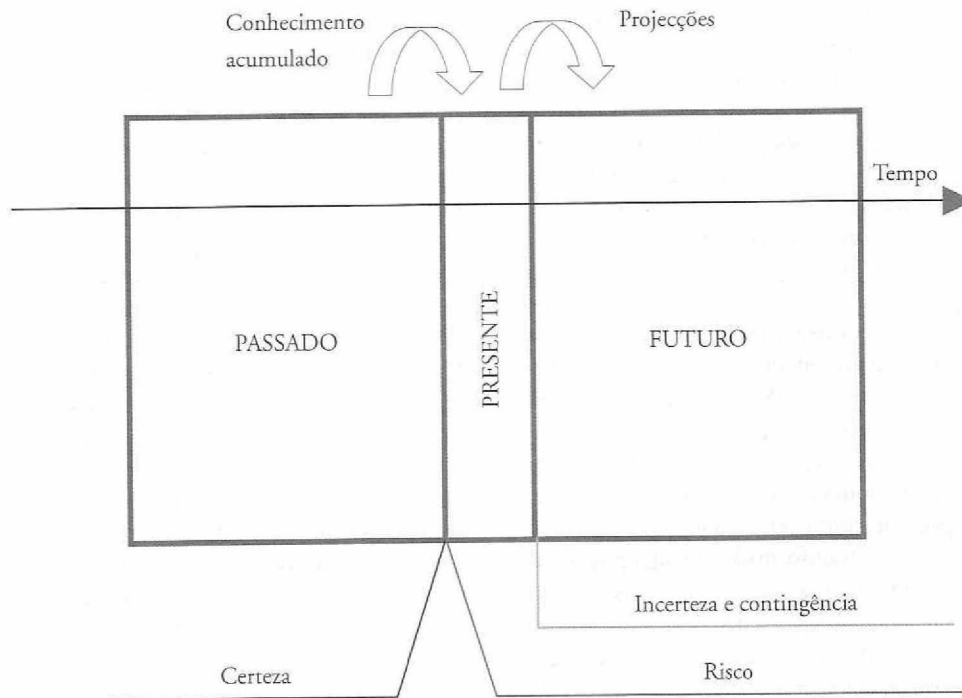
riscos porque não temos alternativas a essa situação, pois, caso contrário, só nos restaria viver num mundo de permanente incerteza, ansiedade e instabilidade emocional.

No âmbito da teoria dos sistemas, a concretização de um risco será sempre expressa através de uma disfunção do sistema. A abordagem sistémica define o risco como uma ou mais condições de uma variável com potencial suficiente para interromper um sistema, quer isso signifique a sua degradação completa, quer signifique o desvio das metas preestabelecidas em termos de produção, ou ainda a implicação do aumento dos recursos referentes a pessoal, equipamentos, instalações, materiais ou meios financeiros. O conceito de risco está associado às eventuais falhas de um sistema, onde os acidentes organizacionais se tornaram num acontecimento “normal” (Perrow, 1999).

A discussão do sociólogo alemão centra também a sua atenção nas noções de dano hipotético por acção consciente (risco) e o dano hipotético por acção dos outros, da natureza ou de outras formas fora de controlo (perigo). Na perspectiva de Luhmann, o risco encontra-se ligado aos processos de decisão, e estes só podem ser realizados no presente. Desse modo, a dimensão temporal é também relevante na abordagem sistémica.

A utilização do termo risco permite determinar uma problematização do futuro. O risco é uma forma de projectar possibilidades no presente sobre o futuro, embora essa relação temporal seja marcada por aspectos contingenciais, visto que o futuro é opaco e ambivalente (situado entre o provável e o improvável). Para Luhmann, o risco tem uma função operatória necessária à redução da complexidade, determinada pela incerteza do tempo futuro. A Figura 1 tenta conceber de forma sintética o pensamento de Luhmann relativo às dimensões *tempo, risco, incerteza e contingência*.

Figura 1
Articulação entre Risco e Tempo



Segundo Luhmann (1993, p. 11), o cálculo do risco depende da colocação dos possíveis eventos numa sequência temporal; algo similar a: primeiro isto, depois aquilo. No entanto, o cálculo quantitativo do risco não é a opção mais adequada, para a maioria das situações, onde estejam envolvidos elevados graus de incerteza. Se é verdade que o risco está entre muitos dos aspectos da vida normal quotidiana, aquilo que parece fazer sentido equacionar é a possibilidade do risco se tornar um desvio ao futuro expectável ou num fenómeno de desarmonia social. Um dos problemas que a moderna teoria do risco tem de enfrentar está relacionado com a forma de organizar os processos de aprendizagem perante

situações de elevada incerteza, isto é, como podemos tomar decisões perante cenários de largas margens de incerteza? Na abordagem sistémica, o tema do risco envolve um processo evolutivo, em meio ao qual os grupos e instituições organizam o seu conhecimento, partilhado com outros sistemas sociais através da comunicação⁷. Os diversos tipos de conhecimento competem dentro da sociedade e estão sujeitos a diversos critérios de selecção (Renn, 1992). Segundo Luhmann, nem mesmo o aumento do conhecimento consegue ultrapassar o problema do risco, visto que níveis mais elevados de conhecimento não asseguram uma mudança ou transformação do risco em segurança.

Luhmann afirma que, para podermos observar um risco, temos de saber distingui-lo das outras coisas. Todavia, o conceito de risco ganha precisão e definibilidade a partir do momento em que se determina qual a forma para se distinguir um risco (das outras coisas). A noção de risco não pode ser definida fora de certos requisitos científicos (Luhmann, 1993, p. 6). Da perspectiva sistémica, o risco pode ser entendido como um meio que permite reprogramar o interior dos diversos subsistemas da sociedade, evitando uma eventual crise ou ruptura do próprio sistema. A confiança é também um aspecto central na teoria desse autor. Assim, Luhmann (citado em Giddens, 1998, p. 21) afirma que a confiança deve ser entendida em relação à moderna noção de risco. Essa ligação teve origem no momento que a compreensão de alguns resultados inesperados puderam ser vistos como consequência das nossas próprias actividades e decisões, em vez de exprimir os propósitos ocultos da natureza ou as vontades divinas.

Em *Risk: a sociological theory*, Luhmann (1993) dedica-se particularmente aos riscos sistémicos numa abordagem *macro*. Contudo, uma pequena parte do seu texto volta-se para o nível *micro* do risco, nomeadamente quando aborda os comportamentos arriscados dentro das organizações.

O comportamento burocrático organizacional é normalmente avesso a riscos. Os resultados das diversas avaliações organizacionais não têm um carácter definitivo e permanente que seja passível de perpetuar ao longo dos tempos; isso porque a realidade é dinâmica e é disso que as organizações do tipo burocrático têm receio. Nesse contexto, existem inúmeras estratégias com vistas à redução de riscos, onde estão incluídas as questões ligadas à distribuição de poder e de responsabilidade (Luhmann, 1993, p. 190).

A governamentalização e o risco

As teorias da governamentalização foram tematizadas por Foucault (1979), sem que este autor se tivesse dedicado directamente às questões relacionadas com a noção de risco. A relação entre a governamentalização e o risco foi estabelecida por outros autores na tentativa de explorar o risco no contexto da vigilância, da disciplina e da regulação das populações. Assim, a questão do controlo social é um aspecto fundamental nessa corrente. Tal como o próprio nome indica, a governamentalização está relacionada com as diversas formas de governação dentro das sociedades. É um conceito do campo político que facilmente se pode confundir com a própria ideia de política.

A governamentalização é entendida como a arte de governar. Essa noção está fortemente ligada ao conceito de poder e a quem e como o exerce. Foucault utiliza a governamentalização para interpretar as formas como os Estados são conduzidos por quem detém o poder, embora o autor também o aplique noutros contextos, nomeadamente na governação da família, de uma casa, de um convento, das almas ou de uma província (Foucault, 1979, p. 280). Na sua forma original, pretendia-se que a governação dos riscos sociais fosse essencialmente preventiva. Todavia, as políticas de prevenção de riscos colectivos são dispendiosas (Wildavsky, 1979) e nem sempre existem recursos suficientes para melhorar os mecanismos de prevenção. Os governantes podem, por vezes, ser confrontados com situações desse tipo, onde têm de gerir os recursos disponíveis e tentar definir aquilo que será “melhor” para a população (em risco).

A governação é uma forma específica de racionalidade. Os diversos tipos de racionalidade e as várias formas de poder são temas bastante explorados na obra de Foucault, em

que o autor analisa, por exemplo, os estilos modernos e antigos de governação. A sua abordagem incorpora uma componente histórica que percorre um longo período, desde a ancestral arte de governar até à modernidade, onde surge a Ciência Política como disciplina científica. A ligação da noção de governamentalização ao risco é efectuada por diversos autores a partir de dois vectores: (1) a arte de bem governar pode ser vista como uma inteligente demarcação aos perigos; (2) os riscos são interpretados através de um princípio de racionalização política.

Para alguns autores, o actual conceito de risco há muito que se tornou num instrumento de controlo social e de vigilância sobre o território e sobre as populações, aferindo os seus hábitos e eventuais comportamentos desviantes, sendo a ciência e seus peritos um dos seus principais pilares de observação (Moraes e Nascimento, 2002). Das diversas perspectivas que Foucault apresenta sobre a arte de governar, destacamos aquela onde é afirmado que não se governa apenas o território, governam-se essencialmente homens e “coisas”. Não se trata de opor homens a coisas, trata-se, sobretudo, de interligá-los. Essas coisas que devem ocupar a governação perspectivam-se, essencialmente, nas relações dos homens com a riqueza, com os recursos, com os meios de subsistência, com o clima, com a cultura e com os estilos de pensamento, com os hábitos e com as acções, com a morte, com os acidentes, desastres ou catástrofes, e ainda, com a fome e epidemias. É disto que deve tratar a governação, isto é, com a imbricação do homem com essas “coisas” (Foucault, 1979, p. 282). Portanto, governar significa acima de tudo governar coisas, tendo como meta o bem comum.

No quadro do sistema moderno de governação liberal, Lupton (1999) preconiza que o risco é entendido como uma estratégia governamental heterogénea de poder disci-

plinar, na qual os indivíduos ou populações são monitorizados e geridos de encontro com os objectivos do humanismo democrático. A título de exemplo, os métodos de normalização comportamental ou de saúde são utilizados para comparar e ajustar quais as “melhores” normas que se podem aplicar às populações no âmbito da sua governação. O desvio a essas normas pode, por vezes, significar “estar em risco”. Tal como os teóricos da sociedade do risco, a perspectiva da governamentalização tende a concordar que houve um aumento potencial do risco privado (individual). Essa corrente, na sua versão primordial, não busca enfatizar a atribuição de culpa ou responsabilidade aos riscos singulares ou institucionais; porém, o modelo social dominante em alguns segmentos sociais está assente na vigilância, no controlo e na punição (Foucault, 1975).

Segundo Dean (1999), o risco é uma forma de racionalidade passível de adicionar uma panóplia de técnicas que aspiram a tornar o incalculável em calculável. Desse modo, o risco é visto como um conjunto de diferentes caminhos que pretende ordenar o futuro de uma forma calculável, recorrendo a técnicas particulares e visando a objectivos específicos (a governação ou gestão dos riscos). Na perspectiva da governamentalização, a noção de risco torna-se inteligível através de representações específicas da realidade, onde estão incorporados diversos tipos de acções e interacções. Alguns autores interpretam o modelo da governamentalização, na sua versão mais recente, como uma resposta à insuficiente aferição dos temas do poder e dos mecanismos de cálculo e gestão dos riscos, efectuada por parte da abordagem da sociedade do risco. A perspectiva da governamentalização, pelo contrário, tende a centrar a sua atenção nesse tipo de racionalidade. Dean (1999, p. 142) enfatiza a análise de quatro dimensões fundamentais da governação do risco:

Primeiro, como é que chegamos a conhecer e agir de acordo com diferentes concepções de risco, ou seja, as formas específicas da racionalidade do risco. Segundo, como é que estas concepções estão ligadas a determinadas práticas e tecnologias. Terceiro, como é que estas práticas e tecnologias dão origem a novas formas de identidade social e política. Quarto, como é que estas racionalidades, tecnologias e identidades se tornaram num suporte para os diferentes programas políticos e imaginários sociais, investidos com uma ética específica⁸.

A segurança tem vindo a tornar-se numa preocupação crescente para as sociedades, não porque os riscos da era industrial se tenham tornado absolutamente seguráveis, mas porque as sociedades se reavaliam, com todos os seus problemas e incertezas, em função das *tecnologias do risco*. É um novo olhar sobre elas próprias, em que a segurança passa a ter um papel decisivo nos princípios de organização, funcionamento e regulação das sociedades (Ewald, 1993, p. 98). A segurança parte de dois pressupostos primordiais: o primeiro constrói um quadro estatístico que permite verificar a regularidade de certos acontecimentos; o segundo calcula as probabilidades de ocorrência desses mesmos acontecimentos. Por oposição à perspectiva da governamentalização, na qual os riscos são vistos como seguráveis, a sociedade do risco de Beck (1992) tornou-se, por natureza, insegurável. Esta é uma das grandes diferenças entre as duas correntes.

Segundo a perspectiva de Ewald (1991), o risco não é uma realidade objectiva, pelo contrário, é uma entidade essencialmente construída no imaginário da esfera social, embora não tenha o mesmo sentido do construtivismo social, está antes relacionado com as tecnologias do risco. Nesse contexto, o risco é uma forma de racionalidade, é um estilo de pensamento que representa certos eventos. Para este autor, o cálculo do risco

desenvolve formas e métodos para transformar previsível o “imprevisível”. Diversos autores utilizam o paradigma da governamentalização para reposicionar o conceito de risco no lugar da antiga noção de perigo/perigoso (*dangerousness*), nomeadamente na abordagem a temas ligados às doenças mentais, ao crime ou à violência, isto é, associado a indivíduos ou grupos eventualmente marginalizados (Castel, 1991). Os indivíduos ou grupos identificados como potencialmente perigosos, quer para eles próprios, quer para os outros, são alvo de preocupação, intervenção e tratamento governamental. Nesse contexto, o risco é apresentado como um elemento socialmente selectivo e não tanto como um elemento exacto ou preciso.

Um risco não decorre da presença particular de um perigo consubstanciado num indivíduo ou grupo específico. É o efeito de uma combinação de factores abstractos que tornam mais ou menos provável a ocorrência de tipos de comportamento indesejáveis (Castel, 1991, p. 287)⁹.

Na governação das populações é importante ter presente alguns aspectos contingentes, nomeadamente quando é necessário gerir algumas conjunturas de risco. É preciso considerar que existem situações de risco conhecidas e desconhecidas, mas ambas podem afectar de igual modo as populações expostas. Existem riscos que só se tornam conhecidos quando os seus efeitos nocivos já afectaram diversas pessoas, por vezes, com consequências irreversíveis. Outro aspecto importante demonstra que a noção daquilo que consideramos ser arriscado é definido historicamente, sendo também passível de evolução ao longo do tempo. As percepções dos indivíduos ou grupos em relação aos riscos são diversificadas, mesmo nas situações de risco mais conhecidas.

Notas

- 1 Sobre a noção de risco, ver também Areosa (2003, 2005, 2008, 2009).
- 2 A cultura é entendida nesta abordagem como a panóplia de valores, crenças e saberes incorporados nos actores sociais, passíveis de transmissão e reprodução social; por esse motivo, a noção de risco é filtrada por valores sociais e culturais.
- 3 “If you and I want to go rock climbing, thus voluntarily exposing ourselves to risks, presumably that is our own business and that would be all right. But if the air contains coal dust or food contains carcinogens, that would be wrong because the risk to us is involuntary” (Douglas e Wildavsky, 1982, p. 17).
- 4 Embora Lagadec (1981) já tivesse anteriormente preconizado que, no tempo actual, vivemos numa *civilização do risco*.
- 5 A modernização reflexiva significa uma autodestruição criativa da sociedade industrial. O termo *reflexividade* na perspectiva de Beck não significa essencialmente reflexão, significa, sobretudo, *autoconfrontação* entre os efeitos da sociedade do risco e da sociedade industrial, visto que esta última mostra-se incapaz de monitorizar e resolver determinadas situações incertas (Beck, 2000).
- 6 “Risk may be defined as a systematic way of dealing with hazards and insecurities induced and introduced by modernization itself. Risks, as opposed to older dangers, are consequences which relate to the threatening force of modernization and to its globalization of doubt. They are politically reflexive” (Beck, 1992, p. 21).
- 7 Aliás, segundo Luhmann (2001), a comunicação baseia-se em (im)probabilidades, logo é passível de ser considerada em termos de risco.
- 8 “First, how we come to know about and act upon different conceptions of risk, i.e. the specific forms of risk rationality. Second, how such conceptions are linked to particular practices and technologies. Third, how such practices and technologies give rise to new forms of social and political identity. Fourth, how such rationalities, technologies and identities become latched onto different political programmes and social imaginaries that invest them with a specific ethos” (Dean, 1999, p. 142).
- 9 “A risk does not arise from presence of particular precise danger embodied in a concrete individual or group. It is the effect of a combination of abstract factors which render more or less probable the occurrence of undesirable modes of behavior” (Castel, 1991, p. 287).

Bibliografia

- ADAM, Barbara; VAN LOON, Joost (2000), “Introduction: repositioning risk; the challenge for social theory”, in ADAM, B.; BECK, U.; VAN LOON, J. (orgs.). *The risk society and beyond*. Critical issues for Social Theory. London, Sage.

- ADAMS, John (1995), *Risk: the policy implications of risk compensation and plural rationalities*. London, UCL Press.
- _____. (2005), *Big ideas: risk*. London, New Scientist.
- AREOSA, João (2003), “Riscos e acidentes de trabalho: inevitável fatalidade ou gestão negligente?”. *Sociedade e Trabalho*, 19/20: 31-44.
- _____. (2005), “A hegemonia contemporânea dos ‘novos’ riscos”, in Soares, G. *et al.* (org.), *Análise e gestão de riscos, segurança e fiabilidade*, Lisboa, Salamandra.
- _____. (2007a), “As percepções de riscos dos trabalhadores: conhecimento ou ‘iliteracia?’”, in COLÓQUIO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA E HIGIENE OCUPACIONAIS – SHO 2007, Guimarães. *Anais...* Guimarães. pp. 131-4.
- _____. (2007b), “Atitudes comportamentais perante o risco”, in CONGRESSO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO 2007, Porto. *Anais...* Porto.
- _____. (2007c), “As percepções de riscos num serviço de imagiologia hospitalar”, in SOARES, G. *et al.* (orgs.). *Riscos, públicos e industriais*. Lisboa, Salamandra.
- _____. (2008), “Risco e análise de riscos: contributos para a sua conceptualização”, in COLÓQUIO INTERNACIONAL DE SEGURANÇA E HIGIENE OCUPACIONAIS – SHO 2008, Guimarães. *Anais...* Guimarães. pp. 45-50.
- _____. (2009), “Organizações de alta fiabilidade: que limites para a segurança?”, in Soares, G. *et al.* (orgs.). *Riscos industriais e emergentes*. Lisboa, Salamandra.
- BECK, Ulrich (1992), *Risk society. Towards a new modernity*. London, Sage.
- _____. (1999), *World risk society*. Cambridge, Polity Press.
- _____. (2002), “O Estado cosmopolita – Para uma utopia realista”. Disponível em: <<http://www.eurozine.com/pdf/2002-01-30-beck-pt.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2006.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (2000), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Oeiras, Celta.
- CASTEL, Robert (1991), “From dangerousness to risk”, in BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (orgs.). *The Foucault effect. Studies in governmentality with two lectures by and an interview with Michel Foucault*. London, Harvester Wheatsheaf.
- DEAN, Mitchell (1999), “Risk, calculable and incalculable”, in LUPTON, D. (org.). *Risk and Sociocultural Theory: new directions and perspectives*. Cambridge, Cambridge University Press.
- DOUGLAS, Mary (1985), *Risk acceptability according to the Social Sciences*. New York, Russell Sage Foundation.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron (1982), *Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley CA, University of California Press.

- ELLIOTT, Anthony (2002), "Beck's Sociology of Risk: a critical assessment". *Sociology*, 36: 293-315.
- EWALD, François (1991), "Insurance and risk", in BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (orgs.). *The Foucault effect*. Studies in governmentality with two lectures by and an interview with Michel Foucault. London, Harvester Wheatsheaf.
- _____. (1993), *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa, Vega.
- FISCHHOFF, Baruch; WATSON, Stephen; HOPE, Chris (1984), "Defining risk". *Policy Sciences*, 17: 123-39.
- FOUCAULT, Michel (1975), *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1979), *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- GIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras, Celta.
- _____. (1998), *As consequências da modernidade*. Oeiras, Celta.
- _____. (2000), *O mundo na era da globalização*. Lisboa, Presença.
- HANNIGAN, John (1995), *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Lisboa, Piaget Editora.
- JEFFCOTT, Michèle (2004), *Investigating the perception of technological incidents: a case study in the application of psychometric techniques to understand risk perceptions toward obstetric technology within the UK National Health Service*. Tese de doutorado. University of Glasgow, Glasgow, Escócia.
- KRIMSKY, Sheldon (1992), "The role of theory in risk studies", in KRIMSKY, S.; GOLDING, D. (orgs.). *Social theories of risk*. Westport CT, Praeger.
- LAGADEC, Patrick (1981), *La civilisation du risque: catastrophes technologiques et responsabilité sociale*. Paris, Seuil.
- LASH, Scott (2000), "Risk Culture", in ADAM, B.; BECK, U.; VAN LOON, J. (orgs.). *The risk society and beyond*. Critical issues for Social Theory. London, Sage.
- LOEWENSTEIN, George *et al.* (2001), "Risk as feelings". *Psychological Bulletin*, 127: 267-86.
- LUHMANN, Niklas (1993), *Risk: a sociological theory*. New York, Aldine de Gruyter.
- _____. (2001), *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa, Vega.
- LUPTON, Deborah (1999), "Introduction: risk and sociocultural theory", in LUPTON, D. (org.). *Risk and sociocultural theory: new directions and perspectives*. Cambridge, Cambridge University Press.

- MORAES, Thiago; NASCIMENTO, Maria (2002), "Da norma ao risco: transformações na produção de subjetividades contemporâneas". *Psicologia em Estudo*, 1: 91-102.
- PERROW, Charles (1999), *Normal accidents: living with high-risk technologies*. New Jersey, Princeton University Press.
- REASON, James (1997), *Managing the risks of organizational accidents*. England, Ashgate.
- RENN, Ortwin (1992), "Concepts of risk: a classification", in KRIMSKY, S.; GOLDING, D. (orgs.). *Social theories of risk*. Westport CT, Praeger.
- RENN, Ortwin *et al.* (1992), "The social amplification of risk: theoretical foundations and empirical applications". *Journal of Social Issues*, 48: 137-60.
- THOMPSON, Michael; WILDAVSKY, Aaron (1982), "A proposal to create a cultural theory of risk", in KUNREUTHER, H. C.; LEY, E. V. (orgs.). *The risk analysis controversy – an institutional perspective*. Berlin, Springer.
- TURNER, Barry; PIDGEON, Nick (1997), *Man-made disaster*. Oxford, Butterworth-Heinemann.
- WEINSTEIN, Neil (1980), "Unrealistic optimism about future life events". *Journal of Personality & Social Psychology*, 39: 806-20.
- WILDAVSKY, Aaron (1979), "No risk is the highest risk of all". *American Scientist*, 67: 32-7.

Artigo recebido em agosto/2008

Aprovado em dezembro/2009

Resumo

O risco no âmbito da teoria social: quatro perspectivas em debate

É provável que o risco se esteja a tornar num tema central para a modernidade. Sua definição conceptual está longe de reunir consensos, quer nos meios científicos, quer para o público em geral. O risco enquanto objecto de pesquisa é abordado por diversas disciplinas, que, por vezes, apresentam perspectivas contraditórias ou antagónicas entre si. O campo de utilização do risco é bastante diversificado e susceptível de múltiplas interpretações. Neste artigo, após breve introdução à noção de risco, vamos à discussão das diferentes perspectivas do risco na teoria social, sem descuidar as diferenças e os contributos de outras áreas científicas. O risco pode ser visto como uma entidade omnipresente em muitas actividades do mundo social e é por esse motivo que o seu estudo ganha pertinência nas sociedades contemporâneas. Quando nos interrogamos sobre "o que é o risco?", verificamos que estamos perante uma questão muito complexa, de difícil definição e objectivação, onde os seus limites e fronteiras são ambíguos, visto que sua noção se converte em múltiplos significados e conotações sociais.

Palavras-chave: Risco; Teoria Social; Incerteza.

Abstract

Risk in the Scope of the Social Theory: Four Perspectives in Debate

It is probable that risk has become a central issue for modernity. Its conceptual definition, however, is far from gathering consensus, be it among scholars or the general public. Risk as a research subject has been approached by several disciplines that, sometimes, present either contradictory or antagonistic perspectives among themselves. The field of risk usage is very diversified and susceptible to multiple interpretations. In this paper, after a brief introduction on the notion of risk, we will discuss the different perspectives of risk in the social theory, without neglecting differences and contributions of other scientific areas. Risk can be seen as an omnipresent entity in many activities in the social world, and that is why its study has prevailed in contemporary societies. When we ask ourselves on what risk is in fact, we realize the facing of a very complex matter, difficult to define or objectify, where limits and frontiers are ambiguous, because its significance then is converted in multiple meanings and social connotations.

Keywords: Risk; Social Theory; Uncertainty.

Résumé

Le risque dans le cadre de la théorie sociale: quatre perspectives en discussion

Il est probable que le risque soit entrain de devenir un thème central pour la modernité. Sa définition conceptuelle est loin de regrouper un consensus, soit dans les milieux scientifiques, soit par rapport au public en général. Le risque en tant qu'objet de recherche est abordé par diverses disciplines, qui présentent parfois des perspectives contradictoires ou antagonistes entre elles. Le domaine d'utilisation du risque est très diversifié et susceptible de multiples interprétations. Dans cet article, après une brève introduction de la notion de risque, nous discutons les différentes perspectives du risque dans la théorie sociale, sans pour autant négliger les différences et les contributions des autres domaines scientifiques. Le risque peut être considéré comme une entité omniprésente dans nombreuses activités du monde social et c'est pourquoi son étude est d'autant plus pertinente dans les sociétés contemporaines. Lorsque nous nous interrogeons sur «quel est le risque?», nous vérifions que nous sommes face à une question très complexe, difficile à définir et à objectiver, où les limites et les frontières sont ambiguës, puisque son concept se traduit par plusieurs significations et connotations sociales.

Mots-clés: Risque; Théorie sociale; Incertitude.

Questões Metodológicas e Epistemológicas Suscitadas pela Antropologia da Infância*

Angela Nunes** e Maria Rosário de Carvalho

Introdução

A etapa inicial de levantamento de possibilidades e potencialidades de investigação sobre a infância, nas áreas da Sociologia e Antropologia, abrangendo um campo interdisciplinar hoje genericamente denominado de Estudos sobre Infância (*Childhood Studies*), não só está vencida como se tem consolidado, gradual e visivelmente, na criação de programas contínuos de formação e pesquisa, no aumento de publicações e na crescente ocorrência de eventos. A capacidade de agência das crianças e a sua participação no universo mais amplo das relações sociais, questões centrais ao debate desencadeado no final dos anos 1980, têm sido focalizadas em inúmeros projetos de investigação e passaram, também, a ser consideradas em ações no âmbito da sociedade civil e das organizações de apoio e proteção à infância. Contudo, não obstante o volume de dados, e provavelmente dada a peculiaridade com que as crianças concretizam e expressam o seu processo de participação na vida social e na construção da própria infância, identificar e definir *como, e o que aprender com as crianças e/ou, sobre elas* permanece um aberto desafio, cheio de contradições, impasses e paradoxos, não só teóricos, mas também sociais e políticos. O adulto em miniatura de

então, incompleto, sem voz e sem sociabilidade plena, passou a ser agente social. Como? Quem ou o que lhe confere a capacidade de agência? O que significa isso? Como se manifesta, concretiza? O que muda com o novo *status* que as crianças passaram a ter? Que noção elas têm da mudança? Que noção os adultos têm da mudança? Que impacto essa mudança tem na vida social? Quais as suas repercussões no campo interacional produzido pela pesquisa antropológica? Supomos dever considerar, neste ponto, dois aspectos: (1) assim como cabe perguntar “quem ou o que confere à criança capacidade de agência”, cabe fazê-lo em relação ao suposto de que ela é um “adulto em miniatura, sem voz...”; (2) para as crianças, houve, de fato, mudança? Dito em outros termos, elas se autoapreendiam como adultos em miniatura, sem voz e sociabilidade plena? Em todas as culturas?

Sem perder de vista o caráter interdisciplinar do campo temático, este artigo refletirá sobre algumas questões metodológicas e epistemológicas que se afiguram, às autoras, primordiais ao avanço, definição e maturação desse campo de estudos, do ponto de vista da Antropologia, apresentando exemplos significativos de pesquisas nacionais e internacionais recentes, de cunho etnográfico e/ou analítico, e de fontes que, mesmo não sendo

* Este texto foi elaborado em 2007 e apresentado no 31º Encontro Anual da Anpocs, em outubro do mesmo ano. As autoras continuam refletindo sobre a contribuição da especificidade dos estudos antropológicos no Brasil ao debate internacional sobre Estudos da Infância.

** No âmbito de Bolsa de Pós-doutoramento SFRH/BPD/26252/2005, atribuída pela FCT, Portugal.

científicas, constituam importantes veículos de informação na sociedade civil e de formação de opinião pública (mídia, organizações, convenções). O intento é apreendê-las comparativamente, de modo a poder “surpreender” categorias específicas a determinados contextos etnográficos, assim como eventuais categorias transculturais. Como pensar uma antropologia da infância se não estivermos preocupados em apreender o que é, simultaneamente, específico e transcultural? Trabalhos etnográficos em “sintonia fina” têm demonstrado como conceitos até recentemente julgados universais ou quase universais, não o são, absolutamente, abalando, assim, quer posturas mais tradicionais, quer algumas das recentes tendências. Os exemplos são vários, uns com base em vasta etnografia, outros apenas em potencial. Mencionaremos somente alguns que mostram certa atualidade temática em nível internacional.

Manfred Liebel há tempo introduziu um debate crítico em torno de questões relacionadas com o trabalho infantil. Entre as suas várias publicações, destacamos uma coleção de ensaios que evidenciam o protagonismo das crianças trabalhadoras e sua luta por melhores condições de trabalho na América Latina, Ásia e África, e cujo posicionamento do autor em parte contradiz a Convenção da OIT e colide com os valores, ditos universais, que proclamam o ideal ocidental de proteção das crianças (Liebel *et al.*, 2001)¹. Jason Hart (2006) evidencia como, na sua ânsia de proteger as crianças envolvidas em conflitos armados, a ação humanitária falha em perceber o contexto histórico, social, político e econômico em que cada um desses conflitos se desenrola. Essa atitude das organizações não governamentais (ONGs), às quais não raro faltam informações etnográficas acuradas, obscurece as possíveis motivações ou engajamento das próprias crianças nesses conflitos, conduzindo a uma avaliação

simplista do problema. Em outra espécie de conflito armado, vale o alerta dado por Duke Dowdney (2003) sobre o envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico e venda de droga nas favelas do Rio de Janeiro². De características totalmente diferentes, podemos mencionar, ainda, o polêmico artigo de David Lancy (2007) sobre brincar entre mãe e filhos, modelo que está sendo exportado, para todo o mundo, como decisivo ao desenvolvimento da criança, não obstante a etnografia tenha demonstrado, recorrentemente, que este é um comportamento recente, observado apenas nas sociedades modernas, urbanas, ocidentais e em famílias de classe média alta, não havendo registro de sua ocorrência em cerca de 75% dos povos do mundo. No Brasil, reacendeu-se, recentemente, a discussão em torno da prática do infanticídio entre alguns povos indígenas, com alguns evocando o direito universal à vida, outros à diferença cultural, e ainda outros apelando ao relativismo cultural, em discursos que se baseiam em informação esparsa e fragmentada pois, efetivamente, não há investigação suficiente sobre o tema. Sobretudo, não há investigação suficiente que permita refletir sobre o significado, papel e valor da concepção, nascimento e vida de uma criança nessa sociedade específica, e envolvendo os níveis cosmológico, simbólico, sociológico.

Sabemos que os estudos sobre a infância foram introduzidos na Antropologia através de alguns autores considerados de referência imprescindível na história da disciplina, tais como Taylor, Boas, Mauss, Durkheim, Mead e Fortes, entre outros. Sabemos também que foram necessárias décadas de contribuições desse tipo, valiosas, porém dispersas e descontínuas na sua maioria, até que eclodisse o movimento acadêmico vigoroso que acabou por delinear a construção de um referencial teórico e metodológico capaz de nortear as investigações sobre crianças e infância,

englobando-as num debate abrangente e internacional. O paradigma sistematizado por James e Prout (1990, pp. 8-9), somado aos resultados do projeto europeu *Childhood as Social Phenomenon*³ (Qvortrup *et al.*, 1994), constituem divisores de águas, a partir dos quais, no âmbito dos estudos antropológicos e sociológicos sobre a infância, as crianças passaram a ser consideradas, e compreendidas, como atores sociais.

Teoricamente, portanto, foi reconhecida a sua capacidade de agência, subentendendo-se que a criança não só participa, mas que sua participação pode adicionar algo à vida social, transformando-a. *Dar voz às crianças* e evidenciar a sua *competência social* tornaram-se procedimentos imperativos e incontornáveis na condução das investigações. Essas acepções passaram a integrar o discurso científico, ao mesmo tempo que se diversificaram e multiplicaram os esforços para captar e revelar o “ponto de vista” das crianças sobre os mais variados temas, reunindo-se, desse modo, uma infinidade de informações a respeito. Porém, tem sido extremamente difícil identificar, na prática, o que é esse algo que as crianças adicionam e qual o impacto e as consequências da sua ação na vida em sociedade. Há questões metodológicas implícitas a essa dificuldade. Algumas delas foram sistematizadas por Christensen e James (2000) em um livro que reúne ensaios de diversos autores e disciplinas, apresentando várias perspectivas, experiências e tópicos de investigação, e alertando para uma enorme gama de questões teóricas, práticas, morais e éticas. Não é um guia de receitas de pesquisa, mas um guia de reflexão, do qual emergem sugestões que devem ser tomadas em conta no avançar dos estudos sobre a infância⁴. A postura mais tradicional – de que o que se conhecia sobre as crianças era apenas o que relatavam as pessoas que delas cuidavam – foi substituída pela que pressupõe que as

crianças possuem conhecimentos e características que as tornam aptas a participar das pesquisas como *informantes*. Neste livro, *Research with children...*, as autoras propõem uma abordagem metodológica que não estabelece diferenças entre pesquisar adultos ou crianças: tal como os adultos, as crianças respondem a entrevistas, preenchem questionários e permitem que suas vidas cotidianas sejam observadas. Não seria preciso, portanto, desenvolver ou adotar métodos específicos, sendo importante, sim, que o método, seja ele qual for, se adeque às pessoas envolvidas no contexto sociocultural da investigação. A proposta introduzida por Christensen e James constitui um passo adiante no sentido de situar – do ponto de vista metodológico – a pesquisa sobre infância em um patamar de igualdade em relação às demais pesquisas em Antropologia e Sociologia, tentando reduzir distâncias e alargar o debate.

Contudo, o que parece simples e óbvio no tocante ao método, ou ao seu aspecto mais técnico, torna-se complexo no que refere ao reverso da medalha, ou seja, às categorias de análise, sobretudo se os estudos se reportarem a sociedades consideradas não ocidentais. Nunes (2003, p. 312), a partir de seus estudos sobre infância indígena no Brasil, propõe uma reflexão metodológica que engloba um processo em duplo sentido: se a construção de boas etnografias sobre a infância permite a identificação das categorias de análise teórica que mais e melhores rendimentos possam trazer, serão essas categorias que, por sua vez, e em simultâneo, proporcionarão uma crescente qualidade na recolha etnográfica. As categorias a eleger seriam, pelos menos, de dois tipos: as que, sendo próprias da Antropologia, têm-se mostrado como mais adequadas para a construção de um conhecimento sobre os povos indígenas no Brasil, e que, num esforço de especificação do objeto empírico – a infância indígena –,

poderão ser excepcionalmente rentáveis na observação e análise teóricas deste; e as que poderão ser consideradas como “endêmicas” da infância, indígena ou qualquer outra, que, neste caso, podem constituir categorias até então pouco, ou nada, trabalhadas no âmbito da Antropologia. As suas pesquisas indicam que *o brincar* seria uma dessas categorias. Quer isso dizer que, da mesma maneira que categorias analítico-conceituais ocidentais não se aplicam, com a mesma rentabilidade, a contextos culturais não ocidentais, talvez as categorias até agora aplicadas a contextos adultos, que são os que têm sido alvo privilegiado dos estudos antropológicos, não sejam as mais adequadas para apreender a infância, sem deixar de ter em conta que são muitas e variadas as infâncias que existem no mundo, e que a categoria infância é universal em termos de ocorrência mas específica em suas manifestações concretas, sendo de extrema importância que o debate internacional inclua, cada vez mais, investigações realizadas em contextos etnográficos não ocidentais.

Apesar de nos anos 1990 terem sido publicados mais livros e artigos sobre crianças e infância, no mundo inteiro, do que em todo o período anterior, desde a definição da Antropologia como ciência social, tal como recentemente afirmou LeVine (2007, p. 247), tem sido extremamente difícil traduzir em reflexão teórica os resultados das investigações, sobretudo no que refere a galgar as próprias fronteiras dos estudos concentrados na infância e a integrá-los no debate antropológico (e sociológico, ou interdisciplinar) mais amplo. A marginalidade desses estudos foi apontada por Laurence Hirschfeld (2002). O autor questiona o fato de a Antropologia, em geral, continuar sem dar atenção a essas contribuições e indaga sobre a falta de impacto dos resultados, até então obtidos na teoria antropológica. Hirschfeld demonstra, nesse

artigo, que a Antropologia já está suficientemente bem informada sobre o papel social das crianças, mas que seria a *excepcionalidade*⁵ com que elas o constroem, desempenham e recriam, que torna a sua participação na interação social um ponto de tensão e bloqueio. Como resultado, para além dos próprios limites dos estudos antropológicos sobre infância, segundo o autor, as crianças continuam a ser sub-representadas e subteorizadas na literatura antropológica. Esse argumento, certamente, se poderá ilustrar com o fato de, só em 2007, ter sido proposta (e aceite!) a criação de um Grupo de Interesse sobre Crianças e Infância no âmbito da American Anthropological Association, quase em simultâneo à inclusão de um *in focus* de título *Children, Childhoods and Childhood Studies* na revista *American Anthropologist* (v. 109, n. 2, 2007), onde seis artigos de autores que são referência internacional neste debate expõem a diversidade e complexidade do tópico, destacando as principais questões metodológicas e teóricas, suas potencialidades e problemas. É curioso notar que essa é a associação de antropólogos que maior número de membros tem, espalhados por todos os continentes, e que foi fundada em 1902. Para que se possa efetivamente dizer que os estudos antropológicos sobre infância “*have come of age*”, parece-nos carecer de ganhar visibilidade na disciplina. Tudo indica que esta está sendo, gradualmente, conquistada, mas falta, ainda, que os antropólogos que não trabalham especificamente com questões inerentes à infância considerem as suas contribuições em igual nível de importância com as demais. É da nossa responsabilidade, também, levar os resultados do nosso trabalho a outros campos temáticos, de modo a produzir sinergia.

Uma das dificuldades inerentes a essa dupla “marginalidade” (a das crianças e a dos estudos que sobre elas incidem) poderá continuar a residir na relação de alterida-

de entre crianças e adultos, retomando-se a necessidade de desconstrução da atitude adultocêntrica que foi o cerne da revisão crítica iniciada nos anos 1980. O pesquisador, como adulto, não está isento da sua própria concepção de infância, e da interferência da relação criança-adulto na relação pesquisado-pesquisador. Isso encerra uma questão metodológica fundamental, uma vez que são os adultos pesquisadores que escolhem, dão forma e expressão aos “pontos de vista das crianças”, seja qual for o método ou a forma como estes são revelados ou captados.

Para Chris Jenks (1982)⁶, por exemplo, é impossível negar ou invalidar, de um momento para o outro, os efeitos ou consequências de décadas de educação ou socialização segundo os modelos dominantes. A sua proposta de revisão da relação adulto-criança pressupõe uma atitude o mais possível isenta dos preconceitos que remeteram a infância para a margem do mundo social, no qual ela só participa, plenamente, quando atinge a idade adulta. Sugere, também, a superação do uso constante de metáforas de crescimento, usadas quer por leigos quer por cientistas sociais. São procedimentos aparentemente simples, porém, depois de mais de vinte anos, ainda é comum e frequente ouvir frases como “criança é o amanhã, é o futuro” em campanhas políticas, humanitárias, publicitárias, educacionais etc., ou o uso de palavras como “brincadeira” para referir a algo que não é sério, ou “criança/infantil” para algo que não vale por inteiro. Essas concepções, enraizadas no pensamento coletivo, têm-se demonstrado muito resistentes e não se alteram pelo simples fato de haver leis, pressupostos teóricos ou procedimentos técnicos que atestem a competência social das crianças⁷. Para Nunes, a chave nesse processo está na qualidade da relação estabelecida com as crianças, como e o que fazemos ao estar com elas, ou a coragem de não fazer nada e per-

mitir, quer seja como professores, educadores, pesquisadores, amigos ou parentes, que a criança se manifeste como lhe aprouver. A recente Antropologia da Infância está atenta a esse fato e tem fornecido orientações que a autora reconhece como significativas e incontornáveis para se estudar a infância. Contudo, ela insiste que não se trata de algo que se aprenda apenas teoricamente, pois é uma questão que tem a ver com os princípios e com a ética do relacionamento com o *outro* que a criança é (Nunes, 2003, p. 27).

Concepções de agência e infância

A etimologia das palavras *infante* (não falante) e *criança* (em processo de criação) encerra um poder simbólico e uma concepção de infância que, ao mesmo tempo, protege, exclui e diminui, expondo a complexidade da questão⁸. Há, por exemplo, um conflito entre a necessidade de proteger as crianças, dada a sua aparente vulnerabilidade, e, simultaneamente, a sua competência. O princípio do “melhor interesse da criança”, constantemente evocado no âmbito jurídico, expressa a decisão de adultos-juristas com base naquilo que estes concebem, para si, como sendo o melhor para as crianças, depois de estas terem sido ouvidas respeitosamente e de terem exposto opiniões e vontades⁹ que, geralmente, acabam por ser ignoradas nas decisões finais¹⁰. Ackers e Stalford (2004), ao observarem a intensa mobilidade de cidadãos no espaço da União Europeia, também registraram inúmeras situações em que não obstante as crianças tenham sido consultadas, as suas opiniões ou preferências não foram consideradas na tomada de decisões familiares referentes ao processo migratório, quer nas que afetavam a família nuclear como um todo, um dos adultos, ou as próprias crianças (no caso destas, geralmente, em conexão com a situação escolar).

O processo de desconstrução dessa atitude adultocêntrica, hoje envolta em outras roupagens, é longo e complexo. Dar voz às crianças, respeitar suas opiniões e pontos de vista são expressões recorrentes, hoje em dia, quer no âmbito científico e/ou educacional, quer no da sociedade civil. Projetos de ação social e pedagógica, assim como de cineastas, fotógrafos, escritores, artistas, cientistas, cada vez mais procuram expressar a perspectiva das crianças e o seu entendimento da realidade. Por sua vez, as crianças respondem a entrevistas, participam em passeatas, *workshops*, debates, fazem programas de rádio e de televisão, fotografam, filmam e editam vídeos que são enviados para competições internacionais, organizam-se em sindicatos e discursam em parlamentos, são pesquisadoras elas mesmas, entre outras atuações.

Sem negar a dimensão político-pedagógica que alguns dos eventos ou ações mencionados acima possam ter, sobretudo dependendo de como forem conduzidos, não podemos evitar a incômoda pergunta: Será que a agência das crianças só é passível de se manifestar (ou de ser reconhecida) em ações que são típicas do universo dos adultos? Será que na ânsia de tornar a criança um agente social e de lhe reconhecer uma sociabilidade plena, nós, adultos, cientistas e cidadãos, estamos correndo o risco de as adultizar? Não estaremos repetindo, em grande parte, a atitude que constituiu a crítica aos paradigmas anteriores, apenas revestindo-a de palavras politicamente corretas, modernas e sofisticadas, encaixadas no atual discurso científico? Recordando Jenks (1982), para quem o paradoxo contido na relação entre adultos e crianças tem sido resolvido, pelos primeiros, transformando as crianças em adultos como eles próprios, será tal atitude apenas uma outra volta da espiral? Como apre(ender), situacionalmente, a agência das crianças? Como identificá-la, captá-la e problematizá-

la, antropologicamente, em vários contextos sociais, perceber seus sentidos e significados? Por outro lado, e não obstante o risco de certa reiteração sobre o tema, talvez não devamos questionar certa reificação a que as categorias infância e agência poderão estar sendo submetidas?

Tomemos, preliminarmente, a categoria agência. Brian Morris (1997, p. 325) afirma, parafraseando Husserl (1970), que a vida humana é um “paradoxo” essencial, uma vez que há um dualismo inerente à existência social, decorrente do fato de sermos, simultaneamente, seres contemplativos e participantes ativos neste mundo. Isso quer dizer que os seres humanos, através da práxis social, criam, também, estruturas, sociais e normativas, e esquemas culturais que, em troca, como entidades emergentes, constroem e condicionam a consciência e o comportamento humanos. Nesse sentido, a história das Ciências Sociais tem sido um debate contínuo entre duas ontologias ou abordagens completamente distintas da vida social e as muitas tentativas recentes para transcender a dualidade da estrutura e agência incidem em uma combinação dialética entre agência humana e estrutura social, dialética que é aplainada mediante a ênfase excessiva sobre práticas sociais (Giddens, 1984), discursos de poder (Foucault, 1980), configurações sociais (Elias, 1978) e experiência vivida (Jackson, 1989). A conclusão de Morris (1997, p. 336), que, à primeira vista, pode ser considerada muito singela, talvez implique uma alternativa possível, à medida que se limita a preconizar que a Antropologia deve ser entendida como uma ciência empírica, concreta, hermenêutica e histórica, e que os fenômenos sociais podem, ademais, ser compreendidos através de uma abordagem interpretativa, análise causal e razão histórica.

Admitida, assim, agência para todos os seres humanos, incluídas as crianças, cabe

considerar que a capacidade infantil para agir e representar está em correlação com a sua idade, habilidades cognitivas e a história de suas relações com outras pessoas em um ambiente com uma história cultural específica (Toren, 1993, p. 466), o que implica, conseqüentemente, distintas modalidades de agência. Isso não quer dizer, todavia, que não haja o que Charlotte Hardman (2001, p. 504) informa estar buscando, ou seja, um mundo infantil autorregulado, autônomo, que não necessariamente reflita o desenvolvimento da cultura do adulto, e que se apresentaria sob a forma de um segmento do estoque de crenças, valores e interação social que lhe é exclusivo. Esse universo autorregulado, por sua vez, existiria simultaneamente ao universo regulado preponderantemente pelos adultos, no âmbito do qual as crianças são tidas como pessoas em formação. De todo modo, vale indagar se os significados registrados por Toren em quatro contextos etnográficos (Fijiano, Manus, Abelam e euro-americano) e definidos como diretas inversões dos significados dos adultos – à luz dos quais ela diz haver tentado enfatizar que os conceitos das crianças são tão válidos quanto aqueles dos adultos (p. 473) – não comporiam esse universo autônomo, mediante o qual as crianças produziriam significados inversamente simétricos aos dos adultos que com elas interagem.

Algo semelhante parece suceder com a categoria infância, tratada, muitas vezes, como uma categoria única e, por extensão, em consonância com um conjunto de atributos desvinculados da prática social. Tome-mos dois exemplos, ambos, paradoxalmente, fortemente impregnados de história.

Em pesquisa realizada no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia (Cedeca), organização não governamental com atuação direta em casos de violência contra crianças e adolescentes, Gessé de Sou-

za Silva (2000, p. 103) registrou que nas situações em que a dinâmica familiar é percebida como equilibrada, dentro do esperado, ou seja, presença de figura masculina, mãe disponível apenas para cuidar do lar e dos filhos, que tampouco tinham de desempenhar quaisquer atividades fora de casa, além dos estudos, a vítima foi responsabilizada pelo ocorrido, vista como a causadora de conflitos com a vizinhança, a polícia e entre os membros da família, além de ser responsabilizada por participar no jogo de sedução com o agressor. Como resultado dessa interpretação da causalidade, a criança vítima é castigada fisicamente para não repetir esta conduta¹¹.

Para Silva, o caráter dessa interpretação supõe que a criança seja capaz de avaliar e decidir corretamente as situações de risco, em face do que ele remete o leitor às considerações de Postman sobre um fenômeno que é apresentado como muito recente no Ocidente, ou seja, o “desaparecimento da infância”. Para Postman (1998 *apud* Silva, 2000, p. 103), o que caracteriza esse fenômeno é, justamente, o apagamento das diferenças entre a idade adulta e a infância. Cada vez mais vista como capaz de compartilhar do mundo adulto, a criança pode com ele se relacionar em condições de igualdade. Tal suposto implicaria uma nova indistinção entre as idades, tal como aquela identificada por Ariès até o final da Idade Média, na medida em que, contemporaneamente, quer em decorrência, como assinala Postman, do grande poder assumido pelos meios de comunicação – que tornam acessíveis a todos, indistintamente, conhecimentos que antes só eram acessíveis a um adulto alfabetizado –, quer, como enfatiza Souza, das grandes desigualdades sociais e poucas oportunidades para a infância e a adolescência, estaria ocorrendo um rápido desenvolvimento da primeira.

A qual ou quais infâncias os meios de comunicação tornam acessíveis conhecimentos

até recentemente de acesso exclusivo a um adulto alfabetizado? As desigualdades sociais afetam, igualmente, a infância no mundo? A negativa que ambas as formulações receberão de qualquer leitor atento talvez possa ser entendida como uma advertência contra conclusões não suficientemente apoiadas em boas evidências etnográficas, do que se pode depreender que não é possível aceitar o suposto do desaparecimento da infância no Ocidente sem certo crivo crítico, mesmo que se admita que o Ocidente esteja sendo utilizado por Postman para designar apenas os denominados países centrais.

Não obstante, pesquisas brasileiras voltadas para o consumo fazem coro a Postman, reclamando que “a infância está mais curta”. Roupas, aparelhos eletrônicos, cosméticos e jogos eletrônicos estão cada vez mais no topo da lista de preferências desse segmento consumidor. A denominada adultização do consumo infantil está suscitando inquietação entre institutos orientados para o chamado consumo consciente. Marilena Lazzarini, coordenadora institucional do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), lembra que, em estudo feito pela ONU, os jovens brasileiros estão no topo da lista dos consumistas, à frente de norte-americanos, japoneses, franceses e italianos. Ela afirma que “além de começar a fazer suas escolhas mais cedo, as crianças passaram a influenciar o consumo da família. Não é à toa que *marketing* e publicidade são direcionados ao público jovem” (O Tempo Online, 2007).

Como pesquisador, há muitos anos, dos conflitos sociais na Amazônia, da luta pela terra e dos movimentos sociais, o sociólogo José de Souza Martins revela ter vivido, diretamente, a experiência de não poder realizar entrevistas isoladas com determinadas pessoas ou delas obter informações “em privado”. Ao produzir entrevistas com trabalhadores, que mais se assemelhavam a uma assembleia devi-

do aos apartes de outros, sempre lhe chamou a atenção a presença, “de pé ou de cócoras pelos cantos”, de um grupo numeroso e atento, que, aparentemente, não se sentia no direito de falar e perguntar, isto é, aquele formado por crianças, “um grupo que não fala mas ouve muito” (Martins, 1997, p. 120).

Afinal, Martins conseguiu ouvir crianças e adolescentes, mediante entrevistas gravadas, e ler seus depoimentos. O material utilizado no capítulo “A criança como testemunha” foi particularmente recolhido na Colônia de Canarana, Estado do Mato Grosso, um núcleo de colonização particular composto, predominantemente, por gaúchos oriundos da região de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, e em dois povoados da pré-Amazônia maranhense, ocupados por posseiros em busca de terras (*ibidem*, p. 121). De acordo com ele, o estímulo para que escrevessem pequenos depoimentos sobre a região e o novo lugar de residência revelou grande vontade de falar, surpreendente informação sobre os acontecimentos e limites e possibilidades de suas vidas, além de uma sutil mas clara crítica aos adultos, por excluí-los das discussões sobre o que estava acontecendo (p. 122). Nesse sentido, Martins conclui que a fala de cada criança é um fragmento de um enredo mais amplo, “que protagonizará com os outros” (*ibid.*).

Crianças colonas e posseiras entendem os constantes deslocamentos espaciais como a busca de futuro – “atrás de futuro... os pais queriam dar um futuro melhor aos filhos (p. 124). Se os migrantes estabelecidos em Canarana têm terra e equipamentos, a ameaça do futuro incidindo no esgotamento da terra para cultivar arroz, entre os posseiros do Maranhão, pobres sem terras, a vida é marcada pela inconstância, o que levou um garoto de onze anos a declarar a Martins nunca haver sido feliz em sua vida (p. 133). O autor conclui que em ambas as situações há uma “falsa infância”, pois as crianças trabalham

desde muito cedo, frequentemente em tarefas consideradas pesadas e, portanto, de adulto: no caso dos colonos, a infância já foi incorporada pelo trabalho; no caso dos posseiros, foi marginalizada pelo trabalho (pp. 143-4).

Competente e experiente, Martins, ao designar as infâncias descritas como falsas cede lugar à sensibilidade de cientista engajado e projeta uma noção de infância absolutamente descolada da realidade investigada; não se trata de falsas infâncias mas apenas de infâncias possíveis¹² em contextos especialmente adversos para todos os atores sociais que neles produzem e reproduzem, material e simbolicamente.

A participação das crianças na vida social

As autoras deste artigo partem do pressuposto de que a participação das crianças na vida social, independentemente de ter sido ou não alvo de pesquisa, reflexão e teorização antropológica, sempre existiu. A presença das crianças sempre interferiu na vida social, ainda que silenciosa ou silenciada, ou sem evidenciar “agência” nos moldes compreendidos recentemente. A sua ausência, também. Das sociedades ocidentais, urbanas, aos povos indígenas morando nos mais recônditos cantos da floresta amazônica, poder ou não conceber uma criança, desejá-la ou não, todos os pensamentos e emoções relacionados com a sua concepção, arranjos e, ou desarranjos familiares, societários, econômicos, políticos desencadeados, provocam impacto e acrescentam algo à sociedade como um todo, mesmo antes desta vir ao mundo. O nascimento de uma criança implica, pois, mudanças em toda a estrutura societária. Mas não só. O seu crescimento físico faz-se a par da construção de um entendimento do mundo que a rodeia, e da sua experiência neste, que é diferente da de seus

ascendentes, que será diferente da que seus filhos construirão, e que varia, em simultâneo, no tempo e no espaço.

Observações efetuadas por Nunes em diversos contextos sociais permitiram-lhe constatar que a criança vive e se expressa dentro de limites e até amplitudes que lhe são próprios, ao mesmo tempo que há zonas de intersecção com os limites e amplitudes dos adultos com os quais convivem. Ao longo do ciclo de vida do indivíduo existe um processo de transformação que, tampouco, finaliza quando chega a morte, e que ele cumpre em meio a estrangimentos biológicos, socioculturais e espirituais. Cada etapa tem traços próprios e está, simultaneamente, interligada às demais. Estudar uma sociedade sem levar em conta como as categorias socioetárias que a compõem, entre as quais a das crianças, como estas agem e pensam, é, antropologicamente, um estudo incompleto, não sendo a sociabilidade da criança considerada plena, apenas porque está por desvendar (Nunes, 1999, p. 111).

A pesquisa que Nunes desenvolveu, nos anos 1990, entre os Xavante, no Mato Grosso, evidenciou o papel social definido e atuante das crianças, imprescindível na vida do grupo doméstico e da comunidade. Não como “adultos em potencial”, como um eterno “vir a ser”, mas como “crianças que são”, não se resumindo o processo através do qual o indivíduo se torna um Xavante à etapa em que começa a manifestar, e assumir, a plenitude das suas funções sociais e rituais. Explorando o significado e aplicações da palavra *waihu'u*, que se traduz simultaneamente por “aprender-ensinar-saber”, a autora evidenciou que “saber ensinar” a ser um Xavante faz parte de “saber aprender” a ser um Xavante, e vice-versa. Mas, “aprender-ensinar-saber” ser um Xavante não se concentra apenas na etapa de iniciação e/ou na posterior, onde se adquire a tão desejada maturidade.

Ser um Xavante é um longo processo que se põe em movimento já a partir da concepção, manifestado simbolicamente através do uso dos batoques auriculares pintados de vermelho, por parte dos homens, durante o intercurso sexual. Podemos até mesmo recuar no ciclo de vida dos homens Xavante e pensar na iniciação. Ao terem os lóbulos das orelhas perfuradas, os jovens recebem permissão para a vida sexual e, em breve, estarão aptos para casar e ter filhos. Simbolicamente, essa perfuração significa o ato sexual (Maybury-Lewis, 1984, p. 108). Além desses aspectos diretamente relacionados com a concepção, no decorrer da gravidez da mulher, há uma série de restrições e tabus que devem ser observados pelo pai da criança que vai nascer, e que têm implicações diretas com as condições favoráveis ao parto, e à saúde da esposa e do bebê¹³. De um modo ou de outro, a maioria das monografias sobre sociedades indígenas brasileiras são unânimes em referir-se à infância como um período em que o indivíduo apenas se prepara para ser adulto, ou seja, para ser investido de função social¹⁴. Há, realmente, uma preparação em curso desde os primeiros anos de vida, e é verdade que, uma vez adulto, o indivíduo assume uma série de funções sociais específicas. Essa é, porém, uma visão extremamente parcial de todo o processo. A iniciação não inaugura a existência de funções sociais na vida do indivíduo, mas sim abre caminho para que outras funções sociais tomem lugar e forma, funções estas que se desdobram em outras, ainda, no decorrer de etapas futuras de crescimento e maturidade. Cada uma das etapas é vivida e cumprida com inteireza, em dimensões e atribuições próprias. A etapa da infância está incluída nesse processo e, em si mesma, encerra um universo de papéis, funções, limites, possibilidades, aprendizados e descobertas que só ocorrem nesse período (Maybury-Lewis, 1984, p. 153).

Compreender a participação das crianças na vida social, na acepção de Toren (1993, p. 462; nossa tradução), “exige uma focalização nas crianças como sendo, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos da história”, o que quer dizer que “os estudos sobre cognição infantil não só são essenciais se quisermos entender o que os adultos fazem e dizem, mas, também, que negligenciar esses estudos significa prejudicar as análises sobre aspectos-chave da vida adulta”. Essa ausência de interesse sobre a infância é atribuída por Toren ao fato de os antropólogos terem sempre aceito, e considerado, a socialização como um processo previsível e meramente reprodutor do mundo adulto. O conceito de socialização tem-se manifestado, portanto, como um ponto teórico preponderante em torno do qual se renovaram alguns interesses antropológicos, inclusive no que concerne a sociedades não ocidentais ou de tradição oral. Vários exemplos, entre os quais estão textos de Frederik Barth, Peter Gow, Laura Graham, Joanna Overing, Richard Price, Enid Schildkrout e Christina Toren, são apresentados por Clarice Cohn (2000), em análise que também inclui as contribuições de cientistas brasileiros, como Florestan Fernandes e Egon Schaden, Nunes e dela própria, acerca dos índios Kayapó-Xikrin. Para além de reforçar a ideia de haver na infância um processo de produção cultural em simultaneidade com o de reprodução cultural, o que retira aos adultos a exclusividade do papel de agentes socializadores, é evocada a necessidade de apreender o universo infantil no que lhe é específico, ao mesmo tempo que

[...] os processos de educação e aprendizado próprios das sociedades analisadas podem ser melhor apreendidos, ao se abdicar da busca de realizações de um desenvolvimento cognitivo universal em favor de uma análise de como essas sociedades concebem e reflectem esse processo (Cohn, 2002, p. 234).

De acordo com Lopes da Silva e Nunes (2002, p. 21), a leitura que a experiência de pesquisa entre os povos indígenas no Brasil permite fazer dessa discussão, já que é absolutamente recente a atenção conferida à infância nesse contexto, é que a revisão do conceito de socialização propõe a passagem da sua concepção como mecanismo integrador da criança à sociedade, através da formação de indivíduos bem ajustados, social e emocionalmente, aos padrões de comportamento e aos papéis sociais de uma ordem estabelecida, entendida como perene e coesa, a uma concepção dinâmica e historicizada de cultura em que as crianças passem a ser consideradas como seres plenos, como agentes sociais ativos e capazes de criar um universo sociocultural com especificidade própria, produtor de uma reflexão crítica sobre o mundo dos adultos. Entende-se, portanto, que o estudo das categorias de idade socialmente definidas, das etapas do ciclo de vida e do processo de aprendizagem e formação da pessoa, presentes nos paradigmas anteriores, continua a ser útil como via de acesso à compreensão da categoria “criança” e do seu lugar e sentido em contextos socioculturais específicos. Mas as informações que produzem devem ser trabalhadas diversamente, já que as concepções mais recentes expressam a recusa, por parte dos pesquisadores com elas afinados, da ideia de que as crianças são receptores passivos da ação dos adultos nos processos de socialização. As crianças têm algo de original a dizer, socializam-se ao longo de uma relação dialógica com o mundo à sua volta, de tal modo que, justificadamente, a sua vivência, as suas representações e os seus modos próprios de ação e de expressão devem constituir objetos específicos de pesquisa social.

Essa compreensão, no entanto, verifica-se mais em teoria do que na prática. Lucas Ruri’ô, um professor Xavante, expressou-o

do seguinte modo, ao refletir sobre um projeto de educação diferenciada que havia traçado para a sua aldeia:

É importante a gente dar atenção a esse saber que as crianças têm, e que até agora nós não conhecemos. Em vez de ir lá naquele espaço maior onde elas têm mais liberdade, onde elas podem criar, não damos importância porque achamos que é próprio de criança. Então, é por isso que sentimos ainda aquela incapacidade, aquela humildade de valorizar o que as crianças sentem. Isso falta ainda (*apud* Nunes, 2003, p. 304).

A autoridade e a superioridade que os adultos demonstram para com as crianças, segundo Agostinho da Silva ([1939] 2000, p. 202), armadura atrás da qual o adulto esconde as suas fragilidades e vulnerabilidades, são as mesmas que os impedem de perceber e aceitar o espírito livre e criador destas, e, conseqüentemente, a sua capacidade de entender o mundo. Martins (1993, pp. 16-17) afirma serem as crianças as maiores portadoras de crítica social. Butler (1996, p. 14) diz não estarmos preparados, enquanto adultos, para a “maturidade e sofisticação” com que as crianças entendem o mundo e o seu lugar nele. E, na opinião de Iturra (1996, p. 19):

Pode-se dizer, nesta minha tentativa de entender a epistemologia dos pequenos, que este ser não tem medo e avança em procura do seu próprio prazer, objectivo, finalidade; e, também, aprovação dos outros; essa aprovação que dá carinho e prazer aos pequenos indivíduos que, gostem ou não, saibam ou não, vivem um tipo de autonomia. Autonomia que não deriva do imaginário, mas sim da fantasia com a qual avaliam o real. E essa fantasia, da qual resulta o real que eu reclamo [que] existe na mente infantil, é a que aprisiona, ata e faz hesitar o adulto, que res-

ponde com insegurança e age a partir da sua inquestionável posição de autoridade.

Duas décadas de estudos, durante os quais teorias foram revistas e novas abordagens propostas e experimentadas, não parecem ter sido suficientes para evitar que James e James (2004, p. 23) se refiram à “agência” e “participação” das crianças como algo ainda ignorado, ou negado. Os autores partem do pressuposto de que o comportamento e experiência social das crianças são determinados por instituições e mecanismos sociais, abrangendo as quatro principais esferas de ação que regulam as suas vidas: escola, saúde, lei e família. Essas instituições, formadas e controladas por adultos, são as que garantem a continuidade da ordem social. Isso não significa, porém, que a ordem seja imutável. Qualquer mudança acarretada pela experiência social das crianças, adicionando algo ao modelo passado pelos adultos e, de certo modo, desafiando a ordem segundo a qual se deveriam comportar, só poderá ser incorporada, institucionalmente, através dos adultos, pois estes é que detêm o poder de estabelecer a ordem social e definir as políticas da infância. Isso implica que os adultos precisam estar atentos e abertos a essa possibilidade. Se os adultos não perceberem e aceitarem o impacto da ação das crianças, não haverá alterações. Os casos observados por James e James não apresentam muitas evidências concretas desse processo de continuidade/mudança.

De todo modo, há que admitir que os aprendizados e as descobertas ao longo do período que corresponde à infância são, igualmente, diversos e, muitas vezes, intersectados por um protagonismo perigoso, que se afigura além das possibilidades físicas e cognitivas de uma criança. Tal é o caso das crianças e adolescentes que têm estado envolvidos com o tráfico, no Brasil, cuja relação em comu-

nidades de favela é considerada, atualmente, mais intensa do que nunca (Dowdney, 2003, p. 99). Anteriormente às mudanças ocorridas no comércio de varejo da droga no Rio de Janeiro, no início e meados dos anos 1980, crianças já estavam envolvidas, em níveis variados, na venda de drogas no interior da comunidade, mas eram empregadas com menos frequência do que hoje, do mesmo modo que o eram como olheiros do jogo do bicho nos anos 1960 e 1970, ou como olheiros, mensageiros ou aviõezinhos (transportadores de drogas) por traficantes naquele mesmo período. Nessa época, elas não eram armadas e costumavam receber “presentes” em vez de dinheiro, ou um salário fixo, em troca de seus serviços (*ibidem*).

[os traficantes falaram] vamos dá um ténis para crianças, vamos dá uma roupa, começaram com marcas de grife né, no início da década de 80 e roupa de grife que era a Adidas que eram caríssimas as roupas, então davam agasalho Adidas, short Adidas, chuteira [...] era uma coisa curiosa porque eles davam exatamente coisas que ajudariam a gente, teoricamente, a continuar sendo criança (extraticante juvenil dos anos 70) (Dowdney, 2003, pp. 99-100).

À medida que elas começaram a ocupar outras funções, passaram a ser pagas em dinheiro. Essa situação tem tido direta repercussão no aumento do envolvimento de crianças e adolescentes no comércio de drogas, como demonstram as estatísticas de criminalidade (p. 100). Todos os traficantes adultos entrevistados declararam ao pesquisador que o tráfico não era um trabalho adequado para crianças ou menores. Mas, ao se referirem à participação ativa de crianças e adolescentes, inclusive com o uso de armas, eles não avaliaram a infância ou a menoridade segundo o conceito de idade,

mas segundo a maturidade e o preparo (ser preparado) necessários à atividade cotidiana do tráfico. As crianças consideradas confiáveis ou maduras também foram vistas como mais “adultas e menos infantis”. Um gerente de boca entrevistado afirmou que “a infância acaba quando a criança começa a pensar como um criminoso, e não como criança, perdendo, assim, a inocência e a condição de criança” (pp. 106-7).

O impacto, na vida social, do conhecimento que cada criança vai construindo, nem sempre é direto, óbvio, consciente, pragmático, mas pode ser definido, teoricamente, como sendo “voz”, “agência”, “participação”. Isso subentende que a atenção à infância decorra no contexto da sociedade mais alargada, que as pesquisas incluam a possibilidade de captação das evidências empíricas mais sutis e, *a priori*, inimagináveis, geralmente ausentes dos roteiros de recolha etnográfica. Este tipo de evidência é, talvez, o mais difícil de captar.

Recordemos, por exemplo, uma situação observada no âmbito de um projeto de educação diferenciada, numa aldeia xavante (Nunes, 2003, pp. 247-67). Porque não estava claro se a responsabilidade de fazer as crianças chegarem à escola no horário certo era das famílias ou dos professores, estes últimos, após se aconselharem com o homem mais velho da aldeia, resolveram (re)evocar uma prática tradicional – em que a mulher do homem, que por preguiça não trazia peixe ou caça para casa, lhe enfarruscava a cara com carvão da fogueira (o que significava “vergonha”). O método foi adaptado do seguinte modo: ao nascer do sol, as crianças madrugadoras, acordariam as mais dorminhocas, enfarruscando-lhes, de surpresa, as caras com carvão. Essa “brincadeira de pintar a cara”, numa mistura de choro, riso e gritos, e que acabava num banho frio no rio, mostrou-se eficaz para resolver os atrasos na

chegada à escola e todos na aldeia pareciam satisfeitos com o resultado. O que jamais se imaginou foi que as crianças levassem tão a sério a questão, estendendo a ação de enfarruscar a cara com carvão aos demais adultos que ainda estivessem dormindo nesse horário. Isto gerou alguma confusão na aldeia, houve gargalhadas e protestos, e a “brincadeira” foi temporariamente interrompida. Mas quem eram esses adultos que dormiam até mais tarde? Eram os homens jovens adultos que, dado o processo de sedentarização, estavam com suas funções de guerreiros e caçadores esvaziadas, e assistiam a vídeos durante a noite, não tendo, aparentemente, o que fazer durante o dia. Ao mesmo tempo, as mulheres queixavam-se, constantemente, do excesso de trabalho, em face do que as meninas abandonavam a escola para ajudar as mães nas tarefas domésticas e de produção. Esta inesperada ação das crianças acabou por suscitar discussão, que envolveu todas as pessoas e abordou uma série de tópicos que estavam em conflito latente, entre os quais: a divisão e distribuição do trabalho entre os gêneros, a atribuição de papéis educativos às famílias e aos professores, a necessidade de lidar com novos hábitos e comportamentos decorrentes da introdução da educação escolar na aldeia, como lidar com o crescente acesso a audiovisuais etc. e foram, efetivamente, testemunhadas algumas mudanças na vida comunitária. As crianças não tiveram consciência do que provocaram. Ademais, não têm a mínima ideia do que é “participação social” e não faria sentido entrevistá-las a respeito do ocorrido. O importante é que, na prática, sua (re)ação tenha provocado impacto na sociedade. É que, do ponto de vista teórico, tenha havido o reconhecimento desse impacto, por parte do pesquisador, traduzindo-o por “agência” e integrando-o ao debate em curso nos Estudos sobre Infância (Nunes, 2005, pp. 218-20).

A etnografia, como método de excelência na pesquisa em Antropologia, tem sido evocada, por vários autores, como uma das chaves para captar esse processo de participação das crianças na vida social. Citamos, novamente, Christina Toren, a título de exemplo,

As crianças deveriam ser centrais à análise etnográfica simplesmente porque estão destinadas, ao longo do tempo, a constituir um saber sobre as práticas dos adultos e as ideias que estes usam para as justificar. [...] apenas [as crianças] podem nos dar acesso ao que elas sabem sobre o mundo e as pessoas, e o que elas sabem pode dar-nos elementos para uma compreensão analítica que não podem ser obtidos de nenhum outro modo (Toren, 2002, p. 113; nossa tradução).

Curiosamente, não é no âmbito da Antropologia, e sim da Sociologia e Educação que tem surgido o maior número de contribuições aos estudos modernos sobre crianças e infância. Allison James, antropóloga, constantemente sobrepõe Antropologia e Sociologia no seu trabalho, além dos grandes nomes de referência no delinear do movimento acadêmico internacional dos anos 1980/1990, como Jenks, Prout, Qvortrup, Corsaro, que, aliás, são sociólogos¹⁵. É no âmbito de departamentos e/ou de associações de Sociologia que mais se têm organizado eventos, constituído grupos de trabalho, elaborado projetos e publicações. No entanto, os sociólogos não raro recorrem à recolha de dados etnográficos e à observação participante como métodos empregados nas suas pesquisas. O trabalho de Toren, que consideramos decisivo para problematizar e refletir sobre como a criança experimenta a vida social e lhe atribui significado, é raramente referido na literatura que tem dado conteúdo e expressão a essa nova área de estudos. Toren, por sua vez, também

não se refere a essa literatura nos seus textos. A exceção fica por conta de algumas raras etnografias que focalizam sociedades não ocidentais, porém, reportando-se mais aos dados que Toren recolheu em Fidji do que à contribuição teórica do seu modelo para pensar antropologicamente a infância. A que se poderá atribuir esta aparente falta de comunicação? Em que, afinal, se distinguirá a contribuição dessas duas disciplinas?

Considerações finais

Allison James, num texto publicado na *American Anthropologist* (2007)¹⁶, reflete sobre algumas das questões metodológicas e epistemológicas que propusemos abordar neste artigo, quer no âmbito restrito dos estudos sobre infância, quer no da teoria antropológica em geral. Segundo a autora, se as novas abordagens abriram um campo teórico-conceitual, no qual as crianças podem expressar a sua experiência no mundo, isso não significa que sejam de fato ouvidas e vistas. Para isso, a pesquisa sobre infância precisa de caminhar mais a passo com a teoria social que permitirá posicioná-las como atores sociais. Isso significa que “dar voz” não se trata apenas de deixar as crianças falarem ou expressarem seus pontos de vista, e sim de explorar a contribuição única que as suas perspectivas providenciam. A Antropologia, ela sugere, está especialmente posicionada para o desempenho dessa tarefa, pela experiência em pesquisar, teorizar e escrever sobre o “outro”, e por ter debatido exaustivamente questões de representação e de “voz”, podendo iluminar alguns dos problemas hoje enfrentados pelos estudos da infância (James, 2007, p. 262), nomeadamente, o da autenticidade, porque, note-se, “as vozes” das crianças precisam ser traduzidas, interpretadas, mediadas. Como (quem, por quê, para quê) representá-las? Qual o seu papel na pesqui-

sa? Como as crianças estão sendo usadas na pesquisa? Como, através dessas pesquisas, se apresentam novos elementos de compreensão baseados nas perspectivas das crianças? Como ouvi-las, ao mesmo tempo, como indivíduos que possuem uma experiência social e cultural, e como membros coletivos da “infância”? são questões que ainda precisam de debate. Atualmente, há mais pesquisas com crianças do que sobre crianças, e a dar “voz” implica a inclusão das crianças como ativos colaboradores no processo de pesquisa, mais como sujeitos participantes do que objetos de estudo de adultos. Isso re-evoca críticas metodológicas no âmbito da Antropologia e das Ciências Sociais em geral: a relação pesquisador-pesquisado, o poder diferencial da relação, a politização da pesquisa. Serão os adultos capazes de adotar o “ponto de vista dos nativos” (das crianças, no caso)? Mais recentemente, as crianças passaram a fazer elas mesmas a pesquisa. Oferecerá, esse tipo de pesquisa, resultados mais acurados sobre questões da infância? Se só crianças podem dar conta de um conhecimento sobre a in-

fância, qual será o futuro dos pesquisadores da infância?

Para os adultos, diz James (2007, pp. 264-6), há uma linha tênue entre apresentar o que as crianças pensam sobre o mundo e considerar que o que veem através do olhar das crianças é a “nova verdade”, sem submeter as suas falas ao rigor científico pelo qual outras “vozes” foram submetidas na Antropologia, correndo-se, assim, o risco de uma mistificação. Toda pesquisa tem de ser reconhecida como um processo de representação, e se os antropólogos já refletiram bastante sobre isso, os antropólogos da infância ainda não o fizeram, pelo menos na mesma proporção. As perspectivas, pontos de vista, vozes das crianças têm de ser consideradas como pontos de partida para a compreensão da vida social.

A nossa expectativa é que as reflexões e exemplos aqui desenvolvidos contribuam para estimular e alargar o debate, enriquecendo-o com a experiência de investigação em Antropologia no Brasil e a especificidade do nosso objeto empírico.

Notas

- 1 Sobre trabalho infantil, da perspectiva que cruza os resultados da investigação científica e do ativismo social, ver também Boyden (1990) e Boyden, Ling e Myers (1998). Sobre movimentos sociais de crianças, ver Tomás e Soares (2004) e Tomás (2006).
- 2 Este exemplo é retomado mais adiante.
- 3 Este projeto foi desenvolvido entre 1988 e 1992 e contou com a participação de dezenove países.
- 4 Uma nova edição desse livro, revista e ampliada, foi publicada em 2008 (New York, Routledge).
- 5 Grifo do autor (Hirschfeld, 2002, p. 615).
- 6 “[...] a criança é-nos familiar e, ao mesmo tempo, é-nos estranha, habita no nosso mundo, mas parece responder a outro, é essencialmente como nós mas parece representar um tipo diferente de ser” (Jenks, 1982, p. 9; nossa tradução).

- 7 Reflexão desenvolvida em Nunes (1999, 2003).
- 8 Sobre os conceitos de *alteridade* e *geração*, e sua construção no âmbito da Sociologia da Infância, ver Sarmiento (2005).
- 9 Resumo do artigo 3, Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, 1989: Todos os atos relacionados à criança deverão considerar os seus melhores interesses. O Estado deverá prover proteção e cuidados adequados quando pais ou responsáveis não o fizerem.
- 10 Por exemplo, em casos de divórcio ou separação familiar (James, James e McNamee, 2004).
- 11 Estudo realizado pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes e pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes mostrou, ao refazer a rota percorrida pela criança e pelo adolescente durante o processo de responsabilização criminal do autor da violência, que há um padrão hegemônico revitimizador de resposta dado pela sociedade e pelo Estado: “Tanto o Estado quanto a sociedade adotam padrões e reforçam tendências à revitimização de um ser humano que já se encontra com sua dignidade sexual violentada. Entendemos que a omissão e a falta de qualquer tipo de resposta, sobretudo por parte do aparato estatal é, em si, revitimizadora, pois não consegue promover o direito à proteção da criança vitimizada. Por outro lado, quando o Estado, especialmente o Estado Polícia e o Estado Juiz, agem com o olhar estritamente punitivo, reduzem a criança à fonte de informação no processo criminal, submetendo o processo de reparação do direito violado ao processo de punição penal. Este padrão contraria todo o paradigma preconizado pelos direitos humanos” (Barbosa e Valente, 2007 – Dossiê com casos emblemáticos lançado no Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantil: 22 de maio).
- 12 A expressão *infância possível* evoca a noção *consciência possível*, de Goldman (1979, p. 56), para quem “O conhecimento se encontra no duplo plano do sujeito que conhece e o objeto estudado, pois todos os comportamentos são comportamentos de seres conscientes que julgam situações e escolhem, com maior ou menor liberdade, sua maneira de agir. O cientista social deve levar em conta, além da adequação do pensamento às coisas e os conhecimentos reais de seu tempo, um fator intermediário entre eles, o máximo de consciência possível das classes que constituem a sociedade a ser analisada”.
- 13 Seeger, Da Matta e Viveiros de Castro (1979) tratam da “noção de pessoa e da fabricação do corpo”, e defendem que, nas sociedades indígenas brasileiras, existe uma relação inegável entre o modo como se fabrica, decora, transforma e destrói o corpo, e a mitologia, a vida cerimonial e a organização social. O corpo aparece como “instrumento, atividade, que articula significações sociais e cosmológicas: o corpo é uma matriz de símbolos e um objeto de pensamento” (p. 11). Um exemplo é dado por Sylvia Caiuby Novaes (1986, p. 162), referindo-se aos índios Bororo: é ainda durante a gravidez, quando a mãe começa a manifestar preferência por certo tipo de alimentos (por referência aos *Aroe*, entidades sobrenaturais que são associados à cultura), que se inicia o processo de elaboração do indivíduo social.

- 14 Esse assunto é amplamente apresentado em Nunes (1999, cap. 2).
- 15 Para mencionar as contribuições em língua portuguesa, no Brasil, Irene Rizzini e Lucia Rabello de Castro, e, em Portugal, Manuel Sarmento, Manuel Pinto, Catarina Tomás, Natália Fernandes, Silvia Saramago, têm formação base em Sociologia, Serviço Social e/ou Psicologia. Em Portugal, apenas Raul Iturra, antropólogo, agregou em torno de si pesquisadores interessados nas questões da infância.
- 16 Este trabalho de Allison James tinha acabado de ser publicado quando elaboramos o presente artigo.

Bibliografia

- ACKERS, Louise; STALFORD, Helen (2004), *A community for children? Children, citizenship and internal migration in the EU*. Aldershot, Ashgate.
- BARBOSA, Bia; VALENTE, Jonas (2007), *Dossiê com casos emblemáticos lançado no Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantil: 22 de maio*. Disponível em: <<http://www.direitos.org.br>>.
- BOYDEN, Jo (1990), "Childhood and the policy makers: a comparative perspective on the globalization of childhood", in JAMES, Allison; PROUT, Alan (eds.). *Constructing and reconstructing childhood*, Basingstoke, Falmer Press. pp. 184-216.
- BOYDEN, Jo; LING, Brigitta; MYERS, William (1998), *What works for working children?* Stokholm, Save the Children.
- BUTLER, I.; SHAW, I. (1996), *A case of neglect? Children's experiences and the Sociology of Childhood*. Aldershot, Avebury.
- CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison (2000), *Research with children: perspectives and practices*. London, Falmer Press.
- COHN, Clarice (2000), *A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP.
- _____. (2002), "A criança, o aprendizado e a socialização na Antropologia", in LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. S.; NUNES, A. (orgs.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*, São Paulo, Global, Mari e Fapesp. (Série Antropologia e Educação).
- DOWDNEY, Duke (2003), *Crianças de tráfico: um estudo de caso de crianças e violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sete Letras.
- ELIAS, Norbert (1978), *What is Sociology?* London, Hutchinson.

- FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (2007), *Dossiê com casos emblemáticos lançado no Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantil*. Brasília, DF.
- FOUCAULT, Michel (1980), *Power knowledge*. Brighton, Harvester Press.
- GIDDENS, Anthony (1984), *The constitution of society*. Cambridge, Polity Press.
- GOLDMAN, L. (1979), *Ciências Humanas e Filosofia; o que é a Sociologia?* 7. ed. Rio de Janeiro, Difel.
- HARDMAN, Charlotte (2001), "Can there be an Anthropology of Children?". *Childhood*, 8 (4): 501-17.
- HART, Jason (2006), "Saving children: what role for Anthropology?". *Anthropology Today*, 22 (1): 5-8.
- HIRSCHFELD, Laurence (2002), "Why don't anthropologists like children?". *American Anthropologist*, 104 (2): 611-27.
- HUSSERL, Edmund (1970), *The crisis of European sciences and transcendental phenomenology*. Evanston, IL, Northwestern University Press.
- ITURRA, Raul (1996), *O saber das crianças*. Setúbal, ICE.
- JACKSON, Michael (1989), *Paths towards a clearing: radical empiricism and ethnographic inquiry*. Bloomington, Indiana University Press.
- JAMES, Allison (2007), "Giving voice to children's voices: practices and problems, pitfalls and potentials". *American Anthropologist*, 109 (2): 261-72.
- JAMES, Allison; JAMES, Adrian (2004), *Constructing childhood: theory, policy and social practice*. London, Palgrave.
- JAMES, Allison; JAMES, Adrian; McNAMEE, Sally (2004), "Turn down the volume? Not hearing children in family proceedings". *Child and Family Law Quarterly*, 16 (2): 189-203.
- JAMES, Allison; PROUT, Alan (eds.) (1990), *Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*. London, Falmer Press.
- JENKS, Chris (1982), *The Sociology of Childhood: essential readings*. London, Batsford.
- _____. (1996), *Childhood*. London, New York, Routledge.
- LANCY, David (2007), "Accounting for variability in mother-child play". *American Anthropologist*, 109 (2): 273-84.

- LeVINE, Robert (2007), "Ethnographic studies of childhood: a historical overview". *American Anthropologist*, 109 (2): 247-60.
- LIEBEL, Manfred; OVERWIEN, Bernd; RECKNAGEL, Albert (eds.) (2001), *Working children's protagonism*. Frankfurt/London, Iko.
- LOPES DA SILVA, Aracy; NUNES, Angela (2002), "Introdução: contribuições da etnologia à Antropologia da Criança", in LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. S.; NUNES, A. (orgs.), *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo, Global/Mari/Fapesp. (Série Antropologia e Educação).
- MARTINS, José de Souza (1997), *A criança como testemunha*. Fronteira à degradação do outro nos confins do humano. São Paulo, Hucitec.
- MARTINS, José de Souza (org.) (1993), *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2. ed., São Paulo, Hucitec.
- MAYBURY-LEWIS, David (1984), *A sociedade Xavante*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- MORRIS, Brian (1997), "In defence of realism and truth critical reflections on the anthropological followers of Heidegger". *Critique of Anthropology*, 17 (313): 313-40.
- NOVAES, Sylvia Caiuby (1986), *Mulheres, homens e heróis: dinâmica e permanência através do cotidiano da vida Bororo*. São Paulo, FFLCH-USP. (Col. Antropologia, 8).
- NUNES, Angela (1999), *A sociedade das crianças A'uwe-Xavante: por uma Antropologia da Criança*. Lisboa, Ministério da Educação, Instituto de Inovação Educacional. (Col. Temas de Investigação, 8).
- _____. (2003), *Brincando de ser criança: contribuições da etnologia indígena brasileira à antropologia da Infância*. Tese de doutorado. ISCTE, Portugal.
- _____. (2005), "Childhood dynamics in a changing culture: examples from the Xavante people of Central Brazil", in KNÖRR, J. *Childhood and migration: from experience to agency*. Bielefeld, Transkript. pp. 207-26.
- O TEMPO ON LINE. Pesquisa revela "adultização" de crianças. 6 maio 2007. Disponível em: <www.otempo.com.br/otempo/noticias/?...536>.
- POSTMAN, Neil (1998), *Desaparecimento da infância*. São Paulo, Rocco.
- QVORTRUP, Jens et al. (1994), *Childhood matters*. Aldershot, Avebury.
- SARMENTO, Manuel (2005), "Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância". *Educação & Sociedade*, Campinas, 26 (91): 361-78.
- SEEGER, Anthony; Da MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (1979), "A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras". *Boletim do Museu Nacional*, Antropologia, 32.

- SILVA, George Agostinho da ([1939] 2000), *Obras de Agostinho da Silva*. Textos pedagógicos. Vol. I. Lisboa, Âncora.
- SILVA, Gessé de Souza (2000), "Filhos e violência: como a família lida com rupturas em situação de perda. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, Bahia.
- TOMÁS, Catarina; SOARES, Natália (2004), "Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância... os intrincados trilhos da acção, participação e protagonismo social e político das crianças". *Fórum Sociológico*, IEDS/UNL, 11/12: 349-61.
- TOMÁS, Catarina (2006), *Há muitos mundos no mundo: direitos das crianças, cosmopolitismo infantil e movimentos sociais de crianças*. Diálogos entre crianças de Portugal e Brasil. Tese de doutorado. Braga, Portugal, IEC, Universidade do Minho.
- TOREN, Christina (1993), "Making history: the significance of childhood cognition for a Comparative Anthropology of mind". *Man, New Series*, 28 (3): 461-78.
- _____. (2002), "Anthropology as the whole science of what is to be human", in FOX, R. G.; KING, B. J. (eds.). *Anthropology beyond culture*. Berg, New York, Oxford, pp. 105-124.

Artigo recebido em outubro/2007

Aprovado em novembro/2009

Resumo

Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância

Vencida a etapa inicial de levantamento das possibilidades e potencialidades de investigação sobre a infância nos âmbitos da Sociologia e Antropologia, a capacidade de agência das crianças no universo das relações sociais tem ocupado, cada vez mais, espaço nos projetos de investigação. Pelo menos, teoricamente. Na prática, ainda não está muito claro como identificar e perceber a complexidade desse processo de participação das crianças na vida social e na construção da própria infância, dada a peculiaridade com que estas o expressam. "Como e o que aprender com as crianças, e sobre elas" permanece um desafio em aberto, cheio de contradições e impasses. Este artigo refletirá sobre questões metodológicas e epistemológicas que se afiguram, às autoras, cruciais ao avanço, definição e consolidação deste campo de estudos.

Palavras-chave: Crianças; Infância; Agência; Participação; Antropologia; Epistemologia.

Abstract

Methodological and epistemological questions arisen by the Anthropology of Childhood

Having overcome the initial step of identifying the possibilities and potential of research on childhood in the fields of Sociology and Anthropology, Children's agency in the universe of social relations has oc-

cupied more and more space in research projects. At least theoretically. In practice, it is still unclear how to identify and understand the complexity of this process of children's participation in social life and in building their own childhood, given the peculiar way children express themselves. "How and what to learn with children and about them" remains an open challenge, full of contradictions and dilemmas. This article will reflect on methodological and epistemological issues that seem, to the authors, crucial to the advancement, definition, and consolidation of this field of study.

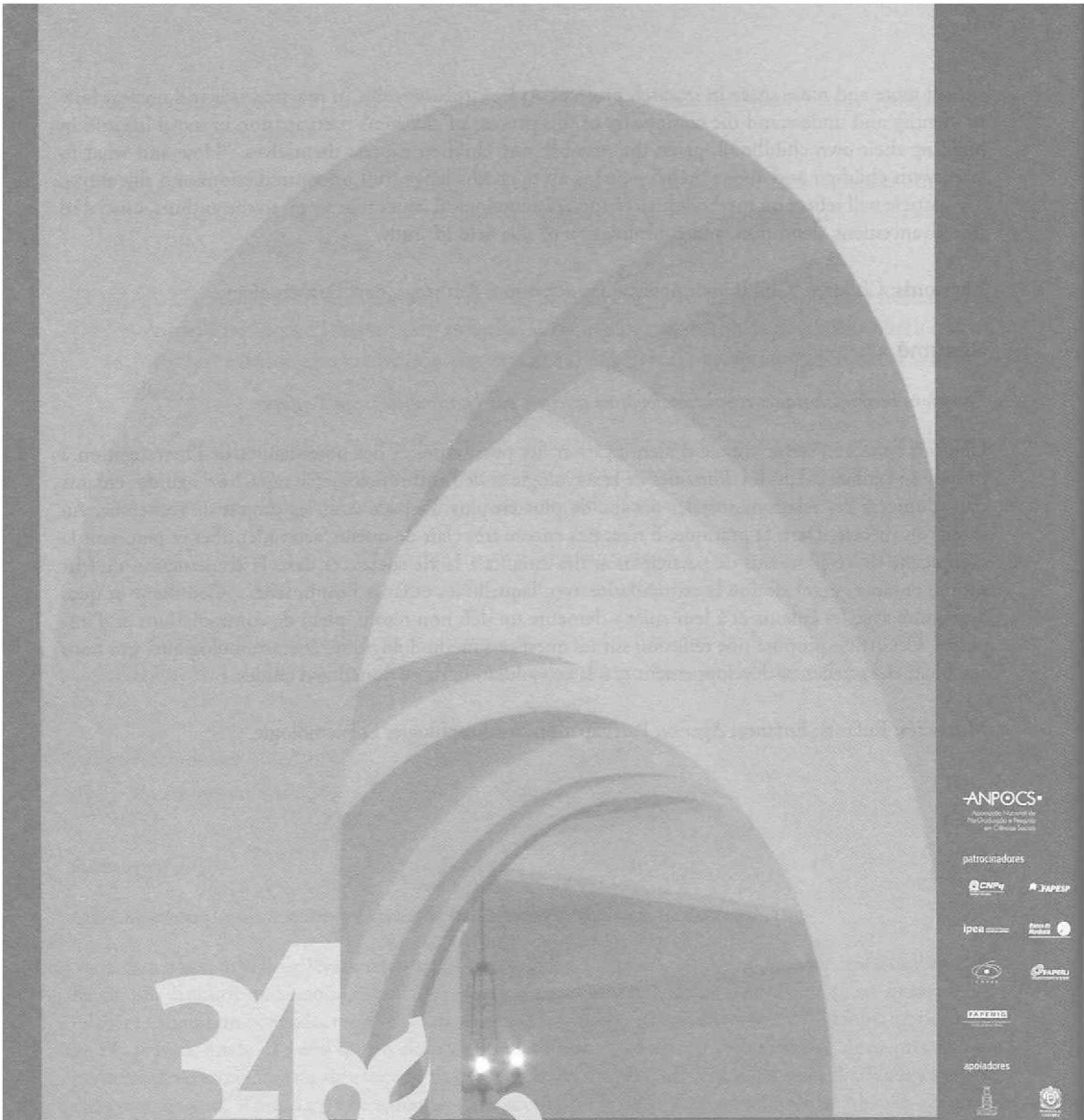
Keywords: Children; Childhood; Agency; Participation; Anthropology; Epistemology.

Résumé

Questions méthodologiques et épistémologiques suscitées par l'anthropologie de l'enfance

Une fois vaincue l'étape initiale d'identification des possibilités et des potentialités de l'investigation à propos de l'enfance dans les domaines de la sociologie et de l'anthropologie, la capacité d'agir des enfants dans l'univers des relations sociales occupe de plus en plus d'espace dans les projets de recherche. Au moins en théorie. Dans la pratique, il n'est pas encore très clair de quelle façon identifier et percevoir la complexité de ce processus de participation des enfants à la vie sociale et dans la construction de leur propre enfance, étant donné la particularité avec laquelle les enfants l'expriment. « Comment et quoi apprendre avec les enfants et à leur sujet » demeure un défi non résolu, plein de contradictions et d'impasses. Cet article propose une réflexion sur les questions méthodologiques et épistémologiques qui nous semblent essentielles au développement et à la consolidation de ce domaine d'études.

Mots-clés: Enfants; Enfance; Agence; Participation; Anthropologie; Epistémologie.



Conferências
Fóruns
Mesas Redondas
Grupos de Trabalho
Sessões de Vídeo
Exposições
Cursos
Lançamentos de Livros
Feira de Livros

34

ANPOCS
Associação Nacional de História e História da Arte

patrocinadores



apoiadores



Caxambu, MG
25 a 29 de Outubro de 2010
www.anpocs.org.br

34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

O Controle da Segurança Privada: Balanço da Literatura Internacional e Situação das Pesquisas no Brasil

Cleber da Silva Lopes

Introdução

O velho dilema expresso na pergunta “mas quem vigiará os vigias?”¹ do satirista romano Juvenal resume o problema que as sociedades democráticas precisam enfrentar quando o assunto é policiamento, entendido como a atividade que visa manter a segurança de uma ordem social particular ou de uma ordem geral através da vigilância e ameaça ou uso de sanções (Reiner, 2004; Shearing, 2003; e Bayley e Shearing, 1996, 2001).

Organizações e agentes de policiamento estão autorizados a distribuir sanções (especialmente força física) para proteger direitos civis, mas estes podem assim ser violados, razão pela qual os provedores de policiamento devem ser controlados². O problema enseja uma ampla discussão a respeito do controle das forças policiais, tema caro à sociedade brasileira. Mas as forças policiais não são as únicas organizações a proverem policiamento nas sociedades contemporâneas. O crescimento do policiamento executado pela segurança privada ocorrido no mundo e no Brasil, nas últimas décadas, deu novo significado ao problema político implícito na pergunta de Juvenal. Desse modo, *como a segurança privada é controlada* tornou-se tema relevante para as sociedades democráticas e para a literatura acadêmica.

Este artigo discute o controle do segmento legal de segurança privada no Brasil a partir do debate presente na literatura internacional de língua inglesa e da atual situação das

pesquisas sobre o tema em nosso país. Um dos enfoques que mais chama a atenção na literatura internacional trata dos múltiplos controles a que a segurança privada estaria submetida. O argumento é que o controle exercido no interior das empresas e controles externos, provenientes da Justiça, clientes, associações de classe do setor de segurança privada, sociedade e da competição das empresas no mercado, seriam capazes de restringir ou controlar o potencial de ameaça presente no policiamento privado. No Brasil, por outro lado, os estudos têm dado atenção prioritária ao controle proveniente do Estado. Diante das fragilidades desse tipo de controle, predomina no país uma visão pessimista ou cética acerca da compatibilidade entre segurança privada e democracia. Neste artigo, defende-se que é preciso conhecer melhor como operam as diversas formas de controle da segurança privada e como elas se articulam. Somente assim uma avaliação mais precisa acerca das relações entre segurança privada e democracia no Brasil poderá ser feita.

O texto está dividido em três partes e considerações finais. A primeira apresenta o que é a segurança privada no Brasil e quais as implicações que ela traz para uma sociedade democrática. Ao proceder deste modo, aponta-se também para a importância do tema *controle*. A segunda parte resenha o debate presente na literatura internacional de língua inglesa sobre controle da segurança privada, dando destaque à perspectiva analítica que parece mais profícua para abordar o tema no

Brasil. A terceira parte faz um balanço parcial dos poucos trabalhos que trataram do controle da segurança privada no país. Por fim, as considerações finais destacam a necessidade de pesquisas que deem conta da complexa estrutura de controles que atua sobre a segurança privada, para que se saiba como de fato ela é controlada e até que ponto esses serviços de proteção e segurança são compatíveis com os ideais de uma sociedade democrática.

Segurança privada, democracia e controle: o caso brasileiro

O segmento legal de segurança privada no Brasil compreende tanto as empresas de capital privado que possuem concessão do Estado para comercializar serviços de proteção ao patrimônio e às pessoas (empresas de segurança privada especializadas), como as mais variadas empresas e organizações que montam departamentos internos para promover sua própria segurança (empresas com segurança orgânica)³.

O segmento comercial abrange as empresas especializadas que oferecem, em bases contratuais, os serviços de “vigilância patrimonial”, “transporte de valores”, “escolta armada” e “segurança pessoal privada”. Inclui também os chamados “cursos de formação”, empresas cuja atividade-fim não é comercializar serviços de proteção e sim formar, especializar e reciclar a mão-de-obra que executará policiamento – os vigilantes. Já a segurança orgânica compreende as atividades de vigilância patrimonial e transporte de valores, executadas por profissionais contratados diretamente pelos usuários dos serviços. *Grosso modo*, esses dois segmentos correspondem àqueles que as legislações de diversos países e a literatura sociológica tratam pelo termo “segurança privada”⁴. Diz-se *grosso modo* porque as leis de alguns países incluem na definição “serviços de investiga-

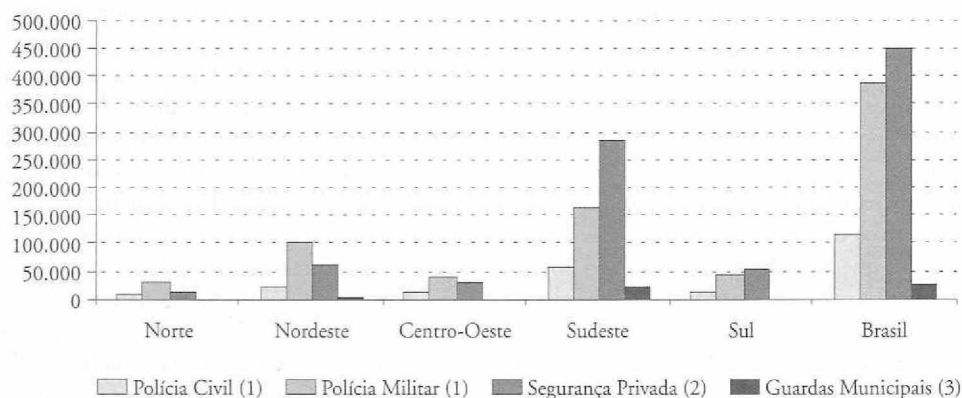
ção particular e de segurança eletrônica”. No Brasil, esses serviços não fazem parte do universo legal da segurança privada.

Em 2004, havia no país 1.523 empresas prestando regularmente serviços de segurança privada e outras centenas de empresas e instituições com serviços orgânicos de segurança (conforme informações do Segundo Estudo do Setor de Segurança Privada – II Esseg, 2005). Essas empresas e organizações empregavam cerca de 450 mil vigilantes, efetivo superior ao das principais forças de segurança pública do país (Figura 1).

Observa-se no gráfico da Figura 1 que a segurança privada estava mais concentrada nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, superando nestas duas últimas os efetivos das Polícias Civis, Militares e Guardas Municipais. A região de maior destaque era o Sudeste, especialmente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que, juntos, reuniam aproximadamente 39% do total de empresas de segurança privada especializadas e 53% do total de vigilantes (terceirizados e orgânicos). Somente o Estado de São Paulo tinha cerca de 27% das empresas e 40% dos vigilantes do país (II Esseg, 2005).

Olhando para o local de atuação desses vigilantes (Figura 2), descobre-se que a grande maioria atuava nos setores público e de serviços e em bancos, somando 72%. Em outros termos, a maioria dos vigilantes realizava policiamento nos chamados “espaços comuns” – espaços de uso coletivo localizados no interior de propriedades fechadas (públicas ou privadas), que assumem a responsabilidade por sua própria segurança: repartições públicas, *shoppings centers*, instituições de ensino, hipermercados, espaços recreativos etc. (Kempa, Stenning e Wood, 2004). Como o cidadão médio passa parte substantiva de seu tempo no interior desses espaços, pode-se afirmar que a vida pública é hoje tão ou mais policiada pela segurança privada do que pelas forças de segurança pública.

Figura 1
Efetivo das Forças de Segurança Pública e da Segurança Privada
(por região, Brasil, 2003-2004)



Fonte: Construído a partir de dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e do II Esseg.

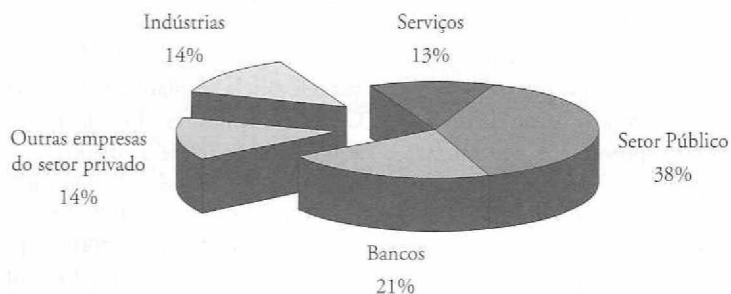
Notas:

(1) Dados de 2003. O efetivo da Polícia Civil não inclui a Polícia Técnica.

(2) Dados do II Esseg. Inclui os vigilantes que trabalham em empresas de segurança privada (dados de 2004) e os que trabalham em empresas com segurança orgânica (dados de 2003).

(3) Os dados das Guardas Municipais são de 2004, mas estão subestimados porque a Senasp levantou informações em apenas 192 das 285 guardas existentes no país. Não há dados para a região Norte.

Figura 2
Distribuição dos Vigilantes por Setor Econômico
(Brasil, 2005)



Fonte: II Esseg (2005).

O enorme contingente de vigilantes atuando em espaços comunais coloca novos problemas para os direitos civis e para a democracia brasileira, como bem notou Paixão (1991, p. 138) ao afirmar que “aos dilemas ‘antigos’ de domesticação da polícia e abertura do Judiciário às classes populares somam-se agora os problemas ‘modernos’ criados pela privatização da segurança”. Isso porque, embora profissionais de segurança privada não contem com os mesmos poderes coercitivos disponíveis à polícia, eles detêm poderes que, sob alguns aspectos, são potencialmente mais ameaçadores das liberdades civis do que os da polícia.

Treinados para utilizar força física e autorizados a portar armas, uniformes, insígnias de autoridade e sofisticados aparatos de vigilância, profissionais de segurança privada dispõem de poderes para investigar, fiscalizar, revistar, autorizar, proibir, obstruir e excluir, os quais não estão disponíveis do mesmo modo para os policiais⁵.

Agindo fundamentada e orientada sob e para o sistema de justiça criminal, a polícia nas democracias tem seu trabalho limitado pelas regras do devido processo legal, que preveem procedimentos formalizados que visam proteger a integridade e a privacidade dos indivíduos. Como a segurança privada não age baseada no sistema de justiça criminal formal, mas segundo o que foi estabelecido privadamente por contrato, ela não está submetida a tais regras. Para a segurança privada, mais importante do que obedecer ao devido processo legal, para que pessoas sejam presas e processadas sem a violação de direitos fundamentais, é prevenir e neutralizar ameaças reais e potenciais aos interesses dos seus clientes, daí o uso desinibido que pode fazer dos poderes que detém, especialmente os poderes para controlar acessos e expulsar ou banir pessoas dos espaços policiados através da ameaça ou do uso de força física

(Shearing e Stenning, 1981, 1983; Paixão, 1991; Caldeira, 2003).

Forte presença em ambientes frequentados pelo público em geral (espaços semi-públicos) e poder potencialmente ameaçador das liberdades civis são fatores que, se circunscrevem o problema que a segurança privada coloca para as sociedades democráticas, também apontam para a importância do tema *controle*. Em tais sociedades, o policiamento, seja ele executado pela polícia ou por empresas de segurança, está imerso numa tensão estrutural que precisa ser equacionada. Agentes de policiamento detêm poderes coercitivos para proteger os direitos civis da sociedade em geral (caso da polícia) ou de grupos sociais específicos (caso da segurança privada), mas esses poderes representam um potencial de ameaça aos direitos civis em face da possibilidade de serem usados de maneira abusiva ou irresponsável. A tensão entre o emprego de poderes coercitivos e o respeito aos direitos civis é inerente à atividade policial. Porém, para garantir a atuação dos agentes de policiamento em conformidade às regras que visam proteger os direitos individuais dos cidadãos⁶, é imprescindível estabelecer mecanismos de controle que façam convergir esses dois polos.

O controle da segurança privada na literatura internacional de língua inglesa

O tema do controle da segurança tem sua relevância amplamente reconhecida pelas Ciências Sociais, tendo sido mais explorado aquilo que se refere a organizações policiais (Dahl, 2005; Mendez, O'Donnell e Pinheiro, 2000; Pinheiro, 1997; Mesquita Neto, 1999; Costa, 2004a e 2004b; Lemgruber, Musumeci e Cano, 2003; Macaulay, 2002; e muitos outros) e frequentemente ignorado ou subestimado o que trata de empresas de

segurança privada ou da segurança orgânica. Em consequência, na literatura acadêmica em geral, há relativo conhecimento sobre o modo como a polícia é controlada, mas pouco se sabe acerca do controle das empresas e profissionais de segurança privada.

Na bibliografia internacional de língua inglesa que, desde os anos 1970, vem produzindo conhecimento sobre o fenômeno do policiamento privado/segurança privada, o debate a respeito do controle da segurança privada – ou polícia privada, como muitos preferem⁷ – é um dos menos abordados. As análises empíricas são escassas e as linhas teóricas ainda não estão claramente delineadas. Mas é possível identificar três agrupamentos de trabalhos: (1) os que enfocam o controle estatal, mais especificamente realizam análises comparativas do marco regulatório da segurança privada na Europa e América do Norte; (2) os que julgam os controles existentes sobre a polícia privada insuficientes, voltando-se então para a discussão de formas de controle que deveriam existir para a polícia privada em sociedades democráticas; e (3) os que têm defendido que a polícia privada está submetida a múltiplas formas de controle, tornando-a uma atividade tão ou mais responsável do que o policiamento público.

Entre os autores que tratam da regulação do mercado de segurança privada estão Brion e Kaminski (2001 *apud* Cukier, Quigley e Susla, 2003), Waard (1999) e Cukier, Quigley e Susla (2003). Brion e Kaminski delimitam seus estudos na União Europeia, levando em conta a perspectiva de três atores: os cidadãos (interessados na qualidade dos serviços), os provedores de segurança (interessados na competição) e o Estado (preocupado com a ordem pública). Eles dividem e classificam a regulação dos países europeus em três níveis: mais restritiva, menos restritiva e meio termo. De maneira próxima, Waard elabora um modelo analítico

considerando duas dimensões da regulação da segurança privada na Europa: extensão da regulação (não intervencionista, mínima ou abrangente) e capacidade reguladora (limitada ou ampla). Já Cukier, Quigley e Susla (2003) analisam a regulação da segurança privada no Canadá através de um estudo comparativo sobre temas regulatórios essenciais para o setor de segurança privada em diversos contextos nacionais: autorização para empresas e profissionais atuarem, uniformes e identidade visual, uso de armas e cães de guarda, educação e treinamento, e exigências de relatórios de desempenho. De modo geral, esses trabalhos mostram que tais países encontram dificuldades para controlar adequadamente o setor de segurança privada, o que estaria menos relacionado à extensão da regulação, que é abrangente na maioria deles, e mais à capacidade de fazê-la funcionar.

Outra parte dos trabalhos tem assumido uma perspectiva mais propositiva do que analítica, exemplo de Reynolds (1996), Loader (2000), Bayley e Shearing (2001) e Burbidge (2005), que se preocuparam menos em analisar o que existe para obter controle público da polícia privada do que em apontar o que deveria existir para alcançar esse objetivo. Esses autores partem do pressuposto de que os provedores de policiamento privado são controlados de maneira frágil e obscura por não estarem sujeitos a controles tal como estão as polícias públicas. Até reconhecem a existência de controles próprios ao universo da polícia privada, mas os veem com ceticismo. Também não creem que as formas de regulação estatal ou autorregulação pela indústria, como a existente na Inglaterra⁸, sejam capazes de garantir o controle público da polícia privada. Por essas razões, eles têm defendido a criação de estruturas institucionais efetivamente capazes de submeter os provedores particulares de policiamento a controles públicos e democráticos.

Assim, Bayley e Shearing defendem que o Estado deveria exercer regulação, auditagens e facilidades, visando constituir uma estrutura de policiamento híbrida e compatível com o interesse público em termos de Justiça, qualidade dos serviços e igualdade de proteção. De maneira mais pragmática, Reynolds, Loader e Burbidge também propõem modelos de controle para a polícia privada na Austrália, Inglaterra e Canadá, respectivamente.

Para a Austrália, Reynolds sugere a criação de corpos reguladores ou conselhos consultivos formados por representantes da sociedade civil, interessados na qualidade dos serviços. Entre os objetivos desses corpos estariam licenciamento de empresas e profissionais de segurança privada, fixação de padrões de qualidade para melhorar a oferta dos serviços, exigência de níveis de capacitação e treinamento para os profissionais de segurança privada etc. Para a Inglaterra, Loader propõe a formação de comissões nacionais, regionais e locais para coordenar, integrar e controlar, de maneira democrática, a rede de provedores que constituem o que o autor chama de “policiamento plural”⁹. Na constituição dessas comissões, três dimensões políticas devem ser consideradas: uma política de reconhecimento, uma política de Direitos Humanos e uma política de alocação. Já Burbidge argumenta que o Canadá vive um “déficit de governança” em razão de não haver formas de controle para a polícia privada *vis-à-vis* às existentes para a polícia pública. Propõe então a criação de um “modelo de controle integrado”, isto é, uma estrutura de controle válida tanto para a polícia pública como para a polícia privada.

Por fim, Stenning (2000, 2006) representa o terceiro conjunto de trabalhos. Para ele, a polícia privada está submetida a múltiplas formas de controle, que, em conjunto, são capazes de garantir policiamento privado responsável publicamente. Opinião polêmica, que se contrapõe às interpretações de que

a polícia privada é pouco controlada quando comparada à polícia pública, que dispõe de mecanismos variados e conhecidos para prevenir e responsabilizar o mau comportamento policial.

Stenning considera essas interpretações equivocadas, pois seus autores não entenderam adequadamente os fundamentos do controle da polícia pública e privada, que são distintos na sua essência: uma é uma organização pública e a outra uma organização privada. Assinala que o fato de as organizações e agentes policiais privados não serem controlados através dos mesmos processos políticos e administrativos válidos para a polícia pública não quer dizer que a polícia privada seja menos controlada do que a pública. Aqueles que concluam nessa direção teriam se equivocado em dois pontos. Primeiro, atribuíram demasiada importância ao controle da polícia, pois suas análises privilegiam os modelos teóricos em vez do funcionamento efetivo dos mecanismos públicos de prestação de contas, supervisão e responsabilização das organizações policiais, que muitas pesquisas apontam como falhos. Segundo, prestaram atenção quase que exclusivamente no controle da polícia privada mediante regulação estatal ou autorregulação pelo mercado, ignorando formas de controle que não se aplicam, ou ao menos não do mesmo modo, à polícia pública: processos na Justiça para responsabilização civil e criminal, negociações trabalhistas, contratos com os clientes e, de maneira ampla e informal, o próprio mercado competitivo.

Stenning tem argumentado que de fato há razões significativas para duvidar da efetividade do controle estatal ou mesmo da autorregulação pelo mercado, porém estes seriam compensados pelos controles provenientes das demandas trabalhistas, dos arranjos contratuais, do mercado competitivo e do potencial de responsabilização civil e criminal, a qual a polícia privada está sujeita.

Quadro 1
Tipologia das Formas de Policiamento

		Tipo de Polícia	
		<i>Privada</i>	<i>Pública</i>
Tipo de Espaço	<i>Privado</i>	A	B
	<i>Público</i>	C	D

Conclui que a polícia privada, ainda que por vias diferentes, dispõe de mecanismos de controle que não são menos efetivos para a redução e prevenção do mau comportamento do que são os mecanismos aplicáveis à polícia pública. Contudo, o autor reconhece que há ainda poucas evidências sistemáticas sobre a efetividade desses mecanismos de controle nas diversas partes do mundo.

Uma importante pesquisa, alinhada com o ponto de vista de Stenning e que forneceu evidências para sustentá-lo, é a de Davis et al. (2000), *The public accountability of private police. Lessons from New York, Johannesburg, and Mexico*, patrocinada pelo Vera Institute of Justice, que reúne três estudos de caso sobre o controle público da polícia privada em diferentes situações e contextos nacionais. Para sua realização, foi elaborado um

modelo teórico que sugere a aplicabilidade dos mecanismos de controle da polícia pública e da polícia privada em diversas situações. O modelo está baseado numa tipologia que cruza o tipo de policiamento (público ou privado) com o tipo de espaço policiado (público ou privado), conforme Quadro 1.

Tendo como base essa tipologia, o modelo foi elaborado para permitir pensar o controle tanto da polícia privada como da polícia pública. Ele reúne numa única coluna os mecanismos de controle tradicionalmente associados à polícia pública e aqueles válidos exclusivamente para a polícia privada. Essa coluna foi combinada com a tipologia quádrupla sobre as formas de policiamento, resultando num modelo hipotético sobre o controle das polícias nas sociedades contemporâneas (Quadro 2).

Quadro 2
Tipologia das Formas de Policiamento

	Tipo A <i>Polícia Privada/ Espaço Privado</i>	Tipo B <i>Polícia Pública/ Espaço Privado</i>	Tipo C <i>Polícia Privada/ Espaço Público</i>	Tipo D <i>Polícia Pública/ Espaço Público</i>
Controle interno	alta aplicabilidade	alta aplicabilidade	alta aplicabilidade	alta aplicabilidade
Controle estatal	limitada aplicabilidade	alta aplicabilidade	limitada aplicabilidade	alta aplicabilidade
Controle social	alguma aplicabilidade	alta aplicabilidade	alguma aplicabilidade	alta aplicabilidade
Controle pelo cliente	alta aplicabilidade	não se aplica	alta aplicabilidade	não se aplica
Controle pelas associações de classe	alta aplicabilidade	não se aplica	alta aplicabilidade	não se aplica

Fonte: Davis et al. (2005).

Os estudos de caso foram sobre os tipos de policiamento representados pelas letras A, B e C. O tipo D não foi estudado porque diz respeito ao policiamento tradicional, cuja efetividade dos mecanismos de controle é relativamente conhecida. A conclusão geral da pesquisa foi de que as formas de controle aplicáveis à polícia privada são capazes de assegurar policiamento privado responsável publicamente. O controle interno nas próprias organizações foi identificado como o meio mais eficiente para se obter adequação do comportamento policial aos desejos e regras públicas¹⁰. Segundo os autores, “onde o controle público [*public accountability*] não resulta em forte controle interno, ele parece ser relativamente inefetivo” (Davis *et al.* 2000, p. 46). Controles externos provenientes dos clientes, associações de classe, do Estado e da sociedade também foram considerados importantes. Contudo, os autores observaram que esses mecanismos operavam de maneira muito mais poderosa quando criavam incentivos para as organizações estabelecerem seus próprios controles. Nesse sentido, o controle exercido pelos clientes mostrou-se o incentivo mais forte para o controle da polícia privada. Davis e seus colegas assinalam que, caso os clientes se interessem por condutas respeitadas, as organizações buscarão meios para controlar o comportamento de seus funcionários, de modo a torná-lo adequado às solicitações dos clientes. As demais formas de controle externo mostraram ter importância simbólica considerável, especialmente o controle estatal, mas sua efetividade em termos de assegurar condutas policiais conformadas à lei e altamente profissionais dependia em grande medida de os clientes se interessarem por esse tipo de comportamento, bem como de as organizações desenvolverem controles internos ativos. Assim, concluiu o estudo, quando incentivos externos e internos são conjugados, eles aparentemente podem ser

substitutos efetivos dos mecanismos de controle que garantem a responsabilidade da polícia pública.

Dessa forma, a abordagem proposta por Stenning, e enriquecida empírica e analiticamente por esses estudos de caso, parece mais interessante e adequada para pensar o controle da segurança privada do que as demais apresentadas. Mas a tese de que a segurança privada é suficientemente controlada, ainda que não através das mesmas fontes que controlam a polícia pública, precisa ser mais bem testada. As evidências que a sustentam ainda são limitadas e, em certo sentido, ambíguas. As considerações de Stenning estão predominantemente baseadas nos exemplos norte-americanos e as hipóteses oriundas da pesquisa de Davis e colegas precisam ser colocadas à prova em outros contextos nacionais.

Estudos realizados por Prenzler e Sarre (1998) sobre o controle da segurança privada na Austrália, por exemplo, detectaram fragilidades em alguns dos mecanismos de controle considerados substitutos efetivos dos controles aplicáveis à polícia pública. Os autores notaram que acusações criminais bem-sucedidas contra o pessoal de segurança privada eram raras em virtude das dificuldades para a obtenção de evidências que satisfizessem os altos padrões de provas exigidos pelos tribunais. Os processos para responsabilização civil também eram incapazes de provocar mudanças sistemáticas nos procedimentos do setor de segurança privada como um todo, tendo efeito apenas sobre as empresas processadas. Prenzler e Sarre perceberam também que as associações de classe, que fixavam padrões de qualidade para a prestação de serviços e monitoravam o seu cumprimento, além de tenderem a realizar fiscalizações de maneira meramente reativa, apresentavam credibilidade pública reduzida e autoridade limitada para punir os

maus provedores de policiamento privado. É necessário, portanto, realizar mais estudos empíricos para saber quanto a segurança privada é efetivamente controlada e compatível com as exigências de uma sociedade democrática.

O controle da segurança privada na literatura brasileira

Entre os cientistas sociais brasileiros, o fenômeno da segurança privada/policiamento privado tem despertado pouco interesse. Desde a transição para o regime democrático, acumulou-se no Brasil uma significativa produção acadêmica voltada para o entendimento das relações tensas entre polícia e democracia, mas quase nada foi dito acerca das relações entre segurança privada e democracia. Considerando quão extensas são as implicações que a segurança privada traz para os direitos civis em regimes democráticos, chega a ser surpreendente o fato de praticamente inexistir estudos sobre o fenômeno. Essa lacuna na bibliografia brasileira parece decorrer em grande parte do entendimento de que os poderes aplicados no trabalho de policiamento privado não representam grandes ameaças aos direitos civis, sobretudo se comparados aos poderes formais mobilizados no trabalho de policiamento público.

Os poucos autores brasileiros que reconheceram nesses poderes um potencial de ameaça considerável para os direitos civis e para a consolidação da ordem democrática chamam a atenção para a importância do controle público sobre a segurança privada (Mathias, 1990; Paixão, 1991; Heringer, 1992; Silva, 1992; Musumeci, 1998; Caldeira, 2003; Cubas, 2002; Coelho, 2006; Zanetic, 2006; Lopes, 2007). Contudo, sabe-se que o tema só foi abordado em estudos específicos por Heringer, Coelho, Ricardo

(2006), e os citados Zanetic e Lopes. E Oliveira (2004) foi o único a direcionar esforços para entender os mecanismos de controle interno que as empresas de segurança utilizam para assegurar condutas adequadas de seus funcionários.

Heringer dedicou um capítulo de seu estudo sobre a *Indústria da segurança privada no Rio de Janeiro* para analisar o controle que o governo federal e o governo estadual realizavam no início dos anos 1990 sobre as empresas de segurança privada daquele estado. A autora procurou dar substância a uma hipótese levantada por Paixão (1991) no início dos anos 1990, qual seja, a de que havia no Brasil e no Rio de Janeiro da época um “controle público puramente cerimonial” sobre a segurança privada. Valendo-se de entrevistas, análise da legislação vigente no período e, principalmente, material de imprensa, Heringer conseguiu recolher evidências que corroboraram a tese do controle público puramente cerimonial.

Mais recentemente, num contexto regulatório distinto daquele analisado por Heringer, Coelho e Zanetic estudaram o marco regulatório da segurança privada no país em perspectiva comparada. De maneira mais jurídica do que sociológica, Coelho comparou a legislação que regula a segurança privada no Brasil com as legislações vigentes na Espanha, Portugal, México e Argentina e notou problemas na nossa legislação no que diz respeito à regulação sobre as armas de fogo e à ausência de regulação sobre a segurança eletrônica, serviços de ronda em vias públicas e serviços de investigação particular.

Zanetic recorreu à observação de modelos regulatórios encontrados em outros países para situar o caso brasileiro em perspectiva internacional. Isso foi feito a partir do já citado modelo teórico de Waard (1999), que combina duas dimensões para

classificar o marco regulatório dos países europeus: extensão da regulação (não intervencionista, mínima ou abrangente) e capacidade reguladora (limitada ou ampla). O Brasil foi classificado ao lado da maioria dos países desenvolvidos como um caso de regulação abrangente, já que sua legislação prevê um conjunto extenso de exigências para que empresas e profissionais de segurança privada atuem, e capacidade reguladora limitada em função das dificuldades enfrentadas pela Polícia Federal¹¹ na imposição de todas as regras estabelecidas no marco legal nacional. Zanetic atribui essas dificuldades da Polícia Federal à ausência de uma estrutura orgânica qualificada e de investimentos consistentes em recursos humanos e tecnológicos, especialmente em bases de dados adequadas ao exercício das atividades fiscalizadoras.

Os problemas detectados por Coelho e Zanetic, além de outros, também o foram por Ricardo (2006) e Lopes (2007). Carolina Ricardo aborda não apenas o marco regulatório, mas também a fiscalização e o controle da segurança privada no Brasil. A autora adotou uma postura propositiva e procurou analisar as insuficiências do controle estatal, com o intuito de propor aperfeiçoamentos. Para isso, utilizou informações divulgadas pela Polícia Federal sobre as atividades de controle e casos emblemáticos de irregularidades e ilegalidades publicados na imprensa envolvendo o setor de segurança privada. A partir desses dados, conclui que o controle estatal é realizado de maneira insuficiente, mas que pode e deve ser melhorado através de medidas como a ampliação da regulação estatal para atividades de segurança privada não submetidas ao controle formal e explícito do Estado; se faz necessário tornar o marco regulatório mais preciso, de modo a reduzir a discricionariedade dos profissionais de seguran-

ça privada; fortalecer a estrutura orgânica da Polícia Federal dedicada à fiscalização do setor de segurança privada; integrar os bancos de dados criminais das secretarias estaduais de segurança pública relativos a profissionais de segurança privada com o banco de dados da Polícia Federal; e permitir a participação da sociedade na definição da política de controle levada a cabo pelo Estado brasileiro.

Na mesma direção do estudo de Ricardo, mas com um enfoque mais analítico do que propositivo, Lopes (2007) conduziu pesquisa de campo exploratória junto à Polícia Federal com o objetivo de conhecer como funcionou o controle estatal sobre a segurança privada no período de 1996 a 2006. Com base na análise de documentos oficiais referentes à política de controle empreendida pela Polícia Federal no período e de entrevistas semiestruturadas com os atores diretamente envolvidos no controle da segurança privada, Lopes aborda o tema controle para além dos aspectos regulatórios. Ele analisa os instrumentos legais disponíveis à Polícia Federal para a responsabilização da segurança privada; os mecanismos estatais que incentivam o controle interno e o controle externo da segurança privada realizado pelos clientes e pelas entidades de classe; e a fiscalização exercida pelo órgão sobre a segurança privada legal e clandestina. Constata que, nesse período, ocorreram melhorias nos instrumentos legais que visam assegurar policiamento privado responsável publicamente, principalmente nas exigências de treinamento dos vigilantes; porém persistiam regras deficientes e mecanismos frágeis para incentivar o controle interno e o controle externo da segurança privada. Também foram verificadas melhorias na capacidade fiscalizadora da Polícia Federal sobre o universo legal da segurança privada, embora ainda houvesse fortes limi-

tações na fiscalização da segurança privada clandestina (segurança privada não autorizada pelo Estado).

Uma característica comum aos trabalhos citados é que eles se restringem a analisar o controle estatal sobre a segurança privada. Ricardo e Lopes chamam a atenção para outras formas de controle, mas privilegiam o estudo do controle estatal. Ricardo descreve os mecanismos de controle não estatal que atuam sobre o setor de segurança privada no Brasil e identifica suas potencialidades. Já Lopes leva em consideração apenas se o Estado procura incentivar o controle no interior das empresas e os controles externos não estatais. Ele descobriu que o Estado incentiva determinados mecanismos de controle interno e o controle externo das associações de classe sobre os cursos de formação, mas não avalia o modo como as empresas e entidades de classe respondem a esses estímulos.

Essas questões e outras relacionadas à articulação dos diversos mecanismos de controle aplicáveis à segurança privada ainda aguardam para ser analisadas, mas os primeiros passos para entendê-las já foram dados com o trabalho de Oliveira (2004). Esse autor mobilizou os pressupostos da Nova Economia Institucional (NEI) com o intuito de esclarecer como o ambiente institucional interfere na conformação de diferentes estruturas de governança corporativa, especialmente sobre os mecanismos de incentivo, controle, treinamento e busca de informações para a promoção da qualidade na prestação de serviços de segurança.

Oliveira aplicou questionário a uma amostra aleatória de empresas de segurança patrimonial da cidade de São Paulo e recorreu a métodos multivariados – análise de correspondência e de conglomerados – para obter o perfil das estruturas de governança das empresas estudadas. O autor detectou uma

distinção clara nas estruturas de governança das empresas que atendiam o setor público, que priorizavam mais o preço que a qualidade dos serviços, e as que atendiam clientes do setor privado, em que a possibilidade de cobrar mais pelos serviços permitia a prestação de serviços com maior qualidade. Detectou também os efeitos perversos gerados pela alta clandestinidade que afeta o mercado de segurança privada no Brasil, responsável por um ciclo vicioso que rebaixaria a qualidade dos serviços prestados pelas empresas de segurança privada. Como explicou Oliveira, a existência de empresas clandestinas prejudicaria a reputação das empresas regulares, gerando uma sinalização de marca pouco eficiente e fazendo com que a concorrência seja determinada pelo menor preço em vez de pela qualidade da marca.

A concorrência baseada predominantemente no critério de preço prejudicaria o pagamento de salários acima dos praticados no mercado (salários de eficiência), diminuindo a capacidade de as empresas atraírem bons candidatos. Diante dessa limitação de recursos e de atração de bons profissionais, as empresas passariam a ter trabalhadores mal treinados, falhas de supervisão apareceriam e a capacidade de as empresas oferecerem incentivos ao comportamento não oportunista de seus funcionários ficaria limitada. Surgiriam então problemas de risco moral e desvios de conduta dos profissionais de segurança privada, prejudicando a reputação das empresas do setor e realimentando o ciclo.

Embora o estudo de Oliveira dê uma contribuição importante para preencher as lacunas da literatura brasileira referente ao tema controle da segurança privada, ainda há muito que estudar sobre os mecanismos não estatais de controle que se aplicam a esse tipo de policiamento e a forma como eles se articulam.

Considerações finais

Diante da atual situação dos estudos sobre o controle da segurança privada no Brasil, parece certo que mais pesquisas precisam ser realizadas, condição esta fundamental para entendermos melhor as relações entre segurança privada e democracia. A partir do debate presente na literatura internacional, também parece certo que o tema deva ser abordado por uma perspectiva mais ampla, ou seja, por meio de estudos que procurem dar conta da multiplicidade de controles que atuam sobre a segurança privada. Atenção especial precisa ser dada aos controles não estatais, visto que alguns deles parecem ser mais efetivos do que o realizado pelo Estado. Como os controles não estatais operam, com qual efetividade e como se articulam entre si e com o controle estatal são temas que devem pautar a agenda de pesquisa.

Até agora as Ciências Sociais brasileiras viram com desconfiança as relações entre

segurança privada e democracia, especialmente porque os estudos sobre o controle da segurança privada identificaram fragilidades no controle formal realizado pelo Estado. A mudança do foco de pesquisa do controle estatal através de regulação para as demais formas de controle que se aplicam à segurança privada pode trazer uma nova tese sobre o controle da segurança privada no Brasil e uma visão renovada acerca das relações entre segurança privada (ao menos o segmento legal) e democracia, além de contribuir para preencher as lacunas presentes na literatura nacional de Ciências Sociais. O estudo pode também gerar evidências para sustentar formulações mais gerais (teóricas) acerca do controle das organizações de policiamento privado nas sociedades contemporâneas, além de informações relevantes para ajudar o setor de segurança privada e o poder público a formular políticas capazes de tornar o comportamento dos vigilantes mais garantidamente adaptado às expectativas e regras de uma sociedade democrática.

Notas

- 1 No original, *Sed quis custodiet ipsos custodes?* (Juvenal, 1992)
- 2 Por controle, entendem-se os mecanismos e ações que visam gerar adequação das empresas e profissionais de segurança privada às expectativas e regras públicas. O termo é utilizado ao longo deste artigo para se referir, indistintamente, a duas formas de controle: controle sobre os procedimentos das organizações que proveem policiamento; e controle sobre a conduta dos agentes que fazem policiamento (Bayley, 2001).
- 3 A realidade brasileira comporta uma variedade de atividades de policiamento privado executado informalmente (sem autorização do Estado) e que extrapola a definição legal de segurança privada. Este artigo discute apenas o controle do universo formal do policiamento privado. Para uma discussão mais ampla, ver Lopes (2007).
- 4 Enquanto categoria sociológica, a expressão *segurança privada* foi empregada por Shearing e Stenning (1981) para se referir às empresas formalmente constituídas que vendem serviços de vigilância ou equipamentos de prevenção no mercado (a chamada indústria da segurança), e às empresas e organizações das mais variadas que constituem divisões internas para promover sua própria segurança (*private security in-house*).

- 5 Os poderes legais da segurança privada derivam de duas fontes: 1) de estatutos específicos que conferem aos profissionais de segurança privada muitas das ferramentas utilizadas no trabalho de policiamento; e 2) das leis contratuais e de propriedade que atribuem aos que controlam propriedades o direito de restringir o acesso a elas e de regular relações sociais no seu interior (Stenning, 2000; Ribeiro, 1999).
- 6 Vale lembrar que os direitos civis estão na base da noção de cidadania tal como concebida por Marshall (1963 [1949], pp. 57-114). Esses direitos correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, expressão, de ir e vir, de integridade física, enfim, todos os direitos liberais clássicos.
- 7 Na literatura internacional de língua inglesa, tem sido cada vez mais comum o uso do termo “polícia privada” para se referir à segurança privada e demais organizações formais não estatais que executam policiamento. O termo é utilizado principalmente para comparar segurança privada e polícia pública. A discussão que se segue preserva o termo polícia privada tal como foi empregado por essa literatura, mas discorda que este seja o mais adequado. Do mesmo modo que “segurança privada” diz respeito a tipos específicos de organizações não estatais que executam policiamento através de contrato (empresas de segurança privada especializadas) ou para seu próprio consumo (empresas com segurança privada orgânica), a categoria “polícia” se refere a tipos específicos de organizações que proveem policiamento público dentro dos limites territoriais de uma comunidade política. Assim, parece mais correto utilizar a definição usual e amplamente reconhecida de polícia tal como foi formulada por autores como Monjardet (2003) e Monet (2001): um tipo particular de instituição política composta por profissionais que possuem uma autorização genérica e a especialização necessária para empregar força física com o objetivo de manter a segurança e a ordem pública no interior de uma determinada comunidade política territorial.
- 8 Na Inglaterra, a regulação do mercado de segurança privada está a cargo de associações profissionais como a British Security Association e a International Professional Security Association.
- 9 A designação policiamento plural inclui não apenas a segurança privada (policiamento além do governo), mas também corpos policiais organizados por autoridades locais (policiamento pelo governo), serviços de policiamento contratados pelo governo ou vendidos por ele no mercado (policiamento através do governo), entidades de policiamento organizadas em bases voluntárias (policiamento abaixo do governo) e organizações de policiamento supranacionais (policiamento sobre o governo) (Loader, 2000).
- 10 Essa descoberta está de acordo com algo bastante aceito entre os estudiosos das organizações policiais públicas: o reconhecimento de que o modo mais provável de se obter comportamento policial responsável é através dos mecanismos de controle interno, principalmente os informais (Bayley, 2001; Bittner, 2003; Cano, s.d.; Monet, 2001; e Mesquita Neto, 1999).
- 11 Desde 1996, Polícia Federal é o órgão formalmente responsável pela regulação, fiscalização e controle da segurança privada no país.

Bibliografia

- BAYLEY, David H. (2001), *Padrões de policiamento*. Uma análise internacional comparativa. Trad. Renê Alexandre Belmonte. São Paulo, Edusp.
- BAYLEY, David H.; SHEARING, Clifford D. (1996), "The future of policing". *Law & Society Review*, 30 (3): 585-606.
- _____. (2001), *The new structure of policing: description, conceptualization, and research agenda*. Relatório de Pesquisa. New York, National Institute of Justice (NIJ).
- BITTNER, Egon (2003), *Aspectos do trabalho policial*. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo, Edusp.
- BURBIDGE, Scott (2005), "The governance deficit: reflections on the future of public and private policing in Canada". *Canadian Journal of Criminology and Criminal Justice*, 47 (1): 63-86.
- CALDEIRA, Tereza, P. (2003), *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 2. ed. São Paulo, Ed. 34/ Edusp.
- CANO, Ignácio (s.d.), *Controle da polícia no Brasil*. Disponível em: <<http://www.soudapaz.org/premiopolicia2006/textocanoppc.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2006.
- COELHO, Fernando da Cruz (2006), *Análise da política institucional de segurança privada um estudo comparado*. Monografia de especialização em Criminalidade e Segurança Pública. Belo Horizonte, CRISP (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública).
- COSTA, Arthur T. M. (2004a), "Reformas institucionais e as relações entre a polícia e a sociedade em Nova Iorque". *Sociedade e Estado*, 19 (1): 173-202.
- _____. (2004b), "Como as democracias controlam as polícias". *Novos Estudos*, 70: 65-77.
- CUBAS, Viviane O. (2002), *A expansão das empresas de segurança privada em São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP.
- CUKIER, W.; QUIGLEY, T.; SUSLA, J. (2003), "Canadian regulation of private security in an international perspective". *International Journal of the Sociology of Law*, 31: 239-65.
- DAHL, Robert A. (2005), *Poliarquia: participação e oposição*. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo, Edusp.
- DAVIS, R. C. et al. (2000), *The public accountability of private police*. Lessons from New York, Johannesburg, and México City. Relatório de pesquisa. New York, Vera Institute of Justice. Disponível em: <<http://www.vera.org>>. Acesso em: 5 mar. 2006
- HERINGER, R. R. (1992), *A indústria da segurança privada no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ.

- JUVENAL (1992), *The Satires*, Trans. Niall Rudd, Oxford: Oxford University Press.
- KEMPA, Michael; STENNING, Philip; WOOD, Jennifer (2004), "Policing communal spaces: a reconfiguration of the 'mass private property' hypothesis". *The British Journal of Criminology*, 44 (4): 562-81.
- LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L.; CANO, I. (2003), *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro, Record.
- LOADER, Ian (2000), "Plural policing and democratic governance". *Social & Legal Studies*, 9 (3): 323-45.
- LOPES, Cleber da Silva (2007), *Como se vigia os vigilantes: o controle da Polícia Federal sobre a segurança privada*. Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp.
- MACAULAY, Fiona (2002), *Problem of police oversight in Brazil*. Working paper. Oxford, University of Oxford.
- MARSHALL, T. H. (1963 [1949]), *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MATHIAS, Suzeley K. M. (1990), "A segurança privada em São Paulo". *São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação Seade*, 1 (4): 97-9.
- MENDEZ, J.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S. (2000), *Democracia, violência e injustiça. O não-Estado de Direito na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra.
- MESQUITA NETO, Paulo de (1999), "Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle", in PANDOLFI, D. C. et al. (orgs.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro, FGV.
- MONET, Jean-Claude (2001), *Polícias e Sociedades na Europa*. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo, Edusp.
- MONJARDET, Dominique (2003), *O que faz a polícia?* Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo, Edusp.
- MUSUMECI, Leonarda (1998), "Serviços privados de vigilância e guarda no Brasil. Um estudo a partir de informações da PNAD – 1985/95". Brasília, Ipea. (Textos para Discussão, 560).
- OLIVEIRA, Aryeverton Fortes (2004), *Empresas de vigilância no sistema de prestação de serviços de segurança patrimonial privada: uma avaliação da estrutura de governança*. Tese de doutorado. São Paulo, USP.
- PAIXÃO, Antônio Luiz (1991), "Segurança privada, direitos humanos e democracia". *Novos Estudos Cebrap*, 31: 130-41.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (1997), "Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias". *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 9 (1): 43-52.

- PRENZLER, Tim; SARRE, Rick (1998), "Regulating private security in Australia." *Trends and Issues in Crime and Criminal Justice*, 98: 1-6.
- REINER, Robert. (2004), *A política da Polícia*. Trad. Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo, Edusp.
- REYNOLDS, Christopher (1996), "Private policing: creating new option". *Australian Policing: Contemporary Issues*, Butterworths. Disponível em: <<http://www.global-logic.net/prpol.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2006.
- RIBEIRO, Nuno Santos (1999), *Segurança privada: evolução e limites formais ao exercício da atividade*. Tese final de licenciatura do 11º curso de formação de oficiais de polícia. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, ISCPSI.
- RICARDO, Carolina de Mattos (2006), *Regulamentação, fiscalização e controle sobre a segurança privada no Brasil*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP.
- SEGUNDO ESTUDO DO SETOR DE SEGURANÇA PRIVADA (II ESSEG) (2005). Relatório de Pesquisa. São Paulo, Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores, Mezzo Planejamento, Ed. Segmento.
- SILVA, J. (1992), *Segurança pública e privada no Brasil*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.
- STENNING, Philip C. (2000), "Powers e accountability of private police". *European Journal on Criminal Policy and Research*, 8 (3): 325-52.
- _____. (2006), "Condições de eficácia, limites e prestação de contas da segurança privada", in SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O USO DA FORÇA POLICIAL, 5, 2006, Salvador. *Anais...* Salvador.
- SHEARING, Clifford (2003), "A relação entre policiamento público e policiamento privado", in TONRY, M.; MORRIS, N. (orgs.). *Policiamento moderno*. São Paulo, Edusp.
- SHEARING, C.; STENNING, P. (1981), "Modern private security: its growth and implications". *Crime and Justice*, 3: 193-245.
- _____. (1983), "Private security: implications for control social. *Social Problems*, 30 (5): 493-506.
- WAARD, J. (1999), "The private security industry in international perspective". *European Journal on Criminal Policy and Research*, 7 (2): 143-74.
- ZANETIC, André (2006), *A questão da segurança privada: estudo do marco regulatório dos serviços particulares de segurança*. Dissertação de mestrado. São Paulo, USP.

Artigo recebido em setembro/2008

Aprovado em novembro/2009

Resumo

O controle da segurança privada: balanço da literatura internacional e situação das pesquisas no Brasil

Como a segurança privada é controlada e com qual efetividade? Essa é uma pergunta fundamental para os Estados democráticos que autorizam agentes privados a realizarem policiamento, atividade marcada pela tensão estrutural entre o direito de utilizar sanções para impor condutas e o dever de respeitar direitos individuais. O trabalho discute o controle da segurança privada a partir do debate presente na literatura internacional e da atual situação das pesquisas sobre o tema no Brasil. Tendo como foco a realidade brasileira, argumenta-se que, embora o Estado desempenhe papel importante no controle da segurança privada, não é a única e nem sequer a mais importante fonte de controle. A conclusão é que é preciso conhecer como operam os controles não estatais e como se articulam entre si e com o controle estatal de modo a que se tenha melhor avaliação acerca das relações entre segurança privada e democracia.

Palavras-chave: Segurança privada; Policiamento; Controle; Direitos civis; Democracia.

Abstract

Private police control: an audit on the international literature an the situation of research in Brazil

How do the accountability mechanisms of private police work and what is their effectiveness? This is a fundamental question to the democratic states that allow private actors to make policing, an activity known by its structural tension between the right to use sanctions to impose conduct and the duty to respect individual rights. Based on the international literature and current situation of research on the subject in Brazil, this article discusses the accountability mechanisms of private police. Focusing on the Brazilian reality, it argues that despite its important role, the state accountability of private police is not the only or even the most important source of accountability. The conclusion shows the importance of understanding the non-state accountability mechanisms and their relation with the state accountability in order to have a better assessment on the relationship between private police and democracy.

Keywords: Private police; Policing; Accountability; Civil rights; Democracy.

Resumé

Le controle de la sécurité privée : bilan de la littérature internationale et situation de la recherche au Brésil

Comment la sécurité privée est-elle contrôlée et avec quelle efficacité ? C'est une question fondamentale pour les États démocratiques qui autorisent des agents privés à faire la surveillance policière, activité marquée par la tension structurelle entre le droit d'utiliser des sanctions pour imposer des conduites et le devoir de respecter les droits individuels. Ce travail aborde la question du contrôle de la sécurité privée à partir du débat en cours dans la littérature internationale et la situation actuelle des recherches à ce sujet au Brésil. Ayant comme point de repère la réalité brésilienne, l'auteur défend que, même si l'État joue un rôle important dans le contrôle de la sécurité privée, ce n'est pas l'unique ni même la plus importante source de contrôle. La conclusion est qu'il est nécessaire de connaître la façon dont s'opèrent les contrôles non-étatiques et comment ils s'articulent entre eux et avec le contrôle de l'État, de façon à avoir une meilleure évaluation de la relation entre la sécurité privée et la démocratie.

Mots-clés: Sécurité privée; Surveillance policière; Contrôle; Droits civils; Démocratie.

Programas de Pós-Graduação e Centros de Pesquisa Filiados à Anpocs

Casa de Oswaldo Cruz Departamento de
Pesquisa – COC
www.coc.fiocruz.br

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento – CEBRAP
www.cebrap.org.br

Centro de Estudos Africanos – CEA – USP
www.fflch.usp.br/cea

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea – CEDEC
www.cecdec.org.br

Centro de Estudos da Religião – CER – USP
www.fflch.usp.br/cer

Centro de Estudos Rurais e Urbanos
CERU-USP
www.fflch.usp.br/prpesq/ceru/htm

Centro de Pesquisa e Documentação
História Contemporânea – CPDOC –
FGV-RJ
www.cpdoc.fgv.br

Centro Josué de Castro
www.josuedecastro.org.br

Centro Recursos Humanos – CRH – UFBA
www.crh.ufba.br

FGV – Programa de Pós-Graduação em
Administração Pública e Governo
www.easp.fgvsp.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br

Fundação Joaquim Nabuco Instituto de
Pesquisas Sociais – FJN
www.fundaj.gov.br

Instituto de Estudos da Religião – ISER
www.iser.org.br

Instituto de Relações Internacionais IRI-
PUC-RJ
www.puc-rio.br/sobrepucc/depto/iri

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política
www.iuperj.br/pos_graduacao

IUPERJ – Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
www.iuperj.br/pos_graduacao

Museu Paraense Emílio Goeldi – UFPA
www.museu-goeldi.br/informacaocientifica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –
NAEA – UFPA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Demo-
cracia e Desenvolvimento – NADD/USP
www.nadd.prp.usp.br

Núcleo de Documentação Cultural – UFC
www.ch.ufc.br

Núcleo de Documentação e Informação
Histórica – NDHIR/UFPA
www.reitoria.ufpb.br/ndhir

Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU – UNICAMP
www.unicamp.br/pagu/consulta.htm

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP – UNICAMP
www.nepp.unicamp.br

Núcleo de Estudos de População – NEPO – UNICAMP
www.unicamp.br/nepo

Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais – NEPS – UFC
www.ch.ufc.br

PUC-MG – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Gestão Cidades
www.pucminas.br/cursos/mestrado

PUC-RJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.puc-rio/ensino/pesquisa/ccpg

PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pucsp.br/pos

UEL – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.uel.br/cch/pos/mestsoc

UENF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.uenf.br/uenf.pages

UERJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.2.uerj.br/~ppcis

UFAL – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufal.br/propeg/posgraduacao

UFBA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ppgs.ufba.br

UFC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufc.br/posgraduacao

UFF – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.uff.br/ppga/dissertacoes.htm

UFF – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.uff.br/pgcp

UFF – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito
www.uff.br/ppgsd

UFG – Programa de Mestrado em Sociologia
[www.mestsociologia@fchf.ufg.br](mailto:mestsociologia@fchf.ufg.br)

UFJF – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.mestradosociais,ufjf.br

UFMA – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.pgsc.ufma.br

UFMG – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.fafich.ufmg.br/dcp/mestrado.htm

UFMG – Programa de Mestrado em Sociologia e Antropologia
www.fafich.ufmg.br/soa

UFMG – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fafich.ufmg.br/antro-pos

UFPA – Programa de Mestrado em Antropologia
www.ufpa.br/cfch

UFPB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.prpg.ufpb.br

- UFPE – Pós-Graduação em Ciência Política
www.politica.ufpe.br
- UFPE – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.ufpe.br/antropologia
- UFPE – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufpeppgs.hpg.ig.com.br
- UFPR – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.humanas.ufpr.br/pos/antropol
- UFPR – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.humanas.ufpr.br/pos/socio
- UFRGS – Programa de Pós-Graduação e Planejamento Urbano Regional
www.ufrgs.br/propur
- UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.ufrgs.br/ifch/ppgas
- UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.cienciapolitica.ufrgs.br
- UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ufrgs.br/ifch/posgrad/sociologia
- UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional
www.acd.ufrj.br/~museuhp/pesq.htm
- UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.ifcs.ufrj.br/~ppgcp
- UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social
www.ifcs.ufrj.br/~ppgsa
- UFRN – Programa de Mestrado em Ciências Sociais
www.cchla.ufrn.br
- UFRN – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.cchla.ufrn.br
- UFRRJ – Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
www.alternex.com.br/~cpda
- UFS – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.posgrap.ufs.br
- UFSC – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.chf.ufsc.br/~antropos
- UFSC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
www.reitoria.ufsc.br/prpg
- UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.ppgpol.ufscar.br
- UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.ufscar.br/~ppgcso
- UFSCar – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ppgs.ufscar.br
- UNB – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.unb.br/ipol
- UNB – Programa de Mestrado em Relações Internacionais
www.unb.br/dpp.ppg.htm

UNB – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
www.unb.br/ics/dan/manual_pos

UNB – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.unb.br/ics/sol/posgraduacao

UNESP – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
www.marilia.unesp.br/ensino/pos-grad/ciencias_sociais

UNESP-Araraquara – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fclar.unesp.br/possoc

UNESP/UNICAMP/PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
www.unesp.br/santiagodantassp ;
www.unicamp.br/santiagodantassp ;
www.pucsp.br/santiagodantassp

UNICAMP – Programa de Doutorado em Ciências Sociais
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Mestrado em Antropologia Social
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Mestrado em Ciência Política
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.ifch.unicamp.br/pos

UNICAMP – Programa de Política Científica Tecnológica
www.ige.unicamp.br/dcpt

UNISINOS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
www.unisinos.br/ppg.ciencias_sociais

USP – Programa de Pós-Graduação em Antropologia
www.fflch.usp.br/da

USP – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
www.fflch.usp.br/dcp

USP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
www.fflch.usp.br/ds

Fontes de Pesquisa

Arquivos e Centros de Documentação

Anarchy Archives
dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/

Archiv der sozialen Demokratie
www.fes.de/archive/index_gr.html

Archives de France
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr

Arquivo Ana Lagôa
www.arqanalagoa.ufscar.br

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp
www.unicamp.br/suarq/siarq/

Arquivo de História da Ciência do MAST
www.mast.br/histciencia2.htm

Arquivo do Centro de Comunicação da Unicamp
www.unicamp.br/cco/areas/acervo/index.htm

Arquivo do Estado de São Paulo
www.arquivoestado.sp.gov.br/

Arquivo Edgar Leuenroth
[www.arquivo.ael.ifch.unicamp .br](http://www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br)

Archivo General de Indias
www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html

Archivo General de la Guerra Civil Española
www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
www.rio.rj.gov.br/arquivo/

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora
www.clionet.ufjf.br/ahufjf/

Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional
www.visualnet.com.br/mhn/

Arquivo Histórico do Museu Imperial
www.museuimperial.gov.br/arquivohistorico.htm

Arquivo Histórico Municipal de Salvador
www.pms.ba.gov.br/fgm

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo
www.prodam.sp.gov.br/dph

Arquivos do Komintern
e-mail: iisgmofl@glasnet.ru

Arquivos Históricos/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da Unicamp
www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/

Arquivo Multimeios/Instituto de Artes/Unicamp
www.iar.unicamp.br/multimeios/arquivo.htm

Arquivo Nacional
www.arquivonacional.gov.br

Arquivo Público da Cidade de
Belo Horizonte
www.pbh.gov.br/cultura/arquivo

Arquivo Público do Distrito Federal
www.arpdf.df.gov.br/

Arquivo Público do Estado da Bahia
www.apeb.ba.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Espírito
Santo (APEES)
www.ape.es.gov.br/web/index2.htm

Arquivo Público do Estado do Pará
www.arqpep.pa.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio de
Janeiro
www.aperj.rj.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio Grande
do Sul
www.sarh.rs.gov.br/apers/

Arquivo Público de Mato Grosso
www.apmt.mt.gov.br/

Arquivo Público Estadual Jordão Emeren-
ciano (Estado de Pernambuco)
www.fisepe.pe.gov.br/apeje/

Arquivo Público Estadual do Rio Grande
do Norte
www.ape.rn.gov.br/

Arquivo Público do Paraná
www.pr.gov.br/arquivopublico/

Arquivo Público Mineiro (APM)
[www.cultura.mg.gov.br/programas/
cultura027.htm](http://www.cultura.mg.gov.br/programas/cultura027.htm)

Arquivo Público Municipal de Além Paraíba
– MG (Arquivo Público Municipal Geraldo
de Andrade Rodrigues)
[www.arquivodealimpaiba.hpg.ig.com.br/
index.html](http://www.arquivodealimpaiba.hpg.ig.com.br/index.html)

Centro Brasileiro de Análise e
Planejamento (Cebrap)
www.cebrap.org.br

Centro de Documentação Cultural
Alexandre Eulalio – Unicamp
www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html

Centro de Documentação e Informação em
Arte da Funarte (Cedoc)
www.funarte.gov.br/cdoc/

Centro de Documentação e Memória –
Unesp
www.cedem.unesp.br/

Centro de Documentação e Referência Itaú
Cultural (CDR)
[www.itaucultural.org.br/quemsomos/
bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120](http://www.itaucultural.org.br/quemsomos/bd0.cfm?cd_pagina=120&cd_pagina=120)

Centro de Documentação Maurício
Tragtenberg
www.nobel.com.br/-cdmt/

Centro de Documentação Memória
Sindical – CUT
www.cut.org.br/index.htm

Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA)
www.candidomendes.br/ceaa

Centro de Estudos da Metrópole
www.centrodametropole.org.br

Centro de Estudos de Cultura
Contemporânea (Cedec)
www.cedec.org.br

Centro de Memória da unicamp
www.unicamp.br/suarq/cmu/

Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil
(CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/html/

Consórcio de Informações Sociais (CIS/
NADD)
www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx

Fundação Arquivo e Memória de Santos
www.web@santos.sp.gov.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br/

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br/

Fundação Osvaldo Cruz/Departamento de
Arquivo de Documentação
www.fiocruz.br/coc/dad1.html

Fundação Patrimônio Histórico da Energia
de São Paulo
www.fphesp.org.br/

Marxists.org Internet Archive
www.marxists.org/

National Archives and Records
Administration (Nara)
www.nara.gov/

National Archives of Australia
www.naa.gov.au/

National Archives of Canada
www.archives.ca/

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da
Unicamp (Nepp)
www.nepp.unicamp.br

Associações e Conselhos

Arquivistas Associados (ARQAS)
znap.to/arqas/

Associação Brasileira de Educação em
Ciência da Informação (Abecin)
www.abecin.org/Home.htm

Associação Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT)
www.abnt.org.br/

Associação Brasileira de Arquivologia
(Abarq)
[www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/
default.asp](http://www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/default.asp)

Associação de Amigos do Arquivo Público do
Estado de Santa Catarina
e-mail: associacaoamigos.sc@bol.com.br

Associação de Arquivistas de São Paulo
(ARQ-SP)
www.arqsp.org.br/

Associação dos Arquivistas do Estado do
Rio Grande do Sul (AARS)
www.arquivologia.ufsm.br/aars/

Associação dos Arquivistas Brasileiros
(AAB)
www.aab.org.br/

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-
Graduação em Ciência da Informação e
Biblioteconomia (Ancib)
www.alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)
www.anpocs.org.br

Conselho Nacional de Arquivo (Conarq)
[www.arquivonacional.gov.br/conarq/
index.htm](http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/index.htm)

Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos
Municipais
e-mail: forumdam@uol.com.br

International Council on Archives
www.ica.org/

Bibliotecas Virtuais

ABU: la Biblioth que Universelle
abu.cnam.fr/

Bibliomania
www.bibliomania.com/

Biblioteca Virtual Carlos Chagas
www.prossiga.br/chagas/

Biblioteca Virtual de Ci ncias Sociais
www.prossiga.br/csociais/pacc/

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais
www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/

Biblioteca Virtual Prof. Jos  Roberto do
Amaral Lapa
143.106.59.6/index.htm

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro
www.bibvirt.futuro.usp.br/

Bibliotecas Virtuais Tem ticas
www.prossiga.br/bvtematicas/

UNESBIB – Bibliographic records of
Unesco documents, publications an Library
collections
unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html

The Library of Congress
www.loc.gov
<http://catalog.loc.gov>

SiBi/USP
www.usp.br/sibi

Faculdades e Institutos

Instituto Brasileiro de Informa o em
Ci ncia e Tecnologia (IBICT)
www.ibict.br/

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)
(Especializa o em Organiza o de
Arquivos)
www.ieb.usp.br/

Instituto Superior de Estudos da Religi o
www.iser.org.br

Instituto Universit rio de Pesquisas do Rio
de Janeiro (iuperj)
www.iuperj.br

Pontif cia Universidade Cat lica de Minas
Gerais (Gradua o em Ci ncia da Informa-
 o)
www.inf.pucminas.br/ci/

Pontif cia Universidade Cat lica de S o
Paulo (Mestrado e Doutorado em Comuni-
ca o e Semi tica –  rea: Tecnologias da
Informa o)
www.pucsp.br/-cos-puc/

Universidade do Rio de Janeiro
(Gradua o em Arquivologia)
www.unirio.br/cch/index.htm

Universidade Estadual de Londrina/Depto.
de Ci ncias da Informa o/Depto. de
Hist ria (Gradua o em Arquivologia;
Especializa o em Ger ncia de Unidades e
Servi os de Informa o)
www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm

Universidade Federal de Santa Maria/
Arquivologia (Gradua o em Arquivologia)
www.arquivologia.ufsm.br/

Universidade Federal Fluminense/Depto.
de Documenta o (Gradua o em Arqui-
vologia, Especializa o em Planejamento,
Organiza o e Dire o de Arquivos)
www.uff.br/#

Universidade Nacional de Bras lia/Depto.
de Ci ncia da Informa o e Documenta o
(Bacharelado em Arquivologia)
www.unb.br/deg/cursos.htm

Universidade Nacional de Bras lia/Depto.
de Ci ncia da Informa o e Documenta o
(Mestrado em Biblioteconomia e Docu-
menta o –  rea: Planejamento de Proces-
sos Document rios)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Doutorado em Ciência da Informação – área: Transferência da Informação)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade de São Paulo/Depto. de Biblioteconomia e Documentação (Mestrado e Doutorado em Ciências – área: Ciências da Informação e Documentação)
www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/posgrad/index.htm

Guias, Banco de Dados e Listas de Discussão

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC)
www.usp.br/cpc/cpcinfo.html

Guia da Internet no Brasil para Cientistas Sociais, Historiadores e Arquivistas (do CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

infocafé
www.infocafe.cjb.net/

Lista de Arquivistas, Arquivos e Arquivologia
br.egroups.com
e-mail: owner@egroups.com

Lista Eletrônica de História do Brasil (HBrasil-L)
www.clionet.ufjf.br/hbr-l/index.htm
e-mail: hbr-mod@ah.ufjf.br

Rede Eletrônica de História do Brasil (ClioNet)
www.clionet.ufjf.br/

Museus

International Museum of Photography and Film (George Eastman House)
www.eastman.org/

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/

Museu da Pessoa
www2.uol.com.br/mpessoa/

Museum of Television & Radio, The
www.mtr.org/

Publicações Eletrônicas

Archival Science
www.wkap.nl/journals/archival_science

Arquivologia no Brasil
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

ASIS Thesaurus of Information Science, 2nd Edition (by Jessica Milstead)
www.asis.org/Publications/Thesaurus/tnt/home.htm

Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth – o AEL via Internet
e-mail: andrew@unicamp.br

Boletim Eletrônico da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs *on-line*)
www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm

Bulletin des Archives de France-Publications
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/

Bulletin of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Bulletin/

Journal of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html

Informação e Sociedade – Estudos
www.informacaoesociedade.ufpb.br/

Revista Brasileira de História
www.fflch.usp.br/dh/anpuh/public_html/revista.htm

Revista Ciência da Informação (*Cionline*)
www.ibict.br/cionline/300101/index.htm

Scientific Electronic Library Online (SciELO
Brazil)
www.scielo.br/

TRABALHOS PUBLICADOS: 1975-2009

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, "Movimentos 'Mesiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil".

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil"; *Lícia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro"; *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Lícia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnaccarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate"; *Bila Sorj*, "O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa".

BIB 16

*Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valenti-
na da Rocha Lima*, "Histórias de Vida na América Latina"; *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil"; *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente"; *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Givalda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes"; *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha"; *Berta G. Ribeiro*, "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de Etnoastromia Indígena do Brasil: Um Balanço"; *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil Hoje"; *Lás Abramo*, "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais"; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e *Jorge R. B. Tapia*, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de

Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate”; *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980-1990”; *Guia Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campeinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgard Leuenroth”.

BIB 36

Maria Ligia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-

Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais”); *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas”); *Ronald H. Chilcote*, “Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB 40

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lász Abramo e Cecília Montero*, “A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

BIB 41

Gustavo Sorá, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Morais*, “Trabalhadores, Sin-

dicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, “Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo”; *José Maurício Domingues*, “Evolução, História e Subjetividade Coletiva”; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, “A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica”; *Marco A. C. Cepik*, “Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana”; *Angela Alonso*, “De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro”.

BIB 43

Sérgio Costa, “Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo”); *Eduardo C. Marques*, “Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estaduais e Atores Políticos”; *Paulo J. Krischke*, “Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização”.

BIB 44

Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, “Depoimento de Darcy Ribeiro”; *Christina de Rezende Rubim*, “Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira”; *Glaucia Villas Bôas*, “A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão”; *Carlos Pereira*, “Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente”; *Flávia de Campos Mello*, “Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates”.

BIB 45

Eli Diniz, “Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente”; *Terry Mulhall e Jorge Ventura de Moraes*, “Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol”; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, “Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)”; *Lúcio Rennó*, “Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes”.

BIB 46

Julia S. Guivant, “A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social”; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, “Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social”; *Aloisio Ruscheinsky*, “Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos”; “Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, “Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior”; *José Vicente Tavares dos Santos*, “A Construção da Universidade Autônoma”; *Gilberto Velho*, “Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica”; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, “A ANDIFES e a Autonomia”.

BIB 47

Eduardo G. Noronha, “A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho”; *Cecília Loreto Mariz*, “A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia”; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, “A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico”; *Jawdat Abu-El-Haj*, “O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica”.

BIB 48

Priscila Faulhaber, “Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira”; *Fernanda Wanderley*, “Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica”; *Celina Souza e Márcia Blumm*, “Autonomia Política Local: Uma

Revisão da Literatura”; *Fabiola Rohden*, “Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um *Travelling* no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB 51

Maria Hermínia Tavares de Almeida, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuzza Cambraia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*, “Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíti-

cas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F. Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

BIB 53

Gláucio Ary Dillon Soares, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um Balanço Bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “Path dependency e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação versus Competência: um Comentário Bibliográfico sobre um Debate Francês Recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Lígia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e Doutores em Sociologia”.

BIB 54

Maria Helena de Castro Santos, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas Revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A Medida das Leis: do Uso de Noções Genéricas à Mensuração do Imponderável”.

BIB 55

Fernando Limongi, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma Breve História *cum* estudo bibliográfico”; *Jorge Zaverucha e Helder B. Teixeira*, “A Literatura sobre Relações Civis-Militares no Brasil (1964-2002): uma Síntese”; *Delma Pessanha Neves*, “O Consumo de Bebidas Alcoólicas:

Prescrições Sociais”; *Ana Maria Kirschner*, “A Sociologia Brasileira e a Empresa”.

BIB 56

Walquiria Leão Régio, “Norberto Bobbio, um Clássico das Ciências Sociais”; *Pedro Simões*, Religião, “Espiritualidade e Assistência Social”; *Paulo César Nascimento*, “Dilemas do Nacionalismo”; *Marcelo Ayres Camurça*, “Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos”; *José Celso Cardoso Jr.*, “Fundamentos Sociais das Economias Pós-industriais: uma Resenha Crítica de Esping-Andersen”; *Diana Nogueira de Oliveira Lima*, “Antropologia do Consumo: A Trajetória de um Campo em Expansão”.

BIB 57

Maria Arminda do Nascimento Arruda, “Homemagem a Octavio Ianni”; *Giralda Seyferth*, “A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais”; *Christine Jacquet e Livia Alessandra Fialho da Costa*, “A Sociologia Francesa diante das Relações *Beaux-parents*: Enteados nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação”; *Marcelo Medeiros*, “As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos”; *Marcia Contins*, “Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: Uma Bibliografia”; *Cloves L. P. Oliveira*, “O que Acontece quando um Cavalinho de Cor Diferente Entra na Corrida? O Painel das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos”.

BIB 58

Argelina Cheibub Figueiredo, “O Executivo nos Sistemas de Governo Democráticos”; *R. Parry Scott*, “Família, Gênero e Poder no Brasil do Século XX”; *Andrei Koerner*, “Direito e Regulação: uma Apresentação do Debate Teórico no Réseau Européen Droit et Société”; *Sérgio Eduardo Ferraz*, “Os Dados do Normativo: Apontamentos sobre a Recepção das Teorias Contemporâneas de Justiça no Brasil (1990-2003)”; *Pablo Alabarces*, “Veinte años de Ciencias Sociales y Deporte en América Latina: un balance, una agenda”.

BIB 59

Luiz Felipe Miguel, “Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento”; *Alfredo Alejandro Gugliano*, “O Impacto das Democracias Participativas na Produção Acadêmica no Brasil: Teses e Dissertações (1988-2002)”; *Simone Bohn*, “Política Comparada: Um Mapeamento do Debate entre Propostas Teóricas e Metodologias de Pesquisa Alternativas”; *Luís Antônio Francisco de Souza*, “Criminologia, Direito Penal e Justiça Criminal no Brasil: Uma Revisão da Pesquisa Recente”; *Carlos Eduardo Sell*, “Sociologia da Mística: Uma Revisão da Literatura”.

BIB 60

José Reginaldo Santos Gonçalves, “Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios”; *Fabiola Rohden*, “A constituição dos saberes sobre a sexualidade em diferentes perspectivas de análise”; *Piero de Camargo Leirner*, “Perspectivas Antropológicas da Guerra”; *Artur Zimmerman*, “Revisão Bibliográfica da Literatura Quantitativa sobre os Determinantes de Guerra Civil”; *Paulo Sérgio Peres*, “O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: Uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico”.

BIB 61

Elisete Schwade, “Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um Campo de Estudos”; *Ana Cláudia N. Capella*, “Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas”; *Ana M. F. Teixeira*, “‘A cigarra e a formiga’: Qualificação e Competência – Um Balanço Crítico”; *Amâncio Jorge Oliveira, Janina Onuki e Manoel Galdino Pereira Neto*, “Modelos Espaciais na Teoria de Coalizões Internacionais: Perspectivas e Críticas”; *Tatiana Savoia Landini*, “Sociologia de Norbert Elias”.

BIB 62

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Tráfico de Drogas: Uma Revisão Bibliográfica”; *Rafael Duarte Villa e Rossana Rocha Reis*, “A Segurança Internacional no Pós-Guerra Fria: Um Balanço da Teoria Tradicional e das Novas Agendas de

Pesquisa”; *João Marcelo Ehlert Maia*, “Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura...”; *Daniel Barile da Silveira*, “Max Weber e Hans Kelsen: a Sociologia e a Dogmática Jurídicas”; *Felícia Picanço*, “Os Estudos de Mobilidade Social e Ocupacional: Passado, Presente e Desafios para o Futuro”

BIB 63

Reginaldo Prandi, “As Religiões Afro-brasileiras nas Ciências Sociais: uma Conferência, uma Bibliografia”; *Maria Aparecida Chaves Jardim*, “Criação e Gestão de Fundos de Pensão: Novas Estratégias Sindicais”; *André Borges*, “Desenvolvendo Argumentos Teóricos a Partir de Estudos de Caso: o Debate Recente em Torno da Pesquisa Histórico-Comparativa”; *Andrei Koerner*, “Instituições, Decisão Judicial e Análise do Pensamento Jurídico: o Debate Norte-Americano”; *Rousiley C. M. Maia*, “Política Deliberativa e Tipologia de Esfera Pública”.

BIB 64

Sônia M. K. Guimarães, “Sindicatos em Transformação. ‘Modelos’ de Ação Sindical: o Debate Internacional”; *Claudia Barcellos Rezende*, “Identidade e Contexto: algumas Questões de Teoria Social”; *Ednaldo Ribeiro*, “Teoria do Desenvolvimento Humano, Cultura Política e Democracia”; *Eugênio Carlos Ferreira Braga*, “Entre Fatos e Discursos: sobre o Debate em torno da Convergência Técnico-metodológica”; *Carla Machado e Ana Rita Dias*, “Cultura e Violência Familiar: uma Revisão Crítica da Literatura”.

BIB 65

André Marengo, “Estudos de Elites Políticas Explicam como Instituições Tornam-se Instituições?”; *Celina Souza*, “Federalismo: Teorias e Conceitos Revisitados”; *Edmar Aparecido de Barra e Lopes*, “Setor Informal: um Debate Conceitual, uma Nova Abordagem”; *Fabício Mendes Fialho*, “As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social”; *Roberta Bivar C. Campos*, “Sobre a Docilidade” do Catolicismo: Interpretações do Sincretismo e Anti-sincretismo na/da Cultura Brasileira”.

BIB 66

Ana Cristina Augusto de Sousa e Nilson do Rosário Costa, “A Crise do Setor de Saneamento Básico no Brasil: uma Revisão Bibliográfica”; *Daniel Guerrini e Ronaldo Baltar*, “Tecnologia, Informação e Sociedade: uma Sistematização de Conceitos e Debates”; *Leonor Lima Torres*, “Cultura das Organizações: Enfoques Dominantes, Tendências Internacionais e Novas Propostas Analíticas”; *Manoel Leonardo Santos*, “Teoria e Método nos Estudos sobre o Legislativo Brasileiro: uma Revisão da Literatura no Período 1994-2005”; *Ricardo Borges Gama Neto*, “Eleições, Economia e Ciclo Político: uma Revisão da Literatura Clássica”.

BIB 67

Céli Regina Jardim Pinto, “Por onde Andou a Teoria Crítica na Brasil? (o GT de Teoria Social na Anpocs – 1999-2007)”; *Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo*, “As Classes na Teoria Sociológica Contemporânea”; *Patrice Schuch*, “Antropologia do Direito: Trajetória e Desafios Contemporâneos”; *José Maria Pereira da Nóbrega Júnior, Jorge Zaverucha e Enivaldo Carvalho da Rocha*, “Homicídios no Brasil: Revisando a Bibliografia Nacional e seus Resultados Empíricos”; *Carolina Pulici*, “Sociologia do Gosto: Notas sobre um Confronto Bibliográfico”; *Glenda Mezarobba*, “De que se Fala, quando se diz ‘Justiça de Transição’?”

BIB 68

Adriano Oliveira e Jorge Zaverucha, “Conceito e Origens do Crime Organizado: Uma Revisão Bibliográfica”; *Paulo Sérgio Peres*, “Revisitando a ‘Teoria Geral’ dos Partidos de Maurice Duverger”; *João Areosa*, “O Risco no Âmbito da Teoria Social: Quatro Perspectivas em Debate”; *Angela Nunes e Rosário de Carvalho*, “Questões Metodológicas e Epistemológicas Suscitadas pela Antropologia da Infância”; *Cleber da Silva Lopes*, “O Controle da Segurança Privada: Um Balanço da Literatura Internacional e a Situação das Pesquisas no Brasil”.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

As resenhas e balanços bibliográficos apresentados, inéditos, devem ser entregues em três cópias impressas e uma em disquete, de preferência no programa Word for Windows, em espaço 1,5 com margens razoáveis e sem emendas. Não devem ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas), ou seis mil palavras; as resenhas não devem ultrapassar sete laudas.

O texto deve ser acompanhado de um resumo e de cinco palavras-chave, bem como de dados sobre o autor (formação, instituição atual, cargo, linhas de pesquisa e dois últimos livros publicados, se for o caso).

Os autores cujos textos forem aprovados para publicação enviarão seu trabalho por e-mail, com a seguinte organização:

- Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.
- As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma – (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc.
- Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.
- A bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética, obedecendo os critérios abaixo.
- O título do artigo deverá ter, no máximo, 80 caracteres com espaços.

Crerios bibliográficos

Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2 ed. São Paulo, Vértice.

Artigo: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ “título do artigo entre aspas /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição entre parênteses /DOIS PONTOS/ numeração das páginas. Exemplo:

REIS, Elisa. (1982), “Elites agrárias, state-building e autoritarismo”. *Dados*, 25, 3: 275-96.

Coletânea: sobrenome do autor em caixa alta /VÍRGULA/ seguido do nome em caixa alta e baixa /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ “título do capítulo entre aspas” /VÍRGULA/ in (em itálico) / nome seguido do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea, em itálico /VÍRGULA/ local da publicação /

VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), “Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975”, in Olavo Brasil de Lima Jr. e Sérgio Henrique Abranches (org.), *As origens da crise*, Rio de Janeiro, Vértice.

Tese acadêmica: sobrenome do autor em caixa alta/VÍRGULA/seguido do nome em caixa alta e baixa/PONTO/ da data entre parênteses/VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/cidade da instituição/VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/sigla da instituição/PONTO. Exemplo:

SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ESPSP.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais a ANPOCS. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.

Endereço: Editoria RBCS
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 –
1º andar – Cidade Universitária –
CEP 05508-900 São Paulo – SP



Publicações

ANPOCS

Associação Nacional
de Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS) existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*. Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

E-mail: rbcscs@anpocs.org.br

A REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (BIB) é uma publicação semestral que oferece balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e contos de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

E-mail: bib@anpocs.org.br

Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: R\$ 60
Internacional: US\$ 70

Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: R\$ 40
Internacional: US\$ 60

Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: R\$ 90
Internacional: US\$ 100

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - 1º andar - USP - 05508-900 - São Paulo - SP
Tel. (011) 3091-4664 Fax: (011) 3091-5043

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____ Cep: _____
Data: _____ Tel.: _____



A Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB – passou a divulgar endereços de fontes de pesquisa visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

Depende, portanto, da colaboração dos leitores para a manutenção de um catálogo mais completo e atualizado.

Envie suas contribuições para o endereço eletrônico anpocs@anpocs.org.br ou para a sede da instituição.

ANPOCS – Editoria da revista BIB
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar
Universidade de São Paulo – FFLCH
05508-900 São Paulo – SP